



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ALANE FRAGA DO CARMO**

**Colonização e escravidão na Bahia:  
A Colônia Leopoldina (1850-1888)**

**Salvador- Bahia  
2010**

**ALANE FRAGA DO CARMO**

**Colonização e escravidão na Bahia:  
A Colônia Leopoldina (1850-1888)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em  
História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas, Universidade Federal da Bahia, como  
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.  
Orientador: Prof. João José Reis

Salvador – Bahia

2010

Carmo, Alane Fraga.

Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888./ Alane Fraga do Carmo- Salvador, 2010.

Orientador: João José Reis.

Dissertação (mestrado) – UFBA / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/  
Programa de Pós – graduação em História social, 2010.

Referências bibliográficas: f. 129-136.

1. Escravidão. 2. Colonização - Bahia – Colônia Leopoldina. 3. Bahia – História social –1850-1888. 4. Brasil – História. I. Reis, João José. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História social. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Alane Fraga do Carmo

Colonização e escravidão na Bahia:  
A Colônia Leopoldina (1850-1888)

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia- UFBA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada por:

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. João José Reis (Orientador)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wlamyra Ribeiro de Albuquerque**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina Ferreira dos Reis**

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010

A minha família.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a meus pais que apesar de todas as dificuldades da vida não pouparam esforços para assegurar aos filhos o amor e a educação.

À Universidade Federal da Bahia agradeço a oportunidade de estudar, e espero que esta instituição continue assegurando aos estudantes de poucos recursos a mesma oportunidade.

Para a elaboração desta dissertação contei com o auxílio de muitas pessoas, o que fez este trajeto mais leve do que seria caso o trilhasse sozinha. Sou especialmente grata ao professor João José Reis, que no mais digno exercício de sua profissão esteve sempre à disposição auxiliando com sua orientação, sua leitura atenta e interessada, e suas críticas fundamentais para o amadurecimento do trabalho. Aos professores da graduação agradeço a dedicação e o apoio, especialmente Helen Mello e Dilton Araújo, pelo incentivo, por terem despertado em mim o desejo pela pesquisa, servindo sempre de inspiração.

Agradeço aos professores e colegas da linha de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade pelas sugestões, críticas e observações pertinentes que contribuíram para este trabalho. Sou especialmente grata aos colegas Cíntia, Jacira, Kátia Lorena, Cláudia, Valéria, Carlos e Daniele pelas sugestões, cessão e indicação de fontes, além de fazerem das aulas na pós-graduação momentos de alegria e descontração.

À um amigo muito especial devo a coragem para me lançar a uma pesquisa que sabia árdua mas ao mesmo tempo promissora: Ricardo Tadeu Caires Silva. A ele devo a sugestão do tema, a indicação das primeiras fontes, das primeiras leituras, o auxílio na construção do projeto de pesquisa e leituras atentas e interessadas das versões deste trabalho.

Devo muitíssimo aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, especialmente a Paulo, Marlene e sua equipe, Edith, Helena e Elaine, Lindemberg e Raimundo. Aos meus “colegas de arquivo”, que me ajudaram sempre na coleta de fontes e nas sugestões quanto a possibilidades nos maços do mesmo arquivo, a Vera Natália, Bruna Ismerim, Cleide Cardin, Lígia Santana, Pablo Iglesias e Neuraci Moreira.

As amigas Cinthia Cunha e Débora Bastos, pela amizade, incentivo e o carinho de sempre.

Aos colegas da escola municipal Clériston Andrade e do Projeto Pelourinho de Arqueologia, pela ajuda, compreensão e apoio em alguns dos momentos mais difíceis, especialmente a Eduardo Pitta, Rosana Najjar, Cláudio César e Samuel Gordenstein.

As minhas amigas Josane, Geovana e Rosilane por colocarem seus conhecimentos e talentos à minha disposição, me auxiliando em algumas das tarefas mais espinhosas.

Não tenho palavras para agradecer a minha família. Meus pais, por tudo o que fizeram e ainda fazem por mim. Meus irmãos Alan e Anderson, pelo amor e carinho de sempre. A minhas cunhadas, minhas afilhadas queridas, meus tios e tias sempre generosos. A meus avós, a quem também dedico esta conquista como primeira neta a alçar vôos um pouco mais altos.

Um agradecimento especial a Décio Pereira, meu companheiro de sempre, que esteve comigo nessa caminhada, me apoiando, incentivando e ajudando em tudo com a paciência e a compreensão dos que amam.

## RESUMO

Este trabalho estuda a população escrava da Colônia Leopoldina, localizada no extremo sul da Bahia, durante a segunda metade do século XIX. Na tentativa de compreender como uma colônia de estrangeiros fundamentada na produção agrícola familiar e no trabalho livre enveredou pelo trabalho escravo, abordamos de forma complementar os primeiros anos de existência da colônia, fundada em 1818. Foi traçado um perfil parcial da sua população livre, assim como um perfil demográfico da população cativa para melhor elucidar quem eram os sujeitos envolvidos nas diversas histórias de fugas, revoltas, disputas judiciais, denúncias de maus tratos, crimes e histórias de amor, envolvendo senhores e escravos. Baseada em métodos quantitativos e uma análise de cunho qualitativa, a pesquisa revelou a importância da família escrava na colônia, tanto como instrumento utilizado pelos senhores para o controle e reprodução da força de trabalho, como para os próprios escravos, que contavam com uma parentela solidária e certamente acessível nos momentos decisivos como fugas, compra da alforria e terras onde trabalharam após a liberdade. Esses dados revelaram ainda que o casamento escravo, não católico e possivelmente baseado em ritos protestantes, gozou de certa legitimidade conferida pela própria comunidade local, a ponto de os proprietários preservarem os casais unidos na hora da venda ou partilha, mesmo antes da lei obrigar a esta prática. Os dados revelaram ainda que a rotina de trabalho, ao contrário do que declararam proprietários e moradores da colônia, era árdua e por vezes o direito dos escravos à folga não foi respeitado, pois alguns proprietários a reduziram a apenas metade do dia de domingo. Entre inventários *post mortem*, testamentos, registros de matrícula, escrituras de compra e venda, ações de liberdade, processos crimes, registros eclesiásticos de terra e correspondência entre autoridades consulares, administrativas e policiais, encontram-se histórias surpreendentes que servem como ponto de partida para a análise dos fatos e processos históricos que viabilizaram as conquistas dos escravos na segunda metade do século XIX, e como estes processos foram sentidos em uma região tão distante do centro da província.

Palavras-chave: Escravidão, Colônia Leopoldina - Bahia, História - Brasil, Século XIX.



## ABSTRACT

This study examines the slave population of the Leopoldina Colony, located on the southern tip of the state of Bahia, during the second half of the nineteenth century. In an attempt to understand how a colony made up of foreigners and relying on family agricultural production and free labor switched to slave labor, a secondary strand of analysis focuses on the first years of the colony founded in 1818. By providing a sketch of the colony's free population as well as a demographic profile of the resident captive population this study aims to elucidate the actors involved in the numerous stories of flights, revolts, judicial disputes, accusations of ill treatment, crimes, and love stories involving masters and slaves. Using quantitative methods and qualitative analysis, the research revealed the importance of family to slaves in the colony, both as an instrument used by the masters to maintain the workforce, and for the slaves themselves, who could rely on solidary kin that were certainly accessible in the most decisive moments, such as during flights, or to buy freedom and land to be used after manumission. The data also reveals that slave marriage, non-catholic and possibly based on protestant rites, carried a certain legitimacy that was conferred by the community itself to the point where the proprietors kept the couples united during sales or partitions, even before these practices were legally enforced. The data also reveal that the work routine, contrary to the declarations by the colony's proprietors and residents, was arduous, and that sometimes the slaves' right to time off was not respected, as some proprietors reduced it to only half a day on Sunday. Within these post-mortem inventories, testaments, enrollment records, purchase and sales deeds, freedom-related suits, criminal lawsuits, church land records, consular correspondence between consular authorities as well as administrative and police correspondence, are surprising stories that serve as a departing point for an analysis of historical events and processes that led to the slaves' gains during the second half of the nineteenth century, and help to understand their impact in a region so distant from the center of the province.

Key words: Slavery, Colônia Leopoldina – Bahia, History – Brazil, 19th century.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>A Colônia Leopoldina: processo de formação e perfil da população livre.....</b>	<b>22</b>
▪ Schaeffer: um agente da colonização a serviço do Governo Imperial.....	26
▪ De colonos a senhores de escravos.....	30
▪ Terras férteis nas margens do Peruípe.....	33
▪ A cultura de café na Colônia .....	36
▪ População livre.....	44
▪ As maiores fortunas da Colônia Leopoldina: um perfil da elite proprietária.....	48
<b>Capítulo II</b>	
<b>Café no cesto da escrava Suzana: rotina de trabalho e relação senhor-escravo.....</b>	<b>55</b>
▪ A presença da “indústria européia” no extremo sul da Bahia.....	58
▪ Insurreição na senzala da Alta Ribeira.....	62
▪ Economia doméstica dos escravos.....	66
▪ A história do escravo Alberto.....	68
▪ Sublevação na fazenda Monte Christo: um clima de liberdade nos últimos anos da escravidão .....	71
▪ “Males de todos os males do termo”: algumas palavras sobre o padre Geraldo Xavier de Santana.....	75
▪ Escravos que não esperaram pelo 13 de maio.....	78
▪ Libertos na carreira agrícola .....	80
<b>Capítulo III</b>	
<b>População escrava e relações de parentesco.....</b>	<b>84</b>
▪ Casamento entre escravos.....	85
▪ “Decentes e respeitáveis núcleos familiares”.....	89
▪ Legitimidade e estabilidade da família escrava.....	94
▪ Possibilidades de união conjugal entre escravos nas propriedades da colônia.....	96
▪ Taxas de crescimento da população negra: escravos e ingênuos .....	106
▪ Ações extremas em defesa da família e da liberdade.....	112
▪ Redes familiares no auxílio à liberdade.....	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>126</b>
<b>FONTES E REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>133</b>

## Lista de mapas, tabelas e gráficos.

<b>Mapa 1</b> : Extremo sul da Bahia.....	21
<b>Mapa 2</b> : Mapa de localização das propriedades da Colônia Leopoldina em 1857 com relevo.....	42
<b>Mapa 3</b> : Localização espacial das propriedades da Colônia Leopoldina em 1857.....	43
<b>Tabela 1</b> : Número de escravos por proprietário que não exportou café em 1839.....	39
<b>Tabela 2</b> : Número de pés de café por lavradores sem escravos em 1840.....	40
<b>Tabela 3</b> : Número de escravos por proprietário, 1840.....	41
<b>Tabela 4</b> : População livre da colônia por ocupação, 1840-1850.....	47
<b>Tabela 5</b> : Distribuição da população escrava por idade e origem, Colônia Leopoldina, 1860-1888.....	91
<b>Tabela 6</b> : Distribuição dos escravos por sexo e idade, fazenda Pombal 2ª, 1859.....	93
<b>Tabela 7</b> : Distribuição de brancos e escravos por fazenda, Colônia Leopoldina 1847.....	97
<b>Tabela 8</b> : Distribuição dos escravos por sexo e origem, fazenda Pombal 2ª, 1859.....	100
<b>Tabela 9</b> : Distribuição dos escravos adultos por origem e estado conjugal, fazenda Pombal 2ª, 1859.....	100
<b>Tabela 10</b> : Distribuição da população escrava por sexo e origem, Colônia Leopoldina, 1860-1888.....	102
<b>Tabela 11</b> : Distribuição da população escrava por sexo e idade, Colônia Leopoldina, 1860-1888.....	103
<b>Tabela 12</b> : Distribuição da população escrava por origem e tamanho da posse, Colônia Leopoldina, 1860-1888.....	105
<b>Tabela 13</b> : Distribuição da população escrava por idade, Colônia Leopoldina, 1850-1870.....	112

<b>Tabela 14:</b> Distribuição da população escrava por idade, Colônia Leopoldina, 1871-1888.....	112
<b>Tabela 15:</b> Relação dos lavradores da Colônia Leopoldina tanto nacionais quanto estrangeiros – 1840.....	126
<b>Tabela 16:</b> Distribuição da população escrava por fazenda e sexo (Colônia Leopoldina, 1860-1888 ).....	128
<b>Tabela 17:</b> Valor dos bens dos proprietários na Colônia Leopoldina (1861-1884).....	129
<b>Quadro 1:</b> Família originária da africana Juliana, escrava de Ana Sofia Ida Joseph (fazenda Grully,1872).....	129
<b>Quadro 2:</b> Família originária de Tereza, escrava de Ana Sofia Ida Joseph (fazenda Grully,1872).....	130
<b>Quadro 3:</b> Família originária de Roberto Cabinda e Rosa Moçambique, escravos de Zélia Huguenin Montandon (fazenda Pombal 2ª,1858).....	131
<b>Quadro 4:</b> Família originária de Vicente e Esperança, escravos de Zélia Huguenin Montandon (fazenda Pombal 2ª,1858).....	131
<b>Quadro 5:</b> Família originária de Antonio e Felisarda Benguela, escravos de Zélia Huguenin Montandon (fazenda Pombal 2ª,1858).....	132
<b>Quadro 6:</b> Família originária de José Muleque e Romana Benguela, escravos de Zélia Huguenin Montandon (fazenda Pombal 2ª,1858).....	132
<b>Figura 1:</b> Corte transversal de algumas partes de compõem o Despolpador Beaven, 1880, Acervo do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.....	59
<b>Figura 2:</b> Nova maquina de secar café Taunay-Telles, 1881. Acervo do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.....	60
<b>Figura 3:</b> Debulhador de café sendo usado por escravas na fazenda de café Entre-Rios, no Vale do Paraíba, província do Rio de Janeiro, em 1878. J.B. Wiegandt, Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros/ USP.....	62
<b>Gráfico 1:</b> Distribuição da população escrava por faixas etárias e sexo, Colônia Leopoldina, 1860-1888.....	106

## INTRODUÇÃO

O Brasil tentou durante quase todo o século XIX, sem sucesso, atrair imigrantes estrangeiros que trouxessem suas “indústrias e cabedais” para este longínquo destino na América. As primeiras experiências de colonização com estrangeiros no Brasil datam de 1808, quando um decreto de D. João VI permitiu a doação de terras a estrangeiros que quisessem formar colônias agrícolas. A instalação da monarquia lusa nos trópicos viria alterar definitivamente a feição da América Portuguesa. A partir de então, muitas ações – políticas, econômicas, culturais, etc. - foram efetuadas com vistas a dotar a região de uma estrutura digna do império português. A vinda de imigrantes europeus fazia parte do conjunto dessas estratégias e tinha por objetivo branquear a população, povoar as fronteiras até então inabitadas e estimular a produção de gêneros alimentícios necessários ao abastecimento da população. Entretanto, conquanto estivesse integrada nos projetos políticos de D. João VI, de um modo geral, pouco se conhece sobre essas primeiras experiências de imigração no Brasil.<sup>1</sup>

Segundo Henrique Jorge Buckingham Lyra, a política de colonização empregada na primeira metade do século XIX era regida por uma sucessão interminável de leis, portarias e decretos que modificavam constantemente os direitos e obrigações dos colonos, que inclusive obedeciam a leis diferentes segundo a data de entrada no país. O estudo dos dispositivos legais que regeram essas experiências demonstra a precocidade de um projeto que começou a ser executado antes mesmo da construção de um aparato legal que o fundamentasse.<sup>2</sup>

Em 1818 foram doadas as primeiras sesmarias para a formação de colônias agrícolas pelo decreto de 1808. No mesmo ano outro decreto assinado por D. João VI facilitava a formação de colônias agrícolas por estrangeiros, pois além de ceder a terra criava um fundo para subvenções a imigrantes que se radicassem no país. Nesse momento a idéia era uma colonização dirigida. O governo pagaria as despesas da viagem, daria subsídios nos primeiros tempos e os isentaria de impostos por um período

---

<sup>1</sup> Uma exceção é o estudo de Martin Nicoulin, *A gênese de Nova Friburgo*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

<sup>2</sup> Sobre os projetos de colonização no Brasil na primeira metade do século XIX ver Henrique Jorge Buckingham Lyra, *Colonos e Colônias – Uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*, Dissertação apresentada a UFBA, Salvador-BA, 1982; Carlos H. Oberacker Jr., *Jorge Antonio Von Schaeffer, criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*, Porto Alegre, Metrópole, 1975, pp. 2-26; e Nicoulin, *A gênese de Nova Friburgo*.

de dez anos. Segundo Lyra, a principal característica da política de colonização empregada na primeira metade do Oitocentos seria o acesso à terra, o que contrariava os interesses dos grandes proprietários.

As colônias deveriam se localizar em pontos distantes dos centros urbanos e pouco povoados, obedecendo a um objetivo de povoamento e defesa do território- no caso das colônias militares -, além de desenvolverem a agricultura e não utilizarem trabalho escravo, a não ser para a derrubada das matas, o que na prática não foi respeitado por quase nenhuma delas. Essas experiências diferem em muitos aspectos do sistema de parceria implementado a partir de 1840 por setores da lavoura cafeeira. Nesse último caso houve a utilização do imigrante como força de trabalho em substituição ao escravo africano, ao mesmo tempo em que lhe foi negado o acesso à terra. Aliás, a política de restrição do acesso à terra por parte de estrangeiros foi consolidada em 1850 com a promulgação da Lei de Terras, a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.<sup>3</sup>

Na Bahia, as principais experiências de colonização agrícola ocorreram no sul da então capitania. A primeira, fundada em 1818, foi a Colônia do Rio Salsa, uma colônia mista de brasileiros e estrangeiros formada pelo Conde da Palma e extinta já em 1827.<sup>4</sup> A Colônia de São Jorge dos Ilhéus foi formada em Ilhéus, em 1822, por 28 casais de alemães. Constituíam uma experiência de colonização com auxílio de particulares já que as famílias imigrantes foram financiadas pelo arquiteto holandês Pedro Weyll, que havia recebido sesmarias na região em 1818. Datam de 1855 as últimas notícias sobre sua existência, quando havia se transformado em um conjunto de propriedades produtoras de cacau.

Outra tentativa de colonização estrangeira foi a Colônia de Santa Januária, fundada em 1828, em Taperoá, também no sul da Bahia. Essa colônia foi formada por irlandeses vindos do Rio de Janeiro para ocupar a região. Em 1857, provavelmente

---

<sup>3</sup> Sobre a Lei de Terras ver Lúcia Osório Silva, *Terras devolutas e latifúndio- efeitos da Lei de 1850*, Ed. Unicamp, Campinas, 1996; Ruy Cirne, *Sesmarias e Terras Devolutas*, Livraria Sulina, Porto Alegre, 1954; e Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República*, Edusp, São Paulo, 1992.

<sup>4</sup> O rio Salsa localiza-se no município de Canavieiras, sul da Bahia, e liga o rio Pardo ao rio Jequitinhonha, em Minas Gerais. Segundo João da Silva Campos, *Cronica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981, p.207, essa colônia foi formada por estrangeiros e soldados brasileiros, com o objetivo principal de promover a navegação pelo rio Salsa e estabelecer relações comerciais com a província de Minas Gerais. Em 1826 os colonos haviam desaparecido e a tropa, que constituía o Destacamento de São Francisco da Palma, deixou a região em 1836.

devido as dificuldades advindas com a suspensão dos incentivos financeiros do governo, os colonos abandonaram a região.<sup>5</sup>

E finalmente, em 1845, foi estabelecida no extremo sul da província a colônia militar do Mucury. Essa foi a primeira colônia agrícola formada apenas com nacionais estabelecida na Bahia. Segundo o chefe da exploração do Mucury e Belmonte, capitão Inocêncio Vellozo Pederneiras, a colônia tinha uma feição fortemente militar, o que desagradava as famílias ali instaladas. Pederneiras ainda alegava que os colonos selecionados não tinham qualquer experiência agrícola, e na sua maioria eram ex militares, pescadores, alfaiates, caixeiros, marinheiros, enfermeiros, carapinas, etc. A colônia foi dissolvida apenas cinco anos depois de sua fundação, em 1849.<sup>6</sup>

Mas foi a Colônia Leopoldina, fundada em 1818 no município de Villa Viçosa, a primeira experiência de colonização agrícola fundada na Bahia. Essa experiência com colonos alemães e suíços alcançou relativa prosperidade, principalmente em comparação com os empreendimentos agrícolas mencionados, devido à exportação do café ali produzido, de onde advinha sua importância e reconhecimento pelas autoridades provinciais, e a decorrente maior referência nas fontes administrativas.

A Colônia Leopoldina ficava situada no município de Vila Viçosa, atual Nova Viçosa, pertencente à comarca de Caravelas, no extremo sul da Bahia. A freguesia de Nova Viçosa foi criada em 1720, na foz do rio Peruípe, com o nome de Arraial de Campinho do Peruípe, para abrigar portugueses e índios catequizados. Foi elevada à categoria de Vila em 1768, com o nome de Vila Viçosa, e mais tarde, em 1775, ao nível de município, em território desmembrado de Caravelas.<sup>7</sup>

A Leopoldina foi durante algum tempo uma experiência de colonização espontânea, como previa o decreto de 1808, em que estrangeiros adquiriam terras e atraíam colonos para cultivá-la. Quem adquirisse as sesmarias e trouxesse outros compatriotas tinha direito a metade das terras, o restante seria cultivado pelos demais colonos. Em troca, os colonos deveriam fornecer parte dos produtos não alimentícios produzidos na colônia, como o café, por exemplo. A insatisfação dos colonos com esse

---

<sup>5</sup> Sobre as colônias do Rio Salsa e Santa Januária ver Lyra, *Colonos e colônias*, p. 24, 31.

<sup>6</sup> *Relatório sobre os colonos do Mucury feito pelo Capitão Engenheiro, chefe da comissão de Exploração de Mucury e Belmonte, em 20 de março de 1849*, Arquivo Público do estado da Bahia (doravante APEB) seção Colonial, *Colonos e colônias*, maço 4607.

<sup>7</sup> Durval Vieira de Aguiar, *Descrições práticas da Província da Bahia, com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979, pp.291-194.

tipo de contrato, a falta de braços estrangeiros para cultivar a terra, e a falta de uma administração após a morte de um de seus fundadores, em 1825, fizeram com que os colonos empregassem escravos, repartissem a terra em lotes particulares e investissem seus recursos na produção de café para exportação.<sup>8</sup> Essas medidas implicaram no descumprimento das normas estabelecidas nos decretos reais, principalmente quanto à utilização de escravos, e assim a Leopoldina foi descaracterizada enquanto colônia por volta de 1850.

Esta dissertação se dedica a conhecer as vicissitudes dessa colônia e as experiências sociais ali vivenciadas por imigrantes europeus e escravos desde sua fundação, em 1818, até a provável data de sua extinção, em 1888. Aqui discutiremos como e porquê a colonização ali implantada enveredou, com sucesso, pelo trabalho escravo, que estratégias de dominação foram adotadas no cotidiano entre imigrantes e seus escravos, qual o papel dos escravos no processo de desestruturação da colônia a partir da década de 1860, e quais as possibilidades de autonomia escrava nas fazendas da região. Dessa forma, pretendemos contribuir para o conhecimento das relações escravistas no extremo sul baiano.

Apesar do crescimento de pesquisas relevantes sobre a escravidão em outras regiões da Bahia que não Salvador e o Recôncavo, pouco se conhece sobre o extremo sul baiano. A maior parte dos estudos sobre a região refere-se à cidade de Ilhéus e seu entorno, e muitos deles estão relacionados com a temática indígena.<sup>9</sup> Assim este trabalho torna-se relevante tanto pelo ineditismo, no sentido de estudar uma pequena

---

<sup>8</sup> Sobre as experiências com colônias agrícolas formada com estrangeiros na Bahia ver Lyra, *Colonos e Colônias*, pp.24-33; sobre os anos iniciais da Colônia Leopoldina ver principalmente Carlos H. Oberacker Jr. “ A colônia Leopoldina-Frankental na Bahia meridional; uma colônia européia de plantadores no Brasil.” *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 148 (1987), pp 116- 140.

<sup>9</sup> Alguns trabalhos sobre o sul baiano: Mary Ann Mahony, “‘ Instrumentos necessários:’ escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822- 1889”, *Afro-Ásia*, nº 25-26 (2001), pp. 95- 139; João José Reis, ‘Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro-Bahia, 1806” in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, 332-373; e sobre a temática indígena na região ver Maria Hilda Baqueiro Paraíso, *A guerra do Mucuri: conquista e dominação dos povos indígenas em nome do progresso e da civilização* In Luís Sávio de Almeida (Org), *J. Índios do Nordeste: temas e problemas II*, Maceió, Edufal, 2002; Maria Hilda Baqueiro Paraíso, “ O sul da Província da Bahia na ótica dos viajantes do século XIX entre 1815 e 1820”, In *Anais do XI Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, SAB; Telma Míriam Moreira de Souza, “Entre a cruz e o trabalho: exploração da mão-de-obra indígena no Sul da Bahia (1845–1875)”, dissertação apresentada a UFBA, Salvador-BA, 2007.



mais expressiva comunidade agrícola e escravista na região, como pela singularidade, por se tratar de uma das poucas experiências documentadas de relações entre escravos e senhores europeus, que não portugueses no Brasil oitocentista.

Diversos trabalhos sobre colônias agrícolas ou sobre a presença de estrangeiros na Bahia referem-se à Colônia Leopoldina, ainda que superficialmente. Os estudos que mais detidamente se debruçaram sobre a colônia e apresentaram alguma documentação sobre ela foram o artigo de Carlos Oberacker Jr., e o trabalho dos linguistas Dante Lucchesi e Alan Baxter, que ao estudarem a composição étnica e linguística dos habitantes do atual distrito de Helvécia, localizado nas terras da antiga Colônia Leopoldina, foram os pioneiros no estudo dos testamentos e inventários *post-mortem* dos colonos da Leopoldina. Através da análise destes documentos os linguistas apresentaram uma pequena visão da demografia escrava da região.<sup>10</sup>

O estudo de Carlos Oberacker Jr. versa principalmente sobre a fundação da Colônia Leopoldina, baseado principalmente na literatura alemã sobre o tema, mas também nos registros dos viajantes que passaram pela Bahia. Oberacker Jr. Foi quem mais tempo dedicou à escravidão na colônia, apesar de não contar com dados mais substanciais sobre o assunto. Ele sugere uma possível data para a entrada do elemento escravo na colônia, e este seria o momento em que ela deixaria de ser propriamente uma colônia para ser um conjunto de empreendimentos particulares destinados à exportação de gêneros agrícolas. Oberacker Jr. ainda apresenta os primeiros colonos que ocuparam a região, permitindo o cruzamento dessas informações com outras coletadas por esta pesquisa.<sup>11</sup>

Waldir Freitas Oliveira reuniu dados sobre a presença dos suíços no Brasil, e enfatizou essa presença na Bahia através de um breve estudo da Colônia Leopoldina, baseado principalmente no opúsculo *A Colônia Leopoldina*, de Hermann Neeser, publicado em 1951. Esse autor enfatizou a relação entre os colonos suíços que se

---

<sup>10</sup> Ver Carlos H. Oberacker Jr. “A colônia Leopoldina-Frankental na Bahia meridional; uma colônia européia de plantadores no Brasil.” *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 148 (1987), pp 116- 140; e Alan N. Baxter & Dante Lucchesi. (2004) *A comunidade de fala de Helvécia – Ba*. Disponível em:< <http://www.vertentes.ufba.br/comunidades.htm>>; e, Alan N. Baxter & Dante Lucchesi. “A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: *Estudos Linguísticos e literários*, 1997, n. 19, p. 65-84.

<sup>11</sup> Oberacker Jr. “A colônia Leopoldina”, p. 118-119.v. Conseguimos identificar as propriedades e a descendência de alguns dos primeiros colonos da Leopoldina segundo Oberacker Jr., como Filipe Huguenim, Henri Borel, Eugenio Borel e Pedro Henrique Beguim.

dirigiram para a colônia a partir de 1840 e a firma suíça Meuron & Cia, fundada em 1823 por François Meuron, e que posteriormente passou a funcionar no imponente casarão Solar do Unhão, na freguesia da Vitória, em Salvador, para onde se dirigiram vários estrangeiros, segundo verificamos nos livros de pedido de residência para estrangeiros, disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia.<sup>12</sup>

Hermann Nesser nos ofereceu elementos que serviram como ponto de partida para a análise. O romantismo com que descreveu a colônia e as relações escravistas a partir da tese do médico e também proprietário na colônia Carlos Augusto Toelsner, chamou nossa atenção por estar totalmente em desacordo com as histórias de rebeldia, fugas, maus tratos e violência entre senhores e escravos.<sup>13</sup> As relações eram sobremodo tensas e a própria superioridade numérica dos escravos não deixava que fosse diferente. A pesquisa revelou que muitas vezes essa circunstância levou senhores a cederem às vontades dos escravos, assim como ao recrudescimento da disciplina.

O estudo de Henrique Jorge Buckingham Lyra, aborda apenas superficialmente a Colônia Leopoldina. Da mesma forma a pesquisa de Moema Parente Auguel, cujo foco é a presença de estrangeiros na Bahia, refere-se à Colônia Leopoldina apenas enquanto uma região desbravada por viajantes estrangeiros que visitaram a província durante o século XIX .<sup>14</sup> Todos estes trabalhos foram de grande importância para o levantamento das fontes, assim como para o entendimento da Colônia Leopoldina como um empreendimento ambíguo, que ora preservava características de colônia (pois continuava cobrando a ajuda financeira e a proteção do governo da província, recebendo médicos europeus pagos pelo mesmo governo, educando seus filhos na língua alemã e na religião protestante, e mantendo-se de certa forma isolados naquela região), ora comportava-se como um empreendimento totalmente independente, (utilizando escravos, organizando sua exportação via Rio de Janeiro e desafiando as autoridades locais).

---

<sup>12</sup> Nos Livros de Registro de entrada de estrangeiros referentes aos anos de 1842 e 1855 localizamos Salomon Jaccard, Emilio Champion, e Carlos Augusto Hertsch declarando o endereço da fábrica de rapé Meuron & Cia como o endereço para onde se dirigiam ao entrar na Bahia. APEB, seção colonial, *Polícia*, Livro de Registro de entrada de estrangeiros, 1855, maço 5667, p. 16 verso; e *Livro de Registro de entrada de estrangeiros*, 1842, maço 5657-1, p.26 e 31 verso.

<sup>13</sup> Nesser, *A Colônia Leopoldina*.

<sup>14</sup> Lyra, *Colonos e Colônias*; Moema Parente Auguel, *Visitantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista*, São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1980.

Os inventários *post mortem* constituem a documentação básica desta pesquisa. Trata-se de um conjunto de 55 documentos referentes a senhores escravistas e ex-escravos que viveram e morreram na região da Colônia Leopoldina. Esses documentos se encontram disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia e foram registrados nos cartórios das cidades de Salvador, Vila Viçosa, Caravelas, Porto Alegre (que na verdade se trata do termo de São José de Porto Alegre, um entreposto comercial da região de Vila Viçosa), e principalmente da cidade de Mucuri. Desses documentos foram retiradas informações como o nome, sexo, nacionalidade, estado civil, ramo de atividade, e poder aquisitivo do proprietário; nome, extensão e benfeitorias da propriedade; nome, naturalidade e estatuto jurídico dos administradores e feitores da propriedade; nome, sexo, naturalidade, ocupação, valor, estado de saúde, e na maioria dos casos idade dos escravos da propriedade. Muitos inventários trouxeram em anexo a certidão de matrícula dos escravos da propriedade, onde podemos verificar sua procedência, ou seja, de quem e de onde foram comprados. Esses dados foram fundamentais para traçar o perfil tanto da população livre e proprietária da colônia, como da população escrava, baseado principalmente nas variáveis sexo, idade e naturalidade.

Os inventários nos permitiram identificar a recorrência da família escrava nas senzalas leopoldinenses. Devido a um raro cuidado da parte de proprietários e administradores, em algumas propriedades os escravos foram organizados por famílias no momento da avaliação dos bens do inventariado, tornando possível o levantamento de dados sobre as relações de parentesco escravo em uma mesma posse.

Os processos cíveis e crimes trazem informações às vezes detalhadas sobre a economia de subsistência dos escravos empreendida aos domingos e feriados e, em alguns casos, o emprego desses valores para a compra da alforria. Esses documentos foram de fundamental importância para a análise das tensões e conflitos subjacentes às relações de trabalho no sistema escravista, e tornou possível contar algumas histórias de vida e resistência na colônia. Histórias de levantes, fugas coletivas, assassinatos de senhores e feitores, filicídios, e denúncias de maus-tratos, compõem algumas das histórias que emergem dos processos criminais, inventários e testamentos pesquisados.

Assim como os processos criminais que narram histórias dos que transgrediram de alguma forma as normas da sociedade escravista, as ações de liberdade apresentam histórias de vida dos escravos pautadas pela luta e pela esperança de dias melhores. Essa

fonte nos colocou em contato com as estratégias de escravos que não pouparam esforços para a obtenção da alforria, com episódios de concessão de terra e dinheiro deixados à escravos, e com a possibilidade de acúmulo de pecúlio principalmente através do cultivo de roças nos dias de folga. Essas histórias nos permitiram aproximar das visões de liberdade forjadas por essas pessoas, uma liberdade que estava em grande parte ligada à terra e à família.

Recorremos, ainda, a outras fontes, como os relatórios dos presidentes de província e as correspondências entre o consulado suíço, as autoridades provinciais e o governo central, que fornecem valiosas informações sobre as atividades econômicas, a concessão e venda das terras, as dificuldades dos colonos nas primeiras décadas de desenvolvimento da colônia e as discussões sobre a questão do elemento servil. As posturas da Câmara de Viçosa, leis e resoluções provinciais e imperiais nos informaram sobre a existência e o funcionamento do poder público, como delegacias, escolas, cartórios e igrejas. Os registros eclesiásticos de terra, os livros de notas do município de Mucuri e os testamentos, aliados aos inventários *post-mortem* dos colonos, nos possibilitaram elaborar um mapa das propriedades, já que informam sobre a extensão dos lotes, modo de aquisição da terra, localização espacial das propriedades, as benfeitorias existentes e culturas em desenvolvimento. À documentação manuscrita se somam os registros de viajantes estrangeiros que passaram pela região.

Dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro, intitulado “A Colônia Leopoldina: processo de formação e perfil da população livre”, apresentamos o perfil dos fundadores e dos primeiros colonos que se dirigiram à região de Vila Viçosa a partir de 1818. Devido à pressão do tempo não foi possível traçar um perfil de toda a população livre da colônia. Optamos, então, por dar preferência a dois grupos bastante distintos entre si: os administradores e feitores das fazendas, e os donos das maiores fortunas da Colônia Leopoldina. A seguir apresentamos alguns elementos que ajudam a explicar a transformação de uma colônia baseada no trabalho livre em um conjunto de fazendas baseadas no trabalho escravo. Consideramos em seguida o processo de aquisição da terra, que de forma geral foi adquirida por doação e apenas após a Lei de Terras, de 1850, passou a ser comprada.

Ainda no primeiro capítulo tentamos acompanhar o desenvolvimento da cultura de café na região desde pelo menos a década de 1840, a data mais remota a que se refere nossas fontes, passando pelo auge da produtividade e desembocando no endividamento

dos colonos e na posterior alienação da terra. Para tanto foi necessário um breve levantamento da estrutura produtiva e de escoamento na região em que foi estabelecida a colônia, bem como das formas de obtenção de crédito pelos colonos. Organizamos um mapa para facilitar a visualização da organização do espaço da colônia baseado fielmente nas declarações feitas pelos proprietários no ano de 1857, de acordo com o registro das propriedades, como obrigava a Lei de Terras.

No segundo capítulo, “Rotina de trabalho e relação senhor-escravo”, discutimos a distribuição da propriedade escrava, a estrutura e organização do trabalho, e os mecanismos de controle utilizados pelos senhores e administradores estrangeiros para manter a paz em suas senzalas. Através destes elementos foi possível conhecer um pouco mais sobre a rotina de trabalho nas fazendas. Em seguida discutimos o desenvolvimento de uma economia de subsistência dos escravos, que tinha lugar aos domingos e feriados, e que em alguns casos facilitava a compra da alforria. Ainda neste capítulo analisamos os conflitos subjacentes às relações de trabalho sob a escravidão, através das histórias de vida e de resistência, principalmente nas últimas décadas da escravidão, quando as sucessivas leis destinadas à abolição gradual fizeram sentir seus efeitos. Encerramos o capítulo apresentando as histórias dos libertos bem sucedidos na carreira agrícola.

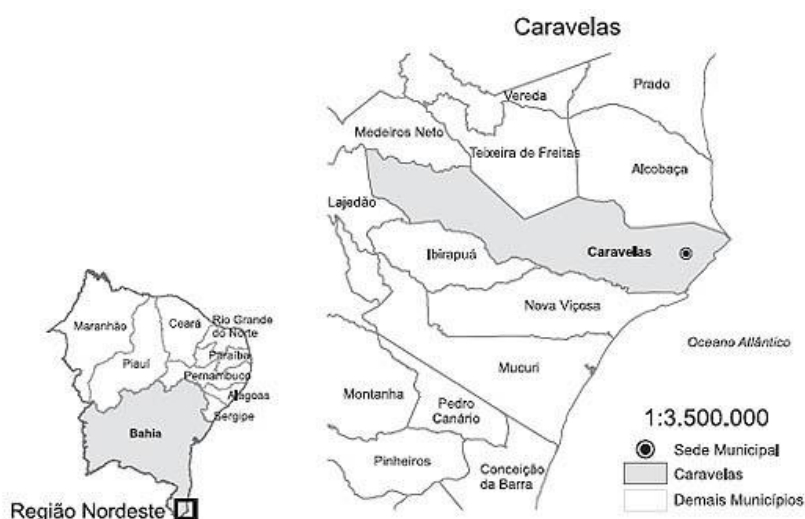
No terceiro e último capítulo, “População escrava e relações de parentesco na Colônia Leopoldina”, empreendemos a análise demográfica da população escrava da colônia. Foram analisadas variáveis como sexo, origem, idade, taxa de masculinidade e taxa de natalidade e a presença da família escrava nas fazendas. Analisamos os laços de parentesco e afetividade entre os cativos e a decorrente formação de núcleos familiares. Discutimos, finalmente, o grau de estímulo dos proprietários a reprodução endógena da posse, seja por motivos relacionados à dinâmica do tráfico ou, possivelmente, influenciados por valores religiosos.

As histórias de escravidão e liberdade que emergem das diversas fontes são apenas um fragmento da vida das pessoas que viveram na Colônia Leopoldina. Esses fragmentos encontram-se nos documentos depositados nos arquivos, mas também nos modos de falar, de cantar, de fiar a palha, de plantar, de remar, nas casas ao estilo europeu construídas em Nova Viçosa, e nas senzalas das fazendas que sobreviveram ao tempo.

## CAPITULO 1. A COLÔNIA LEOPOLDINA: PROCESSO DE FORMAÇÃO E PERFIL DA POPULAÇÃO LIVRE.

A Colônia Leopoldina foi fundada no município de Vila Viçosa, atual Nova Viçosa, pertencente à comarca de Caravelas, extremo sul da Bahia.<sup>15</sup> Após longa viagem explorando a região, o cônsul hamburguês Pedro Peycke e os naturalistas Freyreiss e Morhardt, naturais de Frankfurt, receberam do governo da província a doação de cinco sesmarias nas margens direita e esquerda do rio Peruípe, a oito léguas de distância de Villa Viçosa, onde deram início a uma colônia formada por suíços, alemães e franceses, principalmente.<sup>16</sup>

Mapa 1: extremo sul da Bahia.



Fonte: Instituto Virtual de Turismo-RJ.

<sup>15</sup> Ver Aguiar, *Descrições práticas da Província da Bahia*, p.291-293.

<sup>16</sup> *Fala que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, 'abertura da Assembléia Legislativa da mesma província em 25 de março de 1848*. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848, p.41.

Georg Wilhelm Freyreiss, considerado um dos fundadores e primeiro administrador da Colônia Leopoldina, era um naturalista suíço, especializado em ornitologia, que conheceu a região enquanto acompanhava o príncipe Maximiliano de Wied-Newwied em sua viagem de exploração pelo Rio de Janeiro e sul da Bahia entre 1815 e 1817. Freyreiss parece ter idealizado a colônia junto com outros imigrantes e reunido financiadores que pudessem contribuir com capital suficiente para a fundação de uma colônia agrícola.

Freyreiss, que parecia ter algum capital, uniu-se a outros empresários mais abastados como o Barão Von Dem Busche, um agrimensor alemão que, ao que parece, era cunhado de Pedro Weyll, um holandês que já tentava a agricultura no extremo sul baiano, na região de Ilhéus, desde pelo menos 1816, e que também se interessava pela colonização.<sup>17</sup> Aos dois juntaram-se Abraham Langhans, Louis Langhans e David Pasche. Os fundadores da colônia aparecem reunidos em uma carta de 1824 localizada por Carlos Oberacker Jr, em que os intitulados “*fondateurs de La Colonie Leopoldina*” dão notícias do empreendimento provavelmente ao ministro dos estrangeiros. Todos estes assinaram a carta, além dos primeiros colonos que já haviam ali chegado em 1824: Pedro Henrique Beguin, P.H. Huguenin, Eugenio Borel, J. G. Phillip, Nicolaus Kross e Johannes Graban.<sup>18</sup>

Alguns desses nomes nunca mais foram relacionados à Colônia Leopoldina, talvez por a terem abandonado ou por terem morrido sem deixar herdeiros que quisessem assumir seus papéis. Pedro Henrique Beguin, Philippe Huguenin e Eugenio Borel, no entanto, permaneceram na colônia ainda por muito tempo.

A família Borel parece ter chegado à região antes mesmo da fundação da colônia, acompanhando Pedro Weyll e um tal Scheuermann, e ocupou as proximidades da fazenda Almada, em Ilhéus. Em 1818, Henri Borel já havia fundado a fazenda Castelo Novo, onde plantava café. Não se sabe exatamente se o suíço de Neuchantel

---

<sup>17</sup> Pedro Weyll recebeu a concessão de uma légua quadrada de terras na região de Ilhéus onde fundou a fazenda Almada, um empreendimento que reuniu outros estrangeiros, além de índios e alguns escravos africanos. Em 1820 fundou a colônia de São Jorge dos Ilhéus formada por 28 casais de alemães que se dedicariam a cultura do café e do cacau. A colônia não obteve êxito ao que parece devido a muitas mortes ocorridas no início da fundação e os colonos sobreviventes espalharam-se pela região. O próprio Weyll retirou-se para Salvador onde deu seguimento a sua carreira de arquiteto. Pedro Weyll faleceu em Salvador em 1839. Ver Oberacker Jr., “A colônia Leopoldina-Frankental”, p.119.

<sup>18</sup> Idem, p.118.

abandonara o empreendimento de Weyll em 1824, e foi juntar-se aos colonos da Leopoldina, ou se foi seu parente Eugene Borel quem ocupou terras na referida colônia. Segundo Waldir Freitas Oliveira, Henri Borel, junto com Weill, deixou as terras de Ilhéus para se dirigir a capital da província, passando inclusive a trabalhar na firma de Meuron & Cia, de quem se tornaria sócio.<sup>19</sup> De sua família identificamos o referido Eugene Borel, Gustave Borel, seu irmão, Carlos Luis Borel, Alexandre Borel, Luis Borel e Henrique Borel.<sup>20</sup> Em 1845, Eugenio Borel estava residindo na Suíça e era sócio do seu irmão, a esta data falecido, na firma Eugene & Gustavo Borel, e na plantação Castelo-Pombal.<sup>21</sup> Huguenin e Beguin dividiram a propriedade Pombal em duas fazendas: Pombal I e II, e seus herdeiros permaneceram na região até a década de 1880.

Outros dois estrangeiros são apontados na literatura como fundadores da Colônia Leopoldina: o naturalista Carlos Guilherme Mohrardt e o cônsul de Hamburgo Pedro Peyck. Mohrardt era médico em Viçosa desde 1818, de onde enviava material científico para a Alemanha. Faleceu naquela região em 1841, deixando uma plantação com alguns escravos, mas não temos indícios de que essa propriedade fosse situada na Colônia Leopoldina.

Pedro Peick morava em Salvador e tinha uma propriedade na colônia administrada por seu sobrinho Ernesto Krull. Ao que parece contribuiu diplomática e financeiramente com a fundação da colônia, mas nunca a administrou. Em ofício enviado ao presidente da província, em 1832, o cônsul fala sobre sua propriedade no sul: “Tendo de me retirar quanto antes para a minha Plantação Leopoldina cita acima de Villa Viçosa na Comarca de Porto Seguro, onde a minha assistência muito [necessária] se faz para o andamento e boa ordem de tal estabelecimento [...]”<sup>22</sup>

Restaram poucas informações sobre os primeiros colonos da Leopoldina, o que dificulta o entendimento sobre a transformação da colônia em um conjunto de propriedades particulares cultivadas com escravos africanos. A morte prematura do

---

<sup>19</sup>Waldir Freitas Oliveira, *A saga dos suíços no Brasil, 1557-1945*, Santa Catarina, Editora Letradágua, 2007, pp. 31-33.

<sup>20</sup> *Relação remetida ao Dr. Juiz de Direito pelo Dr. em medicina Carlos Backmann Eike em 27 de janeiro de 1848*, APEB, seção colonial, *Colonos e colônias*, Colônia Leopoldina, 1848, maço 4603-3.

<sup>21</sup> *Ofício do Cônsul da Confederação suíça ao Presidente da província em 12 de fevereiro de 1845*, APEB, seção colonial, *Presidência da província*, consulado da Suíça, 1841-1887, maço 1210.

<sup>22</sup>A grafia das palavras nos documentos manuscritos e impressos citados no texto foi atualizada.

*Ofício do Consulado Hamburguês ao Presidente da Província em 15 de outubro de 1832*, APEB, seção colonial, *Presidência da província, consulado da Alemanha, Hamburgo e cidades Anseáticas, 1828-1869*, maço 1165.



idealizador e administrador da colônia, Georg Freyreiss, em 1825, parece ter marcado de alguma forma a transição.

Schaeffer, que visitou a colônia em 1821, afirma que a encontrou se desenvolvendo bem, com alguma plantação de café cultivada por quatro famílias. A carta dos “fundadores da colônia” afirma que em 1824 já havia 50 mil pés de café plantados, que poderiam render 5.000 arrobas de café.<sup>23</sup> Nesses documentos não há referência à presença de escravos durante este período, e os diversos presidentes da província da Bahia que se referiram à transformação da colônia em um conjunto de fazendas, deixam claro que no começo o braço escravo não era utilizado, já que a colônia deixaria de existir enquanto tal justamente se passasse a utilizá-los. O mesmo Schaeffer, que havia recebido uma sesmaria numa região próxima a Leopoldina, em 1821, onde fundou a colônia Frankental, não deixaria de comentar o uso de escravos na Leopoldina se lá os tivesse visto. Em seu livro de 1824 ele enfatizou o prejuízo decorrente do uso de escravos nas colônias agrícolas para os projetos de colonização no Brasil.<sup>24</sup>

Tanto a Colônia Leopoldina como a Frankental foram regidas pelo decreto de 16 de março de 1820, que previa que os colonos receberiam cerca de 50 hectares de terra, casas, sementes, animais de criação e alimentos, com a obrigação de devolver, após quatro anos, as sementes, animais e alimentos recebidos. Teriam direito à caça, à retirada da madeira de que precisassem, e o pasto seria coletivo. Em contrapartida, os colonos não poderiam deixar a colônia nos dois primeiros anos, e entregariam a metade dos produtos, não alimentícios, beneficiados para a exportação, como o café, por exemplo. Os artífices ainda tinham a obrigação de iniciar índios jovens em suas artes.<sup>25</sup> Provavelmente, o sistema de meação não agradava os colonos, quanto mais que não chagavam à Bahia as levas de estrangeiros prometidas por Schaeffer para as colônias do sul da província. Após a morte de Freyreiss, as tentativas de uma experiência apenas

---

<sup>23</sup> Segundo afirma Alice P. Canabrava, “A grande lavoura”, In Sergio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, p.93.

<sup>24</sup> O livro de Schaeffer cujo título original é Dr. Ritter von Schaeffer, *Brasilien als unabhängiges Reich in Historischer, merkantilistischer und politischer Beziehung*. Altona, Hammerich, 1824, não se encontra traduzido do alemão. Tivemos acesso à tradução de alguns trechos disponíveis em Oberacker Jr., *Jorge Antonio Von Schaeffer*, p 3.

<sup>25</sup> Oberacker Jr., “A Colônia Leopoldina”, p.128.

com colonos livres ficou mais difícil e os colonos passaram a comprar escravos para cultivar as lavouras de café.

## SCHAEFFER: UM AGENTE DA COLONIZAÇÃO A SERVIÇO DO GOVERNO IMPERIAL

Jorge Antonio Von Schaeffer faleceu em 1838, provavelmente na Europa, e teve seu inventário aberto em Caravelas no ano de 1843. Naquela comarca era proprietário da fazenda Jacarandá, na Colônia Leopoldina, onde após sua morte passou a morar a viúva Guilhermina Florentina de Schaeffer, e sua única filha, D. Theodora Romana Luiza de Schaeffer, que aparece numa relação de fazendeiros no ano de 1840 como produtora de café, brasileira e solteira.

Em 1848, D. Theodora Schaeffer estava casada com João Vicente Gonçalves de Almeida, membro de uma das mais influentes famílias da região, e em 1857 a fazenda Jacarandá, herdada por ela, foi registrada no livro de registro eclesiástico de terras de Vila Viçosa em nome do seu marido, que informou se tratar de uma sesmaria de 170 por 1500 braças (3.300m) de terra, doadas ao seu sogro, o Coronel Jorge Antonio von Schaeffer.

Georg Anton von Schaeffer era natural da Francônia, atual Baviera. Como médico e naturalista, se aproximou da princesa Leopoldina em 1818, quando a Companhia Russo-Americana da qual fazia parte empreendeu uma viagem de exploração da costa norte americana fazendo escala no Rio de Janeiro. Manifestando à família real sua vontade de permanecer em terras tropicais para atenuar sua doença – sofria de gota- recebeu de D. João VI uma sesmaria no sul da Bahia. Nas terras concedidas, Schaeffer estabeleceu no ano de 1821, uma colônia de alemães a que deu o nome de Frankental, vale dos francos, nas margens do rio Jacarandá, próximo ao Peruípe, acima do sítio onde foi fundada a Colônia Leopoldina.

Na década de 1820, Schaeffer tornou-se um dos mais importantes agentes de colonização a serviço do imperador D. Pedro I. Após uma viagem pelas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde teve oportunidade de conhecer algumas colônias agrícolas, como a de Nova Friburgo. Ele tornou-se um dos mais entusiastas defensores da colonização no Brasil. Ao que tudo indica, foi Schaeffer quem despertou

em José Bonifácio o interesse pela colonização organizada pelo Estado, recomendando-lhe um sistema militar agrícola.<sup>26</sup>

As instruções dadas por José Bonifácio a Schaeffer, em 21 de agosto de 1822, pouco antes da independência do Brasil, encarregavam-no de promover uma imigração espontânea de alemães para formar colônias rurais militares na divisa entre as províncias de Minas Gerais e Bahia, próximo a Caravelas.<sup>27</sup> Os colonos “artistas e lavradores” receberiam terras, segundo o decreto de 16 de maio de 1820, que servia de base para a imigração espontânea ou organizada por particulares, e que previa a concessão de 400 braças (880m) de terras a serem cultivadas, e mais terras para a fundação de uma vila. Os europeus ainda seriam naturalizados e gozariam dos mesmos privilégios dos cidadãos portugueses. Schaeffer também prometeu ajuda financeira nos primeiros meses enquanto a lavoura dos colonos não produzisse; e mais: sementes, gado, ferramentas para o trabalho, além de padres, pastores e médicos pagos pelo Estado, o que parece ter sido cumprido pelo menos em relação à maioria dos imigrantes que foram encaminhados à futura colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

O governo oferecia esse tipo de subsídio e em troca exigia que os colonos prestassem serviço militar em tempos de guerra e desenvolvessem a agricultura. Mas segundo Carlos Oberacker Jr., isso tudo não passava de um disfarce para a verdadeira intenção dos portugueses: recrutar militares europeus “sob o disfarce de colonos” para formar um dique militar no norte de Minas e no sul da Bahia, impedindo a passagem das tropas portuguesas para o sul. Segundo o mesmo autor, em 1823 a missão de Schaeffer foi abortada, segundo ordens de José Bonifácio, que acreditava não necessitar mais do engajamento de militares europeus nas tropas do imperador.<sup>28</sup>

No entanto, a missão de trazer soldados alemães foi retomada em 1824, quando cresceram as dificuldades na Cisplatina, e desta vez foi solicitado a Schaeffer engajar 3.800 soldados suíços ou outros europeus, para servir ao Império. No mesmo ano ele conseguiu reunir 2.200 homens entre mendigos, ladrões, vagabundos e alcoólatras da Europa.

---

<sup>26</sup>Oberacker Jr., *Jorge Antonio Von Schaeffer*, p.8.

<sup>27</sup> Ver Edgard de Cerqueira Falcão, *Obras científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Coligidas e reproduzidas por, São Paulo, Grupo de Trabalho Executivo das Homenagens ao Patriarca, 1965, tomo II, p.349 e ss., onde se encontram as “Instruções a Schaeffer”.

<sup>28</sup>Oberacker Jr., *Jorge Antonio Von Schaeffer*, p.8.

Diversas cartas enviadas por D. Pedro e por D. Leopoldina a Schaeffer e seu amigo João Martinho Flach, referem-se à imigração de soldados à custa do Estado. Em carta de 10 de maio de 1826, enviada a Schaeffer pela Imperatriz, esta falava em alguns milhares de soldados que deveriam ser contratados a pedido do Imperador.

Excelente Schaeffer                      São Cristóvão 10 de maio de 1826.

Suas últimas duas cartas agradam-me cordialmente e espero, com verdadeira impaciência, os livros e o resto. A respeito de dinheiro já seguiu a ordem para o Gameiro a fim de que sejam pagos os soldados e colonos já contratados, mas o senhor não deve contratar nenhum mais, visto que o amadíssimo supracitado (!!) diz que lhe falta dinheiro (parece-me que não é no bolso dele).<sup>29</sup>

O Imperador faz votos para que o senhor já tenha contratado alguns milhares, assim o outro não teria remédio senão pagar, e só com este estratagema poderá a coisa andar direita e a batalha será ganha contra o partido bem-intencionado do Brasil. Aqui não vai tudo como eu desejaria, mas queremos esperar a melhor solução do Todo-Poderoso.

Assegurando-lhe minha eterna amizade e benevolência, continuo sua bem afeiçoada

Leopoldina.<sup>30</sup>

Segundo Carlos Oberacker, ainda que naquele primeiro quartel do século XIX muitos colonos europeus tenham embarcado com suas famílias rumo ao Brasil, o Estado não estava verdadeiramente interessado na vinda de colonos, e estes só foram aceitos como forma de camuflar a vinda de soldados, o que era expressamente proibido na Alemanha. Ainda segundo este autor, a maior parte dos militares trazidos por Schaeffer foram tidos oficialmente por colonos, e alguns, após anos de serviço militar, realmente se tornaram lavradores e comerciantes em colônias estabelecidas nas províncias do sul e na Bahia. Esse foi o caso de alemão Carlos Metzker, estabelecido na Leopoldina desde pelo menos 1823. O Major Metzker era natural da cidade de Osnabruck, Westfália, e

---

<sup>29</sup> O “amadíssimo supracitado” a quem se refere a imperatriz era, provavelmente, o ministro do Negócios Estrangeiros, Antonio Luiz Pereira da Cunha, visconde e depois marquês de Inhambupe, que havia anteriormente enviado carta a Schaeffer orientando que não trouxesse mais soldados ao Brasil. Na carta ainda há uma referência a um tal Gameiro, trata-se de Manuel Gameiro Pessoa, um agente brasileiro enviado a Paris para recrutar soldados europeus.

<sup>30</sup> Bettina Kann e Patricia Souza Lima (org), *Cartas de uma imperatriz*, tradução Tereza Maria Souza de Castro e Guilherme José de Freitas Teixeira, São Paulo, Estação Liberdade, 2006, p. 444.

veio para o Brasil por volta de 1820. Antes de chegar a Caravelas, viveu no Rio de Janeiro e era um dos soldados europeus que, após cumprir seu tempo de serviço, dedicou-se a carreira agrícola em uma colônia de conterrâneos. Em 1840, seu nome aparece na relação de lavradores da Colônia Leopoldina como proprietário de 27.000 pés de café e 18 escravos, e consta a seguinte observação: “oficial reformado do Exército do Brasil”. Carlos Metzker faleceu na sua fazenda Destacamento, em 1856, aos 80 anos.<sup>31</sup>

Os colonos que chegavam ao Rio de Janeiro e não se encaixavam na condição de soldados, ou seja, tinham pagado sua passagem, podiam se dirigir para qualquer região onde quisessem obter terras. A maior parte dos trazidos por Schaeffer foram parar no Rio Grande do sul e na Bahia, ou se fixaram nos arredores do Rio de Janeiro. Na Bahia, a colônia de Frankental deve ter recebido a maior parte dos colonos trazidos pelo seu fundador. Consta que Schaeffer prometeu terras a alguns emigrantes alemães providos de recursos em sua colônia e em outras fundadas por conterrâneos.<sup>32</sup> A Frankental, segundo Schaeffer, era cultivada sem o uso de escravos, apenas com a mão de obra dos próprios colonos e de alguns índios na derrubada das matas. Ao que tudo indica Frankental foi a primeira experiência com colonos no Brasil baseada apenas no trabalho livre.

Schaeffer deixava claro que era contra o uso do trabalho escravo pelos colonos. Acreditava que através da agricultura familiar era possível desenvolver uma lavoura lucrativa, como a do café, e não apenas gêneros destinados à subsistência, como se queixavam os colonos de Nova Friburgo, que diziam só ter conseguido lucro quando lançaram mão de escravos. Em seu livro de 1824, escreveu

É preciso permitir que nas colônias agrícolas haja somente poucos ou nenhuns escravos negros, pois pelo trabalho escravo, perder-se-ia uma vantagem da emigração alemã, continuando uma economia que já existe no Brasil. E cujo resultado não constitui uma benção geral para a pátria brasílica. O Brasil necessita do dinamismo norte-americano.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> *Relação dos lavradores da Colônia Leopoldina tanto nacionais como estrangeiros, 1840*, APEB, seção colonial, *Agricultura*, maço 2329; ver ainda inventário de Carlos Augusto Metzker, APEB, seção judiciária, *Inventários*, doc. 04/1482/1951/18.

<sup>32</sup> Oberacker Jr., *Jorge Antonio Von Schaeffer*, p.93.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 6.

Os documentos não deixam claro, mas, ao que parece a fazenda Jacarandá que foi de Schaeffer, assim como a propriedade de João Martinho Flach, passaram a fazer parte do conjunto de fazendas denominado Colônia Leopoldina após a extinção da Colônia Frankental, em 1838, inclusive aderindo ao uso da mão de obra escrava na lavoura de café. Em 1840, o nome de Theodora Schaeffer, filha do Coronel, estava entre os lavradores da Colônia Leopoldina, e constava ter em sua posse 37 escravos, 25 adultos e 12 crias. Em 1848, a referida fazenda Jacarandá contava com três brancos -a viúva, a filha e o genro de Schaeffer- e 30 escravos.

A união da antiga colônia Frankental à Leopoldina marca o fim das duas colônias agrícolas e o começo de um novo empreendimento formado por capitalistas estrangeiros desejosos de enriquecer nas terras brasileiras através da produção escravista do café. Essa integração parece marcar, assim, a inserção do africano como principal mão de obra naquele empreendimento, demonstrando ao governo imperial que o Brasil não estava preparado para empreender qualquer projeto de substituição dos escravos por trabalhadores livres.

#### DE COLONOS A SENHORES DE ESCRAVOS

Em 1855, João Mauricio Vanderley, então presidente da província da Bahia, afirmava que a Colônia Leopoldina

Foi fundada em 1818, no município de Vila Viçosa à margem do rio Peruhype. Ignora-se o número de colonos que para ali tem entrado desde a época de sua fundação até hoje; mas o seu estado é relativamente florescente. Entretanto não pode ser considerada como uma colônia regular; por quanto na agricultura empregam-se quase exclusivamente braços escravos.

<sup>34</sup>

A presença de escravos como força de trabalho nos empreendimentos agrícolas fez com que o viajante Robert Avé-Lallemant também encontrasse inconveniência em

---

<sup>34</sup> *Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor João Mauricio Wanderley, no 1.º de março de 1855, Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855,p.40.*

denominá-la colônia. Assim ele descreve o processo de estruturação da Leopoldina em sua visita a região em 1859:

Deve fazer mais ou menos 40 anos que os primeiros colonos se fixaram no Peruípe. Foram sobretudo suíços diligentes os primeiros colonos que, antes de todas as outras nacionalidades, iniciaram os trabalhos ali. Logo se lhes seguiram franceses e alemães que, com o auxílio de alguns escravos, foram pouco a pouco fundando uma serie de fazendas, que fizeram prosperar, até que muitos brasileiros mesmo, vieram reunir-se a eles. Disso resultou uma longa cadeia de cafezais em ambas as margens do rio, sob o nome de Leopoldina, que por isso não quero chamar uma colônia, uma vez que toda essa cultura é feita por braços escravos.<sup>35</sup>

Os vários relatórios dos presidentes da província e documentos do consulado da Suíça na Bahia discutem a questão da mão-de-obra empregada no cultivo do café na Colônia Leopoldina. São quase exclusivamente braços escravos, africanos e crioulos em número muito superior ao de colonos estrangeiros. É difícil, entretanto, precisar a exata população escrava na colônia ao longo dos seus quase setenta anos de existência.

Segundo Carlos Oberacker Jr., colonos compraram escravos quando estes eram baratos, isto é, antes da proibição do tráfico em 1850. Ou seja, os africanos à disposição dos colonos foram comprados antes do auge produtivo da colônia, que ocorreu exatamente na década de 1850. Nesse período a maioria dos colonos não comprava mais escravos, embora contasse com mão-de-obra escrava suficiente para uma produção em crescimento. Uma das saídas encontradas pelos escravistas da Leopoldina foi a procriação de escravos através do incentivo à formação de famílias. O fazendeiro Augusto de Coffrane, por exemplo, possuía 25 escravos adultos e 45 crias em 1840.

Se, como afirma Oberacker Jr., o que assegurou o sucesso da Leopoldina era, não a extensão ou a qualidade da terra, mas a eficiência no seu aproveitamento, através de uma maior engenhosidade no plantio, na colheita e no beneficiamento do café, era de se esperar um aumento no ritmo de trabalho e uma exigência ainda maior da parte dos trabalhadores escravizados. Além do aumento do número de escravos, os colonos apostavam na exploração máxima da força de trabalho diminuindo o tempo de folga.

---

<sup>35</sup>Avé-Lallemant, *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, 1859*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1980, p.152.

Sobre a compra dos primeiros escravos, temos poucas informações. Podemos apenas tecer algumas considerações sobre o capital à disposição dos colonos para a compra de escravos. Suspeitamos que o capital proveniente das primeiras safras pudessem assegurar a compra dos primeiros braços. Ainda que os colonos tivessem dívidas a sanar com os fundadores da colônia, eles conseguiram comprar as propriedades após o desmembramento da sesmaria e da mesma forma poderiam adquirir escravos. Os estrangeiros que vieram posteriormente para a região contaram com o apoio financeiro da firma Meuron & Cia, estabelecida em Salvador desde pelo menos 1822.

O suíço François Meuron era dono de uma fábrica de rapé instalada no antigo casarão chamado Solar do Unhão, que lhe foi arrendado por Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Barão e depois Visconde da Torre de Garcia d'Ávila, por volta de 1827. Segundo Waldir Freitas Oliveira a firma funcionou como um ponto de apoio aos compatriotas recém-chegados. Muitos colonos que seguiram para o sul da Bahia contaram com apoio financeiro da firma, “que lhes garantia os custos dos seus empreendimentos, ao menos até a colheita das primeiras safras”.<sup>36</sup> De fato, alguns colonos que se dirigiram para a Colônia Leopoldina declararam no registro de entrada de estrangeiros que se dirigiam ao “Unhão, freguesia da Vitória, na fábrica de rapé”.<sup>37</sup>

Ainda segundo Freitas Oliveira, citando um manuscrito inédito de Hermann Nesser sobre a colonização suíça no sul da Bahia, diversas firmas comerciais de estrangeiros interessados na exportação atuaram como consignatários dos colonos estabelecidos na Bahia. Devido a essa parceria financeira os colonos da Leopoldina se livravam de execuções judiciais quando não conseguiam sanar suas dívidas, mantendo as terras e os escravos dados como garantia.<sup>38</sup> Mais tarde os próprios colonos mais abastados desempenhavam esse papel, concedendo empréstimos vultosos a seus vizinhos. Alguns formaram firmas como Eugenio & Gustavo Borel, Maulaz, Jeanmonod & Giroud, Coussandier & Tavares, e ainda uma Sociedade Colonial

---

<sup>36</sup> Oliveira, *A saga dos suíços no Brasil*, pp33-35.

<sup>37</sup> APEB, seção colonial, *Polícia*, Livro de Registro de entrada de estrangeiros, 1842, maço 5657-1, p.26, 31 verso, e 93.

<sup>38</sup> Oliveira, *A saga dos suíços no Brasil*, p. 53.



formada pelos maiores proprietários da colônia destinada a conceder crédito aos fazendeiros.<sup>39</sup>

Provavelmente, as firmas comerciais, tanto de estrangeiros como de brasileiros, dispensavam aos cafeicultores da Colônia Leopoldina o crédito necessário para a compra de escravos e tudo o mais que precisavam para incrementar sua produção. Esse crédito também possibilitava a compra de terras nas margens do rio Peruípe, já que desde a Lei de Terras ela passou a ser vendida e não mais doada a estrangeiros, ainda que a mesma lei fosse destinada, entre outras coisas, a promover a colonização.

#### TERRAS FÉRTEIS NAS MARGENS DO PERUÍPE

A compra de terras foi fundamental para o aumento da colônia e o incremento da cafeicultura na região. Ainda que a maioria das terras dos colonos tivesse sido doada antes da Lei de Terras que restringiu a doação de lotes a estrangeiros e dificultou a apropriação das terras devolutas nacionais por particulares, muitos dos estrangeiros chegados posteriormente tiveram que obter seu lote por compra. Compravam pequenos lotes a herdeiros dos primeiros colonos e a brasileiros residentes na área, de preferência com alguma plantação de café, e os reunia formando propriedades com área suficiente para uma produção de café para exportação.

Alguns conseguiram formar verdadeiras *plantations*, como destacou Bert Barickman. De acordo com este autor, a Colônia Leopoldina foi o único caso baiano em que a lavoura cafeeira deu origem a grandes propriedades como as desenvolvidas no Sudeste.<sup>40</sup> Porém, ele ressalta que as áreas produtoras eram modestas, e algumas não tinham escravo algum. As fontes apontam que o tamanho médio dos lotes doados aos primeiros colonos era de 1500 braças de terra, ou 3.300 metros, mas as propriedades registradas segundo exigência da mesma lei de Terras variavam muito de tamanho: algumas não passavam de 50 braças (110m) enquanto outras ainda conservavam o lote

---

<sup>39</sup> APEB, seção colonial, *Agricultura*, Livro de registro eclesiástico de terras de Villa Viçosa, 1857-1863, maço 4827.

<sup>40</sup> Ver Bert J. Barickman, *Um contraponto baiano, Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, R.J.Civilização Brasileira.2003, p.63; sobre a expansão da lavoura cafeeira no Sudeste ver principalmente, Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, 3ª ed. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998; Stanley Stein, *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

original. O desmembramento das terras como forma de saldar as dívidas da propriedade parece ter sido muito comum como identificamos em alguns inventários dos estrangeiros de segunda geração.

Beguim declarou em 1859 que obteve a fazenda Monte Christo por compra. No mesmo ano João Flach declarou: “sou senhor de uma Sesmaria concedida ao defunto meu Pai pelo Governo Imperial, cuja Sesmaria tem mil e quinhentas braças de frente, e mil e quinhentas de fundos”.<sup>41</sup> E ainda

Declaro que possuo por título de compra feita aos herdeiros do finado Henrique Borrel, hum terreno de cem braças de frente, e mil e quinhentas de fundos, extremado a Leste com João Martinho Flach, ao Oeste com Gustavo Vignet, ao Norte com as terras publicas devolutas, e ao Sul com o Rio Peruípe. João Flach. Colônia Leopoldina, 11 de julho de 1859.”<sup>42</sup>

Respondendo à exigência da lei nº 601 de 1850, de que as pessoas que tivessem recebido sesmarias, ou terras concedidas pelo governo deveriam registrá-las sob pena de perderem a posse, o subdelegado da Colônia Leopoldina informou:

Passo a informar a VEx<sup>a</sup> que nele (2º distrito de Vila Viçosa) existem sesmarias concedidas pelo Governo a mais de trinta anos, assim como posses em poder de primeiros ocupantes, sem outro título mais do que a sua ocupação, e em poder de segundos ocupantes tendo sido transferida a estes por título de legítimas. Também existem terras concedidas pela Câmara Municipal ainda no poder dos primitivos concessionários, considerados como simples posses e sujeitas a legitimação na forma da lei. 1º de novembro de 1860.<sup>43</sup>

Mas o subdelegado nada informava sobre a subdivisão dos lotes doados aos colonos. Muitos lavradores obtiveram mais terras através da compra de lotes a proprietários que receberam terras concedidas pela Câmara como prova o registro das

---

<sup>41</sup> A medida da propriedade equivale a 3.300m, de largura e comprimento.

<sup>42</sup> APEB, seção colonial, *Agricultura*, maço 4827. Livro de registro eclesiástico de terras de Villa Viçosa, 1857-1863.

<sup>43</sup> *Ofício do subdelegado de polícia da colônia Leopoldina ao presidente da província em 1º de novembro de 1860*, APEB, seção colonial, *Polícia*, maço 3005.

terras feito em 1857. Uma década antes, o médico João Conrado Lang informava que na colônia havia pequenas propriedades, chamadas por ele de sítios que não seriam enumeradas numa relação encomendada sobre as propriedades agrícolas da colônia, pois mudavam de dono a todo momento.

Alguns desses sítios pertenciam a índios e a africanos libertos. Não conseguimos identificar os índios proprietários de terra na colônia, mas temos informações sobre alguns africanos. Manoel de Alfredo e Honório de Alfredo eram africanos libertos, “senhores e possuidores” de 50 braças (110m) de terra no lado sul do rio Peruípe, as quais tinham comprado com plantações de café. Cecília Flach, africana liberta, havia comprado na década de 1870, por 440 mil réis, 25 braças (55m) de terras no lado sul da colônia. O vendedor era Otávio Maurício Joseph, herdeiro de um dos primeiros colonos da região.

A questão da terra e das riquezas propiciadas pela cultura do café, bem cedo causaram desentendimentos entre colonos e autoridades administrativas brasileiras. Diversas petições enviadas ao cônsul da Suíça demonstram a forte pressão que havia sobre os fazendeiros por parte de delegados, juizes de paz, juizes de direito e proprietários brasileiros que viam os estrangeiros como usurpadores de suas terras e riquezas. Os estrangeiros acusavam as autoridades nacionais de um “ciúme antipatriótico”, enquanto os brasileiros os acusavam de tomar “as matas mais próximas a Villa Viçosa, privando aos brasileiros de as lavrarem”, além de “introduzirem costumes não adequados a este país”. Infelizmente o informante não explicou quais seriam estes costumes inadequados, talvez se referisse a religião.<sup>44</sup>

A disputa era por terras produtivas naquela região. Aquelas terras, apesar de reputadas fertilíssimas, tinham uma produtividade questionável. Carlos Oberacker Jr., baseado em Carlos Toelsner, afirma que a terra era boa, mas não da melhor qualidade. Em 1847 o juiz de direito da Colônia Leopoldina informava que aquela época já havia falta de terra “porque já aqui tem fazendas que não lhe existe mais aonde lavar, e todas as matas da beira do rio já estão reduzidas a campos, que era este o terreno mais fértil”.<sup>45</sup> Exatamente neste período há registro de brasileiros que estavam deixando Vila

---

<sup>44</sup> *Ofício Ao Sr. Dr. Caetano Vicente de Almeida Junior, em 04 de março de 1847, APEB, seção colonial, Agricultura, Colônia Leopoldina, 1845-1880, maço 4603-3.*

<sup>45</sup> *Ofício Ao Sr. Dr. Caetano Vicente de Almeida Junior, em 04 de março de 1847. APEB, seção colonial, Agricultura, Colônia Leopoldina, 1845-1880, maço 4603-3.*

Viçosa em direção a colônia devido ao êxito da cultura do café, o que agravou os conflitos entre brasileiros e estrangeiros.

Vila Viçosa era por volta da década de 1850 uma vila quase abandonada segundo relatos de viajantes e autoridades da região. Em relatório da Câmara Municipal de Caravelas ao presidente da província, em 1857, se lê que a vila “não representa hoje senão ruínas”, e “o número de seus habitantes se acha muito limitado”. O motivo seria a retirada em massa dos agricultores para a Colônia Leopoldina, pois “os povos preferem sempre seu bem estar e suas comodidades a qualquer outra consideração”. O relatório ainda informava que houve uma tentativa fracassada por parte da Câmara de manter os moradores em Vila Viçosa, através da aprovação de posturas impedindo que as embarcações subissem à Colônia, centralizando assim o comércio naquela vila.

A debandada dos agricultores de Vila Viçosa refletia o bom momento econômico da colônia. É verdade que a maioria dos agricultores migrantes não tinha grandes posses, mas junto aos pequenos proprietários vieram representantes de algumas das maiores famílias da região como Almeida Vellozo, Barbosa de Oliveira e Pereira de Sena. A presença de lavradores e comerciantes brasileiros sem dúvida ajudou a incrementar a economia da colônia, mas também agravou os conflitos entre estes e os estrangeiros.

## A CULTURA DE CAFÉ NA COLONIA

Apesar de o Brasil já produzir café desde o primeiro quartel do século XVIII, apenas a partir da década de 1810 ele passou a atuar efetivamente no comércio internacional de café. Aproveitando, ainda que tardiamente, as oportunidades oferecidas pela revolução do Haiti na virada para o século XIX, o Brasil aumentou as cifras de 1.500 toneladas anuais, entre 1812-16, para 6.100 toneladas entre 1817-1821.<sup>46</sup> Em 1830 o café passava a ser o principal produto brasileiro de exportação, desbancando o açúcar, e em 1850 correspondia a mais da metade das exportações brasileiras.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Rafael de Bivar Marquese, “A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada”, *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, vol.16, n.º.4, pp.869.

<sup>47</sup> Barcikman, *Um contraponto baiano*, p.61.

A Bahia participava com modestas somas em relação às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Barickman, mesmo no auge da sua produção, na década de 1850, a Bahia só fornecia cerca de 2% do café exportado.<sup>48</sup> Por esta época haviam se destacado três centros cafeicultores na província da Bahia: o Recôncavo baiano; a região de Ilhéus, Camamu e Valença; e a região de Porto Seguro e Caravelas, no extremo sul.

O destaque da região de Caravelas se dava principalmente por causa da Colônia Leopoldina que se destacava como centro produtor e exportador de café. Seus cafezais exportaram em 1839 o total de 36.277 arrobas de café. Barickman informa que em 1848 estes produtores já exportavam 65 mil arrobas. Tendo em vista que a exportação total da província naquele ano era próxima a 130 mil arrobas, Caravelas e a Colônia Leopoldina contribuía com quase a metade do valor exportado. Ainda assim, o mesmo autor afirma que esses valores sequer se aproximavam do montante de café produzido no Sudeste, que chegava a 9.201.355 arrobas de café exportado pelo porto do Rio de Janeiro naquela data.<sup>49</sup>

Não se sabe ao certo como os estrangeiros enveredaram pela cultura do café nas margens do rio Peruípe. A tradição local apresenta uma versão para o aparecimento da planta de café na região desde 1787, antes da chegada dos colonos em Viçosa. Segundo relato do Capitão Manoel da Silva Chaves Sênior, um agricultor morador em Vila Viçosa, o café chegou à região pelas mãos dos missionários Barbadinhos italianos, “que vieram do sul, e por terra a fim de pregarem a Missão nesta Comarca”. Estes missionários trouxeram um escravo que torrava o café e oferecia a bebida aos moradores da vila. O tio do capitão tomou uns grãos e os plantou no seu sítio, de onde vendia arbustos da planta aos agricultores de mandioca, espalhando assim a nova cultura que perfeitamente se adaptou ao solo da região.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup>Idem, p.63.

<sup>49</sup> Para dados de exportação de café na região de Caravelas e na província da Bahia, ver Barickman, *Um contraponto baiano*, p. 62-63, 153; e para dados sobre as exportações de café das províncias do sudeste na primeira metade do século XIX, ver Sebastião Ferreira Soares, *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Typografia Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1860, p. 209.

<sup>50</sup> João Antonio de Sampaio Vianna, “Breve notícia da primeira planta de café que houve na comarca de Caravelas ao sul da província da Bahia escripta segundo dados authenticos”, *RHGB*, nº05(1843), p.77-79.

Pelo que se sabe, as terras ao longo do rio Peruípe eram propícias ao crescimento da planta. O café crescia com facilidade e dava bons frutos. A escolha dos estrangeiros que se fixaram na Colônia Leopoldina pela cultura do café sem dúvida estava ligada as oportunidades que o café poderia oferecer no mercado internacional, principalmente após a Revolução do Haiti, principal produtor. A doação de terras pelo governo imperial e provincial, as estreitas relações com comerciantes de Salvador e da Corte, com membros do governo imperial, como a própria imperatriz Leopoldina, somados a facilidade de escoamento da produção, viabilizavam o negócio.

Os produtores escoavam a produção pelo porto de Caravelas. Para chegar a Caravelas, o café era transportado em lombo de burro até o pequeno porto de Viçosa, e de lá seguia em canoas até a cidade. Daí era exportado para Salvador e Rio de Janeiro. Segundo ofício de diversos proprietários de Viçosa ao presidente da província, em 1857:

A via de transporte para o comercio é por mar, sendo o porto de embarque e desembarque a cidade de Caravellas, e os veículos, os vapores das companhias Pedroso e Mucury, e embarcação de vela de grande e pequeno porte, convindo notar que as diferentes produções, para que cheguem ao porto de embarque e sejam recebidos nestes veículos são trazidos de diversas partes do município em animais até os portos de beira rio, e daí em canoas.<sup>51</sup>

Todos os inventários consultados apresentam pelo menos uma canoa grande para este serviço. Apesar de muitas vias fluviais e marítimas à disposição dos produtores, o transporte era dificultado pela pequena profundidade do rio Peruípe e a formação de bancos de areia que provocava o encalhe de muitos barcos. Não havia pontes ou canais para reduzir as distâncias, assim como quase não havia estrada por terra.<sup>52</sup> Além das dificuldades e do alto custo, esse transporte de trecho em trecho facilitava a ação do roubo da carga.

---

<sup>51</sup> *Ofício da Câmara Municipal de Caravellas ao Digníssimo Presidente da Província, em 15 de junho de 1857.* APEB, seção Colonial, *Presidência da província, 1852-1888*, maço 1296.

<sup>52</sup> O problema do transporte para escoar a produção da colônia preocupou plantadores, comerciantes e autoridades provinciais durante todo o tempo de sua existência. Autoridades pediam a construção de pontes, estradas e melhoria das empresas de navegação. Na década de 1880 houve uma pressão da Câmara de Caravelas para que a estrada de ferro Bahia-Minas tivesse uma estação na Colônia Leopoldina para facilitar o escoamento da produção, oferecendo outra alternativa de transporte além do mar. Em 1897 foi inaugurada uma estação da ferrovia na colônia.

A cultura do café na região cresceu muito durante a década de 1840. Segundo tabela apresentada por Henrique Lyra, a produção passou de 8.570 sacas, em 1842, para 17.138 sacas, em 1848. Uma relação de lavradores organizada no início da década informa que pelo menos 22 proprietários provavelmente haviam iniciado sua lavoura por volta de 1840, pois não produziram nada no ano de 1839. Este era o caso da maioria dos plantadores com pouco ou nenhum escravo naquele ano, como podemos observar na tabela 1.

**Tabela 1: Número de escravos por proprietário que não exportou café em 1839**

Tamanho da posse	Número de proprietários que não exportou em 1839	%
Sem escravos	5	23,8
1 a 4	11	52,4
5 a 19	3	14,3
20 a 30	2	9,5
Total	21	100,0

*Fonte:* APEB, Relação dos lavradores da Colônia Leopoldina tanto nacionais quanto estrangeiros – 1840, maço 2329.

A relação dos lavradores da Colônia Leopoldina apresentada ao presidente da província da Bahia em 1840, informa que naquele ano havia 55 lavradores que cultivaram 1.439.000 pés de café.<sup>53</sup> Cada proprietário, em média, tinha 25.700 pés de café plantado, muito abaixo da maioria das plantações do Sudeste brasileiro, mas bem maior que a imaginada por Bert Barickman, que previa entre quatro a nove mil pés de café por proprietário, por exemplo.<sup>54</sup>

A maioria dos cafeicultores da colônia não exportava diretamente sua produção, eles vendiam a negociantes da própria colônia, ou, quando seco e pilado, consignavam em casas comerciais da Bahia, como a casa de Pedro Peik, o cônsul de Hamburgo. As casas comissárias tinham um papel fundamental no financiamento e na comercialização do café, atuando entre produtores e exportadores. Segundo José Enio

<sup>53</sup> *Relação dos lavradores da Colônia Leopoldina tanto nacionaes quanto estrangeiros – 1840*, APEB, seção Colonial, *Agricultura*, maço 2329.

<sup>54</sup> Barickman, *Um contraponto baiano*, p.302.

Casalecchi, as casas comissárias eram verdadeiros bancos regionais, dispensando créditos aos fazendeiros, oferecendo recursos para a compra de escravos e máquinas, e assegurando necessidades anuais da fazenda. Estas casas também estocavam o produto e atuavam na regularização da oferta.<sup>55</sup> A maioria dos lavradores arrolados em 1840 vendia seu café em casca ao alemão naturalizado Joaquim Reinaldo Petersen e ao brasileiro Francisco da Silva Netto, que os exportava. A atuação dos comissários permitia que os pequenos e médios produtores participassem da exportação, mesmo com uma pequena infra-estrutura produtiva, através da obtenção de crédito para aumentar sua produção. A principal propriedade que garantia o crédito aos produtores de café era o escravo.

Ao contrário do que supôs Barickman, poucos eram os produtores que não utilizavam o braço escravo em suas propriedades. Dos 55 cafeicultores relacionados apenas seis não tinham nenhum escravo, a maioria dos quais possuía um modesto cafezal composto por mais ou menos seis mil pés, o que possibilitava um cultivo familiar.

**Tabela 2: Número de pés de café por lavradores sem escravos em 1840.**

Proprietários	Nº de pés
Fernando Pereira de Sena	25.000
Antonio Pereira do Capim	6.000
Antonio Coelho	6.000
Manoel Espada	6.000
Lauriano de tal	4.000
Manoel Monteiro	2.000
Total	49.000

*Fonte:* APEB, Relação dos lavradores da Colônia Leopoldina tanto nacionais quanto estrangeiros – 1840, maço 2329.

Mas Barickman tem razão quando afirma que muitos proprietários tinham poucos escravos: 21 dos 55 tinham até 4 escravos, como consta na tabela 3. Apenas

<sup>55</sup> José Enio Casalecchi, “O fazendeiro de café como representante de casa comissária, estudo de uma correspondência”, *Revista Perspectiva*, ano 1, vol.1 (1976), pp 216-221.



uma propriedade familiar possuía mais de cem escravos em 1840: os irmãos Ernesto e Francisco Krull. Além dos irmãos Krull, os maiores proprietários de escravos na época eram João Martinho Flach, com 96 cativos, e Augusto de Coffrane, com 70. Grande parte deles (19 proprietários), apesar de não contar com um vasto número de trabalhadores à sua disposição, tinha uma posse considerada grande, acima de 20 escravos; 15 lavradores tinham uma posse média, entre 5 e 19 escravos.<sup>56</sup> A média de escravos por lavrador era alta: 18,5, mas certamente não representava a realidade de todos os proprietários.

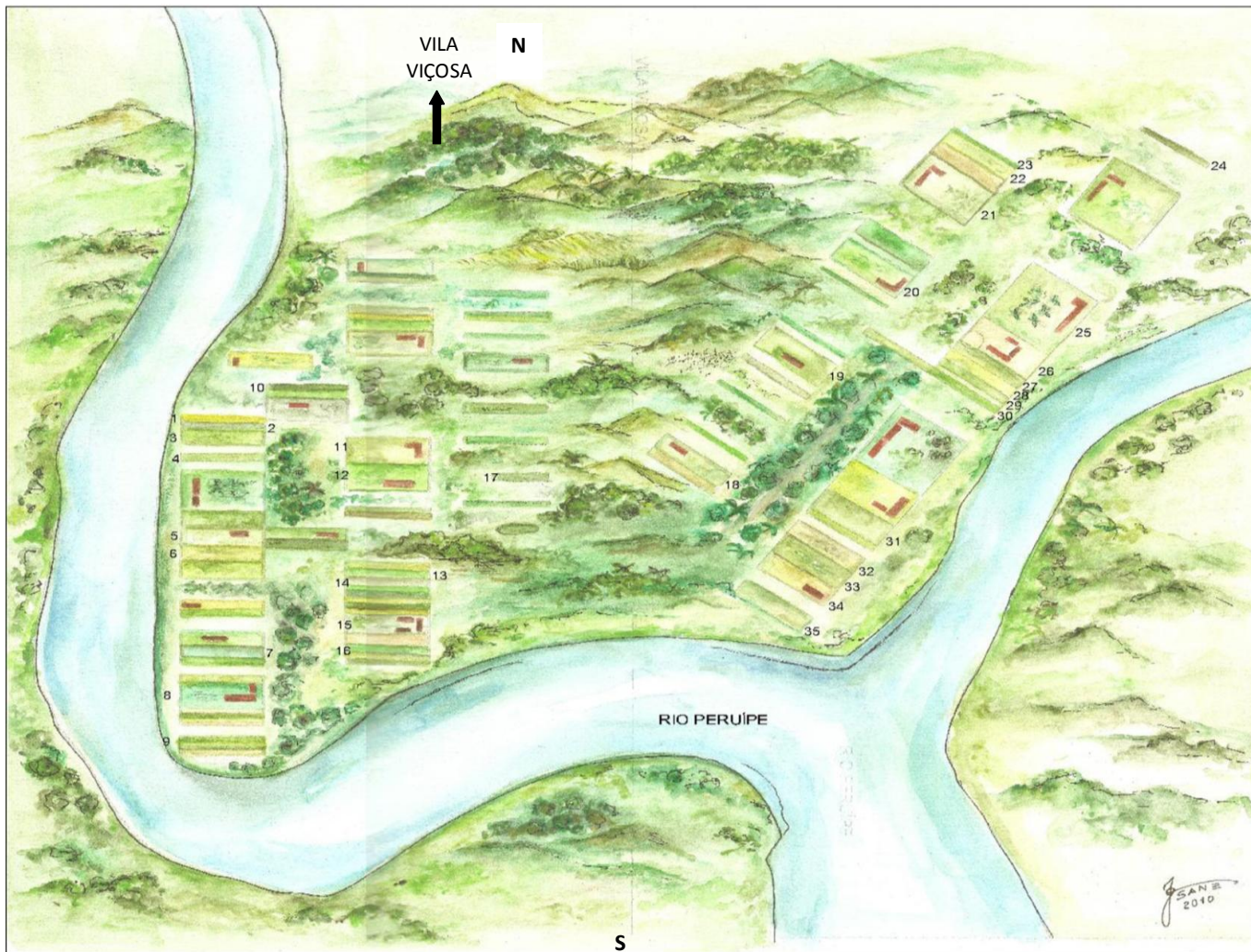
**Tabela 3: Número de escravos por proprietário**

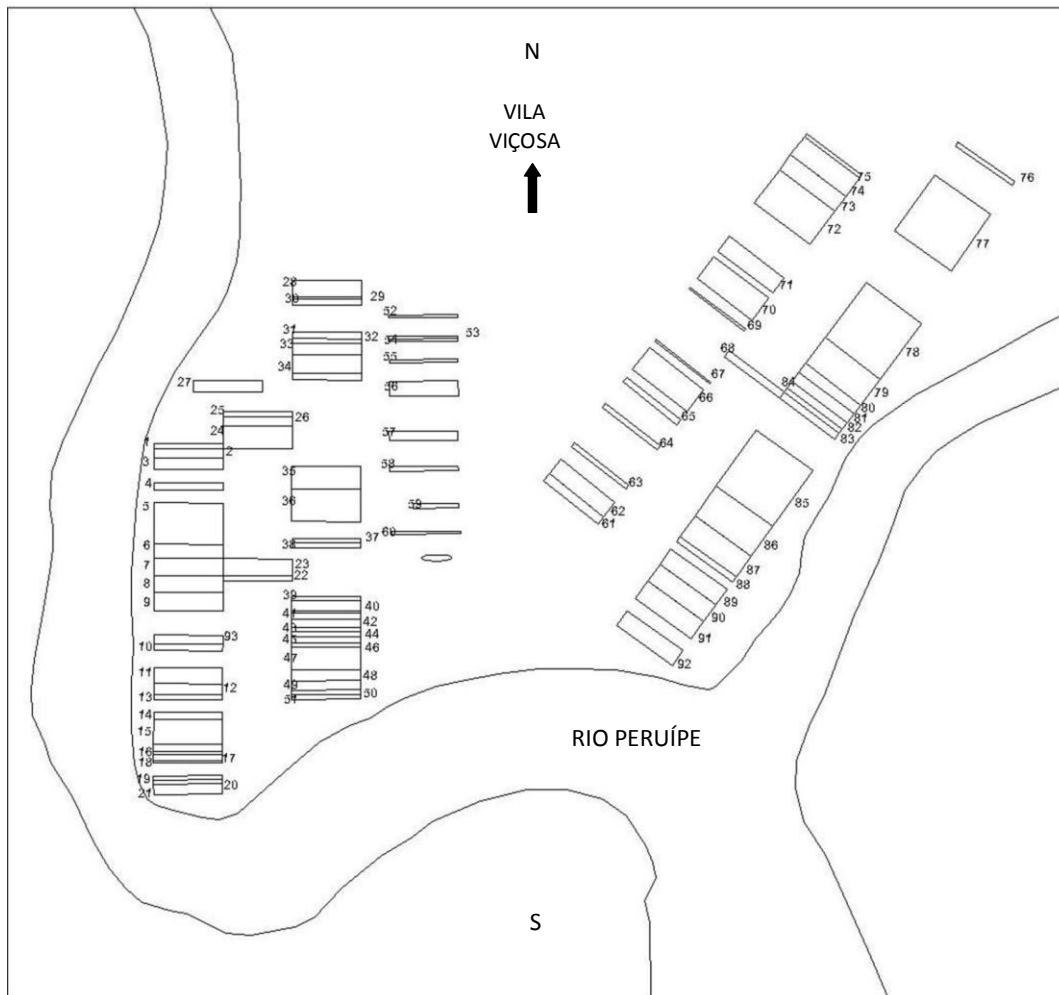
Tamanho da posse	Número de proprietários	%
Sem escravos	6	10,9
1 a 4	15	27,3
5 a 19	15	27,3
20 a 30	5	9,1
31 a 50	9	16,4
51 a 100	4	7,3
+ de 100	1	1,8
Total	55	100,0

*Fonte:* APEB, Relação dos lavradores da Colônia Leopoldina tanto nacionais quanto estrangeiros – 1840.

Tratava-se de propriedades medindo, em média, 550 braças (1.210m) de terra de largura por 1500 de comprimento. Além do tamanho, a localização implicava diretamente no êxito da produção. As mais próximas às margens dos rios eram mais férteis e escoavam a produção com mais facilidade e menores custos. Alguns relatos ainda falam de uma maior organização e estrutura do lado sul.

<sup>56</sup> A classificação das posses por tamanho é baseado em Barickman, *Um contraponto baiano*, p. 239-243.





Loçonda das Propriedades

- 1- Fazenda Villa Miada - Luiz Jouffroy
- 2- Tomaz Allan - Luisa Petersem
- 3- Fazenda Sapucaia - Francisco Krull e cunhada
- 4- Bemalinho Loureiro de Queiroz
- 5- Fazenda Leopoldina - Francisco Krull e cunhada
- 6- Carlos Augusto Hertsch
- 7- Dona Rosa Viúva Metzker
- 8 - João Pires de Carvalho
- 9- Manoel Metzker
- 10- João Flaci
- 11- João Flaci
- 12- Fazenda Elvete - Gustavo Vignat
- 13- João Flaci
- 14- Sítio Amans - Bernardino Loureiro Queiroz
- 15- Fazenda Gwanima - Carlos Augusto Toolner
- 16- Sítio Amans - Maria Gomes Daniel
- 17- Francisco Tallet
- 18 - Francisco Tallet
- 19- Moro da Pinha - João da Silva Gonçalves Santos
- 20- João Francisco de Abreu e Maria do Souza e Abruc
- 21- Terreno Terra do Meio - Higino Morcim do Pinho
- 22- Sítio Deslavramento - D. Anna Rita da Conceição
- 23- Dona Rosa Viúva Metzker
- 24- Luiz Jouffroy
- 25- Fazenda São João - João Martinho Flaci
- 26- Fazenda Santa Rita
- 27- Sítio Morro da Glória
- 28- Sítio Capivara - Jose Luiz Gomes
- 29- Lugar Charrado Capivara - Francisco Gomes
- 30- Lugar Charrado Capivara - Miguel Gonçalves da Silva Santos
- 31- Lugar Charrado Fundão - Valentim Antonio Monteiro
- 32- Sítio Fundão - D. Anna Maria do Lyrio
- 33- Lugar Charrado Terras Altas - Valentim Antonio Monteiro
- 34- Lugar Charrado Carneleira - Valentim Antonio Monteiro
- 35- Fazenda Piqui 2ª - Luiz Huguenin
- 36- Fazenda Monte Real 2ª - Coussandiro Tavares
- 37- Antonio Pasche
- 38- Maximiliano Jose de Souza
- 39- Lugar denominado Valão - Albino Tavares e Maximiliano Tavares
- 40- Moro da Gáirie - João Baptista de Siqueira
- 41- Manoel de Alfedo e Honorio de Alfedo
- 42- Terreno Santo Antonio - Manoel José Pórcia
- 43- Antonio Pasche
- 44- Sítio Stulgim - Jose Awcher
- 45- Sítio Bonfim - Jose Felodoro de Jesus e Joaquim Felodoro
- 46- Bento Jose da Costa
- 47- Sítio Sociego 1ª - João Henrique Lamborfa
- 48- Manoel Tavares
- 49- Dona Luiza Petersem
- 50- João José Riando
- 51- João José Riando
- 52- Antonio Pasche
- 53- Sítio Alegria - Manoel Jose da Cruz
- 54- Josefa Maria da Conceição
- 55- Lugar denominado Capivara - Custódia Maria da Conceição
- 56- Sítio Boa Vista - João Rodrigues Gomes
- 57- Fazenda Margres - Joaquim Morcim Dias
- 58- Maria Baumann
- 59- Sítio Sociego 1ª - João Henrique Lamborfa
- 60- Gabriel José Ribeiro do Nascimento
- 61- Maria José Victoria
- 62- Fazenda Riacho D' ouro
- 63- Lugar denominado Retiro - Maria do Souza
- 64- Sítio Morro da Alegria
- 65- Francisco Tallet
- 66- Terreno Cultivo - Bento Jose da Costa
- 67- Francisco Tallet
- 68- João Vicente Gonçalves de Almeida
- 69- Terreno Petras - Manuel Jose Cavalcim
- 70- Fazenda Hesperia 2ª
- 71- Terreno São João - Joaquim Morcim Dias
- 72- Fazenda Monte Christo - Augusto Boguim
- 73- Augusto Boguim
- 74- Fazenda Chelomia dos Senhores Maulaz, Joannond e Geroud
- 75- Fazenda Grully - Joaquim Joseph
- 76- Terreno Alegria dos Anjos - Francisco Monteiro Guilherme
- 77- Bemard de Motta Veiga
- 78- João Flaci
- 79- Fazenda Luiza - Luiz Maulaz
- 80- Terras Ralio Antigamente Caracho - Archias do Capifino Santo Menezes
- 81- Fazenda Monte Real - Coussandiro Tavares
- 82- Fazenda Boa Vista - Felipe Roedor
- 83- Fazenda Jacaranda - João Vicente Gonçalves do Almeida
- 84- Sítio de José Antonio Ferreira Salça
- 85- Viúva neto e filho
- 86- Fazenda Hesperia - Antonio da Silva Neto, avô e pai
- 87- Dr. Carlos Augusto Toolner
- 88- Sítio Amans
- 89- Fazenda Pombal 3ª - Luiz Maulaz
- 90- Fazenda Pombal 2ª ou Piqui - Luiz Huguenin
- 91- Fazenda Pombal 1ª - Frederico Blum
- 92- Terreno Lige - Francisco Moreira
- 93- Fazenda Moro da Alegria - Gustavo Vignat

## POPULAÇÃO LIVRE

Muitos proprietários da colônia eram absenteístas, viviam em Salvador, no Rio de Janeiro ou na Europa. Na colônia deixavam procuradores e administradores para cuidar das fazendas. Os administradores eram geralmente estrangeiros e parentes dos proprietários, que gozavam de poderes próximos aos verdadeiros donos, sendo muitas vezes o único senhor conhecido por parte dos escravos e trabalhadores livres das fazendas. A esses homens cabia a manutenção da fazenda e suas benfeitorias, a organização dos trabalhos, a disciplina dos escravos, a compra de novos escravos, a contratação de trabalhadores livres, a manutenção do hospital ou botica da fazenda, e até mesmo o zelo pelo cumprimento dos deveres religiosos. Além disso, eles respondiam judicialmente pela propriedade e seus escravos, pois normalmente tinha procuração do proprietário.

A fazenda Helvetia 1ª, de João Flach, por exemplo, era administrada por seu cunhado Maximiliano Gerver, de 30 anos de idade, solteiro, natural da Suíça. Maximiliano demonstrava muita desenvoltura na administração dos conflitos gerados na fazenda Helvetia 1ª, uma das maiores propriedades da região. Alguns escravos se referiam a ele como seu senhor, já que sua irmã, Ada Flach Gerver apesar de responder pela propriedade após a morte do marido, parece não ter se envolvido com sua administração. A mesma fazenda contava com dois feitores livres, brasileiros, mas tal fato não constituía uma regra visto que em algumas fazendas havia feitores escravos. Na Helvetia 1ª havia ainda um ferreiro suíço e um jardineiro alemão.<sup>57</sup>

Outro exemplo interessante é a fazenda de Fernando de Morel. Ali, em meados de 1879 havia dois feitores, um escravo e um homem livre, além de um carpinteiro e um administrador. Fernando de Morel vivia e trabalhava na roça de sua fazenda, mas tinha junto a si um administrador chamado Carlos Polly, que a julgar pelo sobrenome podia ser parente de sua esposa Ketly Polly de Morel. O nome de Carlos Polly aparece numa queixa crime contra a escrava Eduvigés, propriedade de Morel, em 1879.<sup>58</sup> O promotor do termo de Viçosa se referiu ao administrador como possível amásio de uma escrava que havia fugido do castigo imposto pelo seu senhor. A escrava foi presa no tronco da

---

<sup>57</sup> APEB, seção Judiciária, série *Inventários*, inventário de João Martinho Flach, doc. 04/1482/195/07.

<sup>58</sup> Sobre a queixa crime contra a escrava Eduvigés ver APEB, seção Judiciária, *Processos crimes*, doc. 20/694/17.

fazenda por ordem do senhor porque havia ferido sua parceira durante uma briga, e algumas horas depois de presa foi misteriosamente solta. O promotor atribuiu a facilitação da fuga ao administrador da fazenda.

Fernando de Morel reagiu indignado à acusação do promotor. Disse que “era uma mentira e que protestava contra ela”. O promotor insistiu e perguntou se ele achava Carlos Polly capaz de soltar ocultamente a escrava e mandar que ela fugisse. Ao que ele também protestou e respondeu negativamente. Uma reação tão indignada indica que o senhor não admitia tal comportamento em sua propriedade. Nem a união do administrador com sua escrava, e muito menos a soltura dela, descumprindo suas ordens. O que seria ainda pior em se tratando de um parente do fazendeiro. Há a possibilidade de Carlos Polly ter sido um liberto da família da esposa do fazendeiro, que agregara o sobrenome Polly ao seu primeiro nome. Sendo assim, teria laços estreitos com a senzala daquela propriedade, o que explicaria as suspeitas do promotor, que também o acusava de ter sido o pivô da briga entre as escravas. Em todo o caso o administrador era suspeito de descumprir as ordens do proprietário da fazenda em favor de uma escrava. Talvez ele não fosse tão fiel como esperava seu patrão.<sup>59</sup>

Relações afetivas entre administradores ou feitores e escravas não era algo raro nas fazendas da Leopoldina. O feitor Cesário Monteiro, da fazenda Mutum, de propriedade do major João Pires de Carvalho e Albuquerque, era amásio da escrava Elisiária, com quem inclusive tinha filhos. Cesário era um homem livre, que mesmo depois de demitido da fazenda auxiliava a mãe de seus filhos - já nascidos livres sob a lei de 1871- nas diversas fugas por ela empreendidas na tentativa de reunir a família. Assim como Carlos Polly, o feitor da fazenda Mutum estava pessoalmente ligado aos escravos da propriedade, e se posicionou em defesa de suas relações pessoais, traindo a confiança do patrão.<sup>60</sup>

Outro homem livre que manteve relações estreitas com uma escrava foi Alexandre Cousandier. Cunhado do proprietário suíço Pedro Augusto Cousandier, Alexandre era viúvo e vivia amasiado há vinte longos anos com a crioula Anna, escrava do mesmo Pedro Augusto Cousandier. Anna morreu em 22 de dezembro de 1878, aos

---

<sup>59</sup> Sobre relações de afetividade entre cativos e livres ver Isabel Cristina Ferreira dos Reis, *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*, Salvador (dissertação de mestrado, UFBA), 1998.

<sup>60</sup> APEB, seção judiciária, Cível II, *Ação de liberdade*, doc. 13/439/41.

40 anos, ao que tudo indica, após ser espancada pelo amásio. Alexandre Cousandier no momento alegou que a escrava tinha problemas com álcool, e caiu da escada bêbada. Mas uma carta anônima enviada ao delegado de Viçosa acusava o amásio de ter espancado a escrava por ciúmes, e tê-la empurrado escada abaixo causando assim a sua morte. Após breve investigação, já que o corpo havia sido sepultado sem exame, a morte foi considerada suicídio e o caso encerrado.<sup>61</sup>

Anna não foi a única escrava amasiada com um estrangeiro. A escrava Luiza vivia amasiada com seu senhor, Henrique Giroud havia mais de vinte anos, tendo com ele cinco filhos que foram legitimados após a morte deste em 1874.<sup>62</sup> Luiza só conseguiu sua alforria depois de vinte anos “por bons serviços prestados”. Como afirma Ligia Bellini, as relações afetivas entre escravas e seus senhores não deixavam de ser pautadas pelo interesse e pela opressão. O lugar de cada protagonista era bem demarcado neste tipo de relação, ainda que houvesse amor.<sup>63</sup>

Os administradores das propriedades podiam ser lavradores ou comerciantes na própria colônia. Com poderes de procurador, eles administravam seus negócios e as fazendas de vizinhos, parentes ou amigos enquanto estes estavam fora, geralmente na Europa. Alguns colonos se destacaram nesse papel: João Flach, João Martinho Voegelim, Luiz Maulaz e Frederico Luiz Jeanmonod. Os quatro eram fazendeiros e negociantes experientes, com interesses em diversas propriedades e ramos de negócio e viram na administração de outras propriedades mais um meio de aumentar suas fortunas.

Entre os estrangeiros que migravam para a colônia não havia apenas negociantes e fazendeiros. Da Europa vinham “artistas”, mecânicos, ferreiros, carpinteiros, marceneiros, carroceiros e jardineiros vender seus serviços aos colonos ali estabelecidos. Tratava-se, geralmente, de parentes dos colonos, seduzidos pelas promessas de uma vida melhor na América. Não consta que algum deles houvesse enriquecido; aliás, os bens deixados pelos falecidos não passavam de objetos pessoais, ferramentas e algum dinheiro.

---

<sup>61</sup> Sobre a escrava Anna ver APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc. 04/117/22.

<sup>62</sup> Sobre a relação entre a escrava Luiza e Henrique Giroud ver APEB, seção Judiciária, *Inventários*, inventário de Henrique Giroud de Grandevant, doc. 08/3274/15.

<sup>63</sup> Ligia Bellini, “Por amor e por interesse: a relação senhor- escravo em cartas de alforria”, In: João José Reis (org.). *Escravidão & Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo, Brasiliense/CNPQ, 1988.

Para prestar serviços na colônia também vieram médicos, professores, e funcionários públicos. Os médicos eram estrangeiros trazidos da Europa e, pagos pelo governo da província. Essa era uma das cláusulas incluídas na maioria dos contratos de imigração, fornecer médicos estrangeiros aos colonos às custas do governo. Ainda que a Leopoldina estivesse descaracterizada enquanto colônia, o governo parece ter mantido essa parte do acordo, pelo menos até o final da década de 1850. Vieram subvencionados pelo governo os médicos alemães Carlos Augusto Toelsner, João Conrado Lang e Carlos Beickman Eike, além de Frederico Aschenfeldt.<sup>64</sup>

Mas a maioria da população livre da colônia era mesmo formada por fazendeiros e lavradores, assim como o maior número de estrangeiros ali residentes. Na tabela 4 podemos ter uma pequena amostra da distribuição da população livre por profissão, mas é importante salientar que foi considerada apenas a primeira profissão declarada pelos profissionais computados, sendo claro que vários deles atuavam em mais de uma profissão.

**Tabela 4: População livre da colônia por ocupação (1840-1850)**

Ocupação	Nº	%
Lavradores	78	67,3
Carpinteiro	6	5,2
Ferreiro	4	3,4
Comerciante	3	2,6
Médico	2	1,7
Administrador	2	1,7
Negociante	2	1,7
Feitor	1	0,9
Professor	1	0,9
Jardineiro	1	0,9
Pedreiro	1	0,9
Marceneiro	1	0,9
Carroceiro	1	0,9
Não identificado	13	11,2
Total	116	100,0

*Fonte: APEB, inventários e Relação dos lavradores da Colônia Leopoldina tanto nacionaes quanto estrangeiros – 1840, maço 2329.*

<sup>64</sup> Sobre a presença de médicos alemães na Bahia ver, Maria Renilda Nery Barreto e Lina Maria Brandão de Aras, *Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. Hist. cienc. saude-Manguinhos*, 2003, vol.10, no.1, p.151-172.

## AS MAIORES FORTUNAS DA COLÔNIA LEOPOLDINA: UM PERFIL DA ELITE PROPRIETÁRIA

João Martinho Flach era um dos mais prósperos colonos da região leopoldinense. Influente comerciante suíço, imigrou para o Brasil em 1809 e estabeleceu-se no Rio de Janeiro pelo menos até 1814. Consta que em 1818 chegou a viver em Nova Friburgo, e em 1º de setembro de 1821 recebeu terras no extremo sul da Bahia, junto com Jorge Antonio Von Schaeffer, de quem era amigo desde 1814. No entanto, não podemos afirmar que o comerciante se estabeleceu na região a partir de 1821. Entre 1821 e 1828 encontramos uma profícua correspondência entre Flach, o imperador D. Pedro I e a imperatriz Leopoldina, o que nos faz pensar que naquela data Flach residia em uma casa de sua propriedade situada no Engenho Novo, Rio de Janeiro. <sup>65</sup>Durante esse conturbado momento da história do Brasil, Flach atuou como amigo generoso da família imperial, sendo confidente e dispondo de altas quantias em dinheiro à imperatriz.

Tudo indica que só após a morte de D. Leopoldina, em 1826, Flach passou a viver no extremo sul da Bahia, e ali se dedicou a cultura de café para exportação, aproveitando-se do vasto conhecimento que adquiriu na Corte para facilitar seus negócios. Em 1827 houve uma tentativa de suspensão da concessão de sesmaria dada a Flach e a outros colonos da Leopoldina, motivada provavelmente pela utilização de escravos para o cultivo das fazendas. Em 1832 a posse das terras foi confirmada, e nesta data sabemos que ele já estava vivendo na região. João Martinho Flach faleceu em 1855 e deixou em seu lugar o filho legitimado João Flach, que esteve à frente da fazenda Helvetia 1ª e de outras propriedades, até a morte, em 1863.

João Martinho Flach gozou de poder político e econômico na região ao ponto do viajante Avé-Lallemant observar em 1859, que a colônia “tem, sobretudo, ainda a peculiaridade de dividir seus proprietários em grupos dissidentes, tendo-se, em Leopoldina, de ser ou Flach ou Maulas, se não se quiser ser atezado por ambos os partidos.”<sup>66</sup> Com as devidas ressalvas ao olhar do viajante, somos levados a crer que Flach era um dos homens mais poderosos e influentes na Leopoldina. Em 1839

---

<sup>65</sup> Ver Kann e Lima(org.), *Cartas a uma imperatriz*, p.414-416,428,430.

<sup>66</sup> Avé- Lallemant, *Viagem as provincias...* p.152.



exportou o maior volume de café entre os colonos (3.680 arrobas), e em 1840 possuía nada menos que 145 mil pés de café e 96 escravos em suas terras na fazenda Helvetia 1ª. Em 1866, seus bens foram avaliados em 328:044\$200 (trezentos de vinte e oito contos, quarenta e quatro mil e duzentos reis), uma fortuna comparável às dos senhores de engenhos mais prósperos do Recôncavo. Consta da relação dos bens da fazenda Helvetia 1ª naquele ano: uma casa coberta de telhas, e paredes de tijolos contendo cozinha, armazém, botica, hospital e dois quartos; uma senzala quadrada coberta de telhas e paredes de tijolos com trinta e oito portas; duas casinhas de jogo de bolas<sup>67</sup>; um engenho coberto de telhas e paredes de tijolos compreendendo serras, pilões, casa de farinha, armazéns, moinhos para ventilar e despolar, e todos os seus mais pertences; uma máquina de descarregar algodão com sua prensa de enfardar; um sino grande, objetos de armazém pequeno, objetos recolhidos na adega, inclusive vinho, vinagre, “óleos e espíritos”; uma balança decimal, moinho para café, botica com medicamentos, moinho para debulhar milho, alambique de cobre, ferramenta de carpina e tenda de ferreiro.

Pode-se perceber, através das máquinas e objetos arrolados na fazenda de João Flach que este fazendeiro dedicava-se a outras atividades além da produção e exportação de café. Pelo menos às culturas de farinha, algodão, milho, e produção de cachaça, visto possuir um alambique de cobre. Os instrumentos de trabalho de carpinteiros e ferreiros provavelmente eram para a manutenção da fazenda.<sup>68</sup> Os escravos dos Flach foram avaliados, em 1866, em quase 80 contos de réis, ao passo que suas terras e benfeitorias valiam mais de 88 contos de réis.

O outro colono poderoso citado por Avé-Lallemant era Luiz Maulaz. Sujeito politicamente influente na colônia, Maulaz estava ligado a diversas transações comerciais e atuava como procurador de vários colonos da região. Em 1844, esteve envolvido com as disputas pelas fazendas dos recém falecidos irmãos Coffrane, e suas desavenças com as autoridades brasileiras que brigavam pela posse das mesmas propriedades geraram longa comunicação entre o cônsul da Suíça na Bahia, Augusto Descorted, e o presidente da província, entre 1845 e 1861. O assunto: a propaganda

---

<sup>67</sup> Trata-se da Bocha, jogo de bolas introduzido pelos italianos mas altamente aceito pelos teuto-brasileiros, segundo Emilio Willems, *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*, 2ª Ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1980,p.411.

<sup>68</sup> APEB, seção Judiciária, *Inventários*, inventário de João Martinho Flach, doc. 04/1482/195/07.

negativa que a alegada perseguição dos brasileiros aos estrangeiros suíços e alemães gerava na Europa. Segundo Schaeffer, as queixas contidas nas cartas enviadas à Europa pelos colonos que viviam no Brasil dificultavam o recrutamento de colonos alemães, e os diversos incidentes incluindo Maulaz e o Juiz Caetano Vicente de Almeida justificaram os abaixo assinados enviados pelos colonos da Leopoldina aos consulados da Suíça e da Alemanha em 1845.<sup>69</sup> Para informar as autoridades provinciais sobre a recorrência dos protestos dos estrangeiros, o agente consular de Caravelas escreveu ao cônsul de Hanover na Bahia, em 1º de fevereiro de 1845:

Um proceder semelhante vai de encontro por certo, as benévolas e luminosas vistas de Governo de S. M., e do de VEx<sup>a</sup>, e até de encontro à recomendações, e ordens expressas, não ignorando um esclarecido governo notícias desta natureza tem sido, e continuam a ser a causa da manifesta aversão que nestes últimos tempos, e especialmente em Alemanha se denota as propostas de emigração para o Brasil, ao passo que milhares, e milhares de alemães se dirigem aos Estados Unidos, para ali transportando sua industria e seus cabedais.<sup>70</sup>

Decerto tais notícias atuavam de forma a prejudicar o projeto de colonização brasileiro, ainda mais quando os colonos iam constantemente a seus países de origem e alguns deles estavam envolvidos diretamente no recrutamento de novos colonos. Mas os atritos entre o juiz de direito de Caravelas, Caetano Vicente de Almeida, e os estrangeiros da Colônia Leopoldina não era um assunto simples e fácil de ser solucionado, envolvia muito dinheiro e poder político. Em 1861, Luiz Maulaz foi processado pelas autoridades brasileiras por calúnia - ele acusara essas autoridades de desrespeitar o direito de propriedade dos colonos - foi preso na capital da província, e teve que contar com a interferência do ministro dos negócios estrangeiros do Brasil para ser solto e voltar a Caravelas. O mesmo ministro não perdeu a oportunidade de repreender o presidente da província, Cansação de Sinimbú, pela falta de punição

---

<sup>69</sup> Oberacker Jr., *Jorge Antonio Von Schaeffer*, p.69.

<sup>70</sup> *Ofício do escritório do consulado hanoveriano em Caravelas ao cônsul interino Carlos Augusto Gultrow, em 1º de fevereiro de 1845*, APEB, seção Colonial, *Presidência da província*, consulado da Alemanha, maço 1165.

àquelas autoridades que “com seus atos comprometem a bem merecida reputação de hospitalidade de que goza a Nação Brasileira para com os estrangeiros.”<sup>71</sup>

Luiz Maulaz foi solto e voltou à colônia para cuidar das suas quatro propriedades: a fazenda Luiza, que comprou do espólio de Luiz Borel, a fazenda Airy, e as fazendas Sapucaieira e Pombal 3ª, que adquiriu dos irmãos Krull, sobrinhos de Pedro Peick.<sup>72</sup> Maulaz foi procurador e executou o inventário tanto dos Krull quanto de Luiz Borel, uma ótima oportunidade para adquirir a preços módicos as referidas propriedades. Datam da morte de Luís Borel, por volta de 1845, os primeiros conflitos entre ele e as autoridades de Caravelas.<sup>73</sup> Apesar de não dispormos dos dados sobre o montante de sua fortuna em terras e escravos não resta dúvidas quanto ao fato de ele ter sido um dos mais prósperos e influentes proprietários da Leopoldina.

Mas havia outros homens prósperos na Leopoldina, além de Flach e Maulaz. Os irmãos suíços Augusto e Alfredo de Coffrane chegaram à colônia trazidos pelo tio Abraham Langhans, que assinava a lista de 1824 com os primeiros colonos estabelecidos na Leopoldina. Em 1840, Augusto de Coffrane já era dono da fazenda Haute de Rise (ou Alta Riva, ou Alta Ribeira), e contava 70 escravos e 60 mil pés de café, uma propriedade maior que a do próprio tio. No mesmo ano seu irmão Alfredo era dono da fazenda Providência, com 38 escravos e 80 mil pés de café plantados. Ambos faleceram prematuramente de febres no ano de 1844 e suas propriedades aparecem nos documentos até o ano de 1848, quando eram administradas por procuradores dos herdeiros residentes na Europa. Em 1857, ano do registro das propriedades sob exigência da Lei de Terras, as fazendas não foram registradas ou mesmo mencionadas. Parece que as longas disputas pela administração das propriedades entre a justiça brasileira e o consulado da Suíça no Brasil fizeram com que os herdeiros desmembrassem e vendessem o que restava das propriedades. Em 1846, o procurador nomeado pela viúva de Augusto de Coffrane concluía que as dívidas eram altas e os prejuízos incalculáveis.

Outra família que investiu alto na sua propriedade na colônia foram os irmãos Krull. Parentes do cônsul Pedro Peik de Hamburgo, Ernesto e Frederico Krull

---

<sup>71</sup> *Ofício do ministro de estrangeiros ao presidente da província da Bahia, em 12 de fevereiro de 1861, APEB, seção Colonial, Avisos recebidos do Ministério dos Estrangeiros, 1857-1862, maço 786.*

<sup>72</sup> APEB, seção Colonial, *Agricultura*, Livro de registro eclesiástico de terra de VillaViçosa, 1857- 1863, maço 4827.

<sup>73</sup> Infelizmente não foi localizado o inventário de Luiz Maulaz.

construíram um patrimônio considerável e formaram uma numerosa família. Em 1840 reuniam o maior número de escravos entre todos os produtores, 103 no total, o que prova que talvez fossem os proprietários com um maior capital a sua disposição para investir em escravos.<sup>74</sup> Os negócios prosperavam para os Krull. Em 1847 a família tinha 15 membros e já reunia 125 escravos na fazenda Leopoldina, que somada às terras compradas das propriedades vizinhas contavam 1.500 braças (3.300m) de largura por 3000 (6.600m) de comprimento. No início da década de 1850 compraram parte da fazenda Sapucaieira que era de Luiz Maulaz. Um total de 250 braças (550m) de largura por 1500 (3.300m) de comprimento, com 53 mil pés de café plantados em 1854.<sup>75</sup>

Ainda constava no inventário de Ernesto Krull, em nome da Sociedade Krull, os seguintes bens: um sobrado grande novo em que mora o sócio Francisco Krull; uma casa térrea grande em que mora a viúva Johanna Frederika Krull; o engenho novo de serrar madeiras, de despolpar e descascar café, de fazer farinha de mandioca com tudo, casa e aterro do tanque. 10 plataformas com 40 mil tijolos juntas às casas de gavetas<sup>76</sup>; uma casa no porto desta fazenda feita para um moinho coberta de taboinhas e assoalhada de imbuia, e mais quatro roças que somadas tinham plantados 221 mil pés de café. No mesmo inventário consta ainda uma dívida de quinze contos de réis a Pedro Peick.<sup>77</sup>

Essa dívida esclarece a questão quanto aos Krull serem apenas administradores dos bens do cônsul de Hamburgo. A princípio poderiam até administrar a propriedade do tio, mas com empréstimos tomados a ele obtiveram e fizeram prosperar algumas propriedades na colônia, ao ponto de, na década de 1850, haverem formado uma das maiores empresas da região.

O brasileiro Augusto Beguim, filho de um dos primeiros colonos suíços estabelecidos na região, Pedro Henrique Beguin, era outro grande proprietário da Leopoldina. Sua fortuna foi avaliada em 69:703\$000 (sessenta e nove contos, setecentos e três mil reis) por ocasião do seu inventário, em 1881. Beguim era sócio do vice-

---

<sup>74</sup> *Relação dos lavradores da Colônia Leopoldina tanto nacionaes quanto estrangeiros – 1840*, APEB, seção colonial, *Agricultura*, maço 2329.

<sup>75</sup> *Ofício ao Snr. Dr. Juiz de Direito de Caravelas enviado pelo Dr. em philos & medicina, João Conrado Lang, em 1847; e Relação remetida ao Dr. Juiz de Direito pelo Dr. em medicina Carlos Backnamm Eike em 27 de janeiro de 1848*. APEB, seção colonial, *Colonos e colônias*, Colônia Leopoldina, maço 4603-3.

<sup>76</sup> Casas de gaveta eram tabuleiros em forma de gavetas utilizados para a secagem de café, evitando-se, assim, a exposição dos grãos diretamente ao sol e ao sereno.

<sup>77</sup> APEB, seção judiciária, *Inventários*, inventário de Ernesto Krull, doc. 05/2176/2645/04.

cônsul da suíça no Brasil, Frederico Luiz Jeanmonod, nas fazendas Batista e Monte Christo. A fazenda Monte Christo media 900 braças (1980m) de frente e fundo na margem norte do rio Peruípe.<sup>78</sup> A fazenda produzia café, farinha e telhas, e ainda contava com tenda de ferreiro, carpina e casa para hospital. As terras e benfeitorias foram avaliados em 14:440\$000 (quatorze contos, quatrocentos e quarenta mil réis) e os escravos em 27:760\$000 (vinte e sete contos, setecentos e sessenta mil réis), o dobro do valor das terras.<sup>79</sup>

Um dos poucos exemplos de profissionais liberais que se estabeleceram na colônia e obtiveram algum sucesso foi o médico alemão Carlos Augusto Toelsner. Provavelmente trazido à colônia pelo governo imperial como previa o contrato de imigração, no final da década de 1830, adquiriu terras na região e por ali permaneceu até sua morte, em 1862. Em 1840, ainda solteiro, adquiriu a fazenda Germânia, por compra ao finado Domingos Gonçalves, onde plantou 36 mil pés de café com a ajuda de 18 escravos. Em 1848 adquiriu também a fazenda Mutum e mais tarde comprou a Frederico Blum a fazenda Pomona.<sup>80</sup> Em 1858, quando foi nomeado vice-cônsul de Hanover na Colônia Leopoldina, o médico escreveu sua tese de doutorado sobre a fauna, a flora e as doenças típicas da região.<sup>81</sup> Vitimado por uma destas doenças, faleceu deixando três filhos que teve com D. Luiza Meyer Bock, herdeira da firma Meyer, Bock & Rolf, que inclusive comprou em 1864 as propriedades do médico alemão.<sup>82</sup>

Outro suíço que fez fortuna na colônia foi Henrique Phillipe Huguenin, nascido em Vuillement, cantão de Neuchatel. Henrique se dirigiu a colônia no ano de 1824, quando ainda jovem adquiriu terras junto com Pedro Henrique Beguim. Em 1840 já haviam dividido a propriedade chamada Pombal, e Huguenin passou a ser proprietário da fazenda Pombal II ou fazenda do Piqui, com 460 braças (1.012m) de largura e 1500 (3.300m) de comprimento, 53 mil pés de café plantados e 42 escravos. Sete anos depois a fazenda tinha 48 e em 1858, data da morte de sua filha e herdeira Zélia Huguenin Montandon, tinha 57 escravos. Não temos informação sobre a data da morte de

---

<sup>78</sup> Luiz Antonio Barbosa de Oliveira, “Viagem as villas de Caravellas, Viçosa, Porto Alegre, de Mucury e aos rios de Mucury e Peruhipe”, *RIHGB*, nº 08(1846), p.425-452.

<sup>79</sup> APEB, seção Judiciária, *Inventários*, inventário de Augusto Beguim, doc. 07/3260/04.

<sup>80</sup> APEB, seção Colonial, *Agricultura*, maço 4827. *Livro de registro eclesiástico de terras de Villa Viçosa, 1857-1863*.

<sup>81</sup> Sua tese foi parcialmente traduzida e analisada por Neeser, *A colônia Leopoldina*.

<sup>82</sup> *Escritura de compra e venda da fazenda Germania a Meyer, Bock & Rolf*, APEB, seção Judiciária, *Livro de notas dos municípios*, Livro de notas de Mucuri, 1864-1868, nº2.

Huguenin, mas a referência a sua morte em uma correspondência datada de 1854, indica que deve ter acontecido por volta daquela data. Com a morte da filha, Zélia Huguenin, restou seu filho Luiz Huguenin, que já administrava a propriedade enquanto ela se tratava na Europa. O registro da fazenda, em 1857, indica que se tratava do lote original, adquirido por herança e limitado pelas fazendas Pombal 1ª e 3ª.

No entanto, nem todos os colonos estabelecidos na colônia conseguiram a riqueza que vieram buscar na América, alguns morreram atolados em dívidas, como o português João Baptista Bacalhau. Não temos informação sobre a data de sua chegada a Leopoldina, mas em 1840 já reunia em sua fazenda Esperança 40 mil pés de café cultivados por 21 escravos. As posses de Bacalhau cresciam quando o alcoolismo começou a atrapalhar seus negócios. Ele faleceu em 1850, praticamente na miséria e gozando de péssima reputação entre seus vizinhos. Sua viúva afirmou, em 1851, que todos os bens do casal haviam sido penhorados ou vendidos para pagar as dívidas do marido, aliás, com quem não mais vivia, já que meses antes de sua morte, “tendo saído da casa do seu marido fugindo à morte que este lhe preparava, apenas tinha saído com a roupa do corpo.”<sup>83</sup> Carlos Hertzsch, por exemplo, teve a hipoteca da sua fazenda Ronco d’Água, com seus 12 escravos, executada após sua morte, em 1863, e deixou sua viúva na miséria.<sup>84</sup> O Major Carlos Augusto Metzker, deixou em 1860, duas casas em Vila Viçosa, 11 escravos e sua fazenda Destacamento. Quase todos os bens foram vendidos por sua segunda esposa, Rosa Metzker, para pagar as dívidas do casal com Pedro Peick, restando apenas três escravos que lavraram a terra que restou junto com o herdeiro do casal, o filho Frederico Metzker.<sup>85</sup>

Fica então desenhado um panorama dos “colonos” da Leopoldina, homens e famílias que, vindos para o Brasil como parte de um projeto para incentivar a mão de obra livre, terminaram por se tornar proprietários de escravos. Por esta razão, o estatuto de colônia foi, inclusive, contestado diversas vezes na época. Restou, no entanto, a característica de uma comunidade formada, basicamente, por proprietários de terra e de escravos *estrangeiros* e seus descendentes brasileiros. Restou também o nome do projeto original, pois essa comunidade escravista continuaria a ser chamada de Colônia Leopoldina. Sua natureza escravista será detalhada nos próximos capítulos.

---

<sup>83</sup> APEB, seção judiciária, *Inventários*, inventário de João Baptista Bacalhau, doc. 03/1139/1608/07.

<sup>84</sup> APEB, seção judiciária, *Inventários*, inventário de Luis Henri Bornand, doc. 02/438/850/04.

<sup>85</sup> APEB, seção judiciária, *Inventários*, inventário de Carlos Augusto Metzker, doc. 04/1482/1951/18.

## CAPITULO 2. CAFÉ NO CESTO DE SUZANA: ROTINA DE TRABALHO E RELAÇÕES SENHOR-ESCRAVO

Joaquina e Manoel eram amásios e escravos do síço João Flach. No ano de 1869, em um dos muitos dias de trabalho na colheita de café na lavoura de seu senhor, a escrava descobriu que Manoel colocou café no cesto de uma jovem escrava chamada Suzana para diminuir o trabalho daquela enquanto ela própria não havia sido assim favorecida. O incidente foi apenas a gota d'água. A crioula partiu para cima do amásio para tirar satisfações, dizendo “que também havia de se servir de outro escravo chamado Antonio”.<sup>86</sup>No dia seguinte, um domingo à tarde, enquanto catava quiabos e outros legumes na roça distante oitocentas braças (1760m) da casa de seu senhor, foi esfaqueada pelo amásio, que assumiu ter perdido a cabeça diante das ameaças de traição da crioula. O corpo de Joaquina foi encontrado na segunda feira pelo seu irmão Antonio, escondido em um amontoado de areia, paus e capim seco.

A ameaça de Joaquina provavelmente resultava de um acúmulo de tensões anteriores, porém seu gesto afrontava Manoel, pois estabelecer uma relação íntima com outro parceiro a fim de ser favorecida por ele na sua rotina de trabalho provavelmente tinha um significado bem claro na comunidade escrava: só alguém com laços afetivos fortes seria capaz de cumprir sua extenuante cota diária de trabalho e ainda complementar o trabalho de outro parceiro.

Como se sabe, a partir dos estudos das fazendas de café do vale do Paraíba, o trabalho na lavoura de café exigia a limpa do terreno, o plantio e a colheita dos grãos, além da lavagem, descascagem e secagem do café, e em alguns casos a moagem dos grãos.<sup>87</sup> A colheita era apenas uma das etapas do trabalho nos cafezais, mas que exigia organização e eficiência por parte dos escravos, que eram divididos em turmas responsáveis pela colheita diária de determinada área cultivada. Cada escravo devia colher certa quantidade de café diariamente, o que quase sempre implicava num dia inteiro de trabalho árduo.

---

<sup>86</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc. 20/694/19.

<sup>87</sup> Ver principalmente Stein, *Vassouras*, p. 108; Costa, *Da senzala à colônia*; Warren Dean, *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 71.

Segundo as famosas Memórias do Barão do Paty do Alferes, Francisco de Lacerda Werneck, a quantidade de café apanhado por escravo devia ser estabelecida pelo administrador da propriedade, considerando a disposição e o estado das frutas de café na planta: se fossem abundantes e todas maduras, os escravos deveriam colher o café plantado em mais ou menos cinco alqueires de terras. Se as maduras estivessem dispersas, a média passava a três alqueires. Mas segundo o mesmo Barão, havia certos artifícios para que essa média de trabalho diário fosse aumentada.

Um dos melhores expedientes que (em principio quando os meus escravos não sabião apanhar café) estabeleci, e de que tirei muito bom resultado, foi o dos prêmios, marcava cinco alqueires como tarefa, e dizia-lhes: todo aquele que exceder, terá por cada quarta 40 réis de gratificação; com este engodo que era facilmente observado, consegui que esforçando-se habituassem-se a apanhar sete alqueires, que ficou depois estabelecido como regra geral."<sup>88</sup>

É desnecessário dizer que os escravos que não alcançassem a média diária de colheita estipulada sofreriam penalidades. O barão aconselhava os castigos moderados, para manter a disciplina.

A história de Manoel e Joaquina é um exemplo de como o processo de trabalho escravo era importante elemento de barganha entre eles e seus senhores, mas também entre os próprios escravos. Joaquina deixou claro que esse tipo de cooperação entre escravos funcionava como uma troca de favores e desconfiava quais favores Manoel estava recebendo de Suzana, em troca da ajudinha no eito. Mas sua irritação diante da falta de ajuda também é indicativo do peso desse trabalho para as escravas, já que elas não eram poupadas de nenhuma tarefa realizada na produção do café.

A colheita empregava todos os escravos adultos, assim como o preparo do solo para receber as plantas. A limpa era considerada um dos trabalhos mais exaustivos do processo, exigindo muitas horas de trabalho, por isso era importante plantar outras lavouras entre as mudas de café para evitar o crescimento de ervas daninhas entre as plantas. Levando em conta que estas só davam fruto em média três anos após o plantio,

---

<sup>88</sup> Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, *Memória sobre a Fundação e Custeio de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 2ª edição revisada pelo Dr. Luís Peixoto de Lacerda Werneck, 1853, p.53.



a limpa concentrava a força de trabalho escrava durante bastante tempo. O Barão do Paty do Alferes orientava:

Deve o cafezal ser limpo todos os anos três vezes de enxada, sendo a primeira limpa em março ou abril, a segunda em setembro ou outubro para se lhe plantar milho, que deve levar em quanto não tem coberto toda a terra, a terceira em novembro ou dezembro pouco mais ou menos.<sup>89</sup>

A planta do café tinha ainda a peculiaridade de envelhecer em alguns anos, sendo necessário sempre obter novas mudas para assegurar uma produção contínua. A planta só atingia sua produção total seis anos após o plantio. Acontece que apenas seis anos depois ela já era considerada velha, e entrava em decadência produtiva, podendo produzir de forma ineficiente ainda por mais 12 anos, mais ou menos. Ou seja, mesmo sendo produtiva durante mais de 20 anos, a planta só produzia de forma otimizada durante pouco tempo.<sup>90</sup> Isso fazia com que fosse necessária uma grande extensão de terra fértil para produzir o suficiente para a exportação. A justificativa do juiz de direito de Caravelas sobre o produto, aparentemente modesto, de um vasto cafezal na colônia no ano de 1840 está baseada nestas peculiaridades:

Se a VEx<sup>a</sup> parecer pequeno o produto a vista do [numeroso] cafezal, atende a que a terça parte delle ainda não produz, quanto muito novo, outra terça parte pouco produz por muito velho, que os cafezais de oito annos em diante vão gradualmente diminuindo de produção, vindo por muito a dever-se a colheita de 36\$277 arrobas, que se exportaram o ano passado, á uns quinhentos mil pés de cafés, que se acham em toda a força vegetativa.<sup>91</sup>

A secagem era outro processo exaustivo que empregava, além dos escravos adultos, as crianças e os idosos. O armazenamento e a pilagem, quando era feito na fazenda, deviam empregar, sobretudo, homens e mulheres jovens, por exigir maior força

---

<sup>89</sup> Werneck, *Memória sobre a Fundação e Custeio* ..., p. 52.

<sup>90</sup> Stein, *Vassouras*, p.73.

<sup>91</sup> *Ofício do juiz de direito e chefe de policia da cidade de Caravelas ao presidente da província em 1840*, APEB, seção Colonial, *Delegados*, maço 3002.

física, mas de maneira geral a lavoura cafeeira utilizava toda a força de trabalho disponível.

A maior parte do café da Leopoldina até a década de 1840 era exportada na forma bruta, com casca, apenas em alguns poucos casos seco e pilado. Mas a partir da década de 1850 encontramos vários pilões arrolados entre os bens dos produtores. Segundo Barickman, para pilar o café só era preciso um pilão de madeira de bom tamanho. Na fazenda Pombal 2ª, em 1858, havia um engenho velho de pilar e despolar café. Na fazenda Helvetia, em 1863, também havia pilões, e em 1875, na fazenda Jueirana, havia um engenho de pilar café. Encontramos também moinhos para descascar o café, tabuleiros e casas de gavetas para a secagem, o que indica que o café, após a década de 1850, era seco e pilado na própria colônia.

#### A PRESENÇA DA “INDÚSTRIA EUROPÉIA” NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Ao que parece, os estrangeiros não utilizaram nenhuma nova técnica de plantio do café, ao contrário, se adaptaram ao modo de produzir dos brasileiros que consistia na queima do terreno, na abertura de covas com a ajuda da enxada e plantadas as mudas do cafeeiro. A inovação trazida pelos suíços que garantia a qualidade do café plantado na colônia ficava por conta de uma colheita cuidadosa e uma secagem preparada em gavetas protegidas com cobertura de telhas ou taboas, e não a céu aberto nos terreiros.<sup>92</sup> Além da inovação na colheita e secagem dos grãos, os estrangeiros bem cedo incluíram máquinas para despolar, ventilar e pilar o café.

Encontramos as primeiras informações sobre a utilização de máquinas para auxílio do trabalho nas fazendas de café a partir da década de 1840. Augusto de Coffrane, um pioneiro na região, já utilizava máquinas de despolar e descascar café em 1844. Em 1852 as autoridades provinciais já se referem ao desenvolvimento da “indústria européia” na produção do Café Caravellas, que contava com máquinas movidas a força hidráulica. Na referida fazenda Helvetia havia “moinhos para ventilar e despolar”, além de “uma machina de descaroçar algodão com sua prensa de enfardar”, em 1863.

---

<sup>92</sup> Ver por exemplo APEB, seção Judiciária, *Inventários*, inventário de Manoel Reinaldo Petersen, doc. 05/2169/2638/01 ; e Oberacker Jr. “A colônia Leopoldina- Frankental”, p.134.

O algodão era um produto antigo na região e que alcançou relativa prosperidade na província do Espírito Santo durante o século XVIII. Através de uma postura de 1775 a Câmara de Caravelas chegou mesmo a obrigar alguns proprietários a plantar pés de algodão em suas terras, já que os produtores de farinha de mandioca aquela época contavam os prejuízos. Mas a lavoura algodoeira nunca obteve crescimento significativo na região, servindo apenas para o consumo interno, para a produção de sacos para o café e roupas para os escravos.

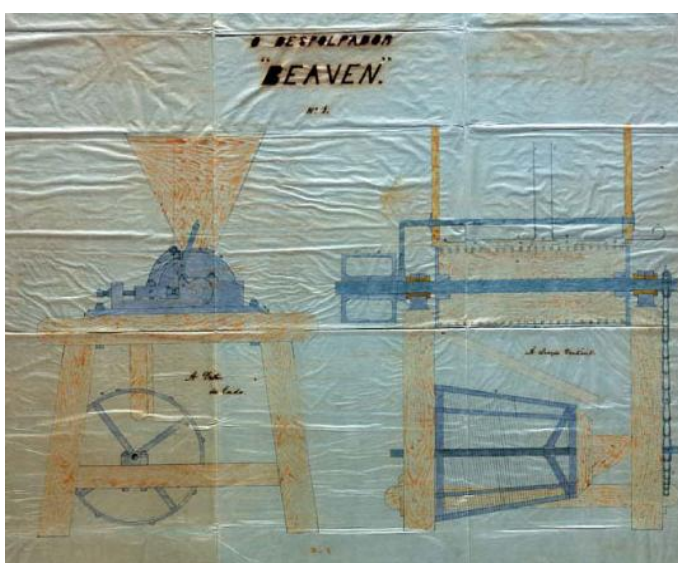


Figura 1: Corte transversal de algumas partes que compõem o Despolpador Beaven, 1880, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Além do café, a região tinha outra fonte de riqueza importante, a exploração da madeira abundante nas matas da região. Muitas fazendas contavam com máquinas para serrar a madeira e prepará-la para a venda. Em 1852 o presidente da província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, já se referia à existência de “12 serrarias para o aproveitamento das madeiras abundantes na região, tendo em vista um novo artigo para exportação.”<sup>93</sup> Ernesto Krull tinha, entre os bens da fazenda Sapucaieira em 1854, um

---

<sup>93</sup> *Falla que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins na abertura da Assembléa Legislativa da mesma província no dia 1º de março de 1852, Bahia. Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1852, p. 45.*

engenho novo de serrar madeira e Fernando de Morel tinha uma serra movida por força hidráulica no valor de quatro contos de réis, em 1879. Havia tendas de carpinteiro em várias propriedades e diversos móveis e equipamentos feitos por mestres carpinteiros estrangeiros residentes nas fazendas.

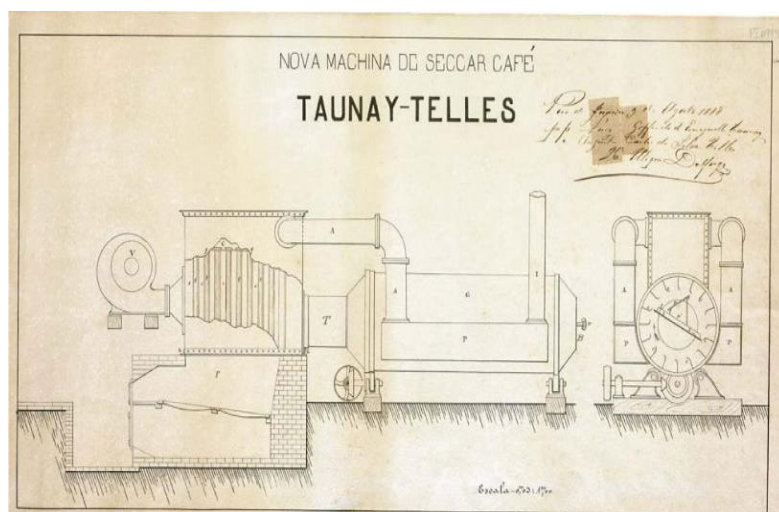


Figura 2: Nova maquina de secar café Taunay-Telles, 1881. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Além do cultivo e beneficiamento do café e da extração de madeira havia os trabalhos na olaria, nos alambiques, nas lavouras de milho, algodão e, finalmente, a produção de farinha de mandioca. Muitas fazendas, como as de Pedro Augusto Cousandier e a de Ana Sofia Ida Joseph, tinham olarias e produziam tijolos e telhas. João Flach tinha máquinas para debulhar milho e um alambique de cobre. Mas a produção desses gêneros nunca alcançou a importância da produção de farinha de mandioca e de café na região.

Todos os inventários de lavradores pesquisados apresentaram roça de mandioca e engenho de fabricar farinha. A própria cultura do café demandava a articulação com outras culturas. Segundo Stein, era comum, após o plantio, enquanto a planta ainda era pequena, plantar milho, feijão e mandioca entre as fileiras de café para proteger as

plantas novas do sol e evitar o crescimento de ervas daninhas, além, é claro, de complementar a alimentação dos trabalhadores. A farinha, além de assegurar a subsistência dos escravos da fazenda, era produzida em grande quantidade para a exportação. O beneficiamento da mandioca era feito em casas de farinha e sua produção só contou com alguma tecnologia a partir do final da década de 1880, quando foram empregadas máquinas para ralar a mandioca.

A rotina de trabalho nas fazendas de café era intensa e a disciplina rígida. Além do trabalho pesado nos cafezais, o tempo dos escravos adultos era gasto em outras atividades produtivas da fazenda. Quando não se dedicavam ao café, estavam colhendo, descascando e ralando a mandioca para o preparo da farinha, preparando telhas e tijolos, e cortando madeiras na mata. O preparo da farinha, por exemplo, parece ter ocupado as manhãs de domingo dos escravos em algumas fazendas da região. Joaquina, por exemplo, só pôde se encaminhar à roça onde cultivava seus legumes no domingo à tarde, após seu trabalho no engenho de farinha. Um trabalho vigiado pelo feitor, com horário para começar e terminar, o que descarta a hipótese de ser destinado à economia doméstica dos próprios escravos, e sugere uma produção para a venda, destinada à renda da fazenda, ou à alimentação dos escravos. Nesse trabalho eram empregados principalmente mulheres, idosos e crianças nas grandes posses enquanto nas pequenas todos deviam participar.

Não há nenhuma menção a participação de Manoel ou qualquer outro homem no trabalho dominical do engenho. Talvez os homens se dedicassem a outros serviços, como a derrubada de madeira, por exemplo, mas talvez recaísse mesmo sobre a mulher uma carga maior de trabalho nessas propriedades. Sendo assim, a folga de Joaquina e de outros escravos se resumia a uma única tarde de domingo. Uma folga menor do que a costumeiramente dispensada pelos senhores de escravos brasileiros, sob orientação da Igreja Católica. Uma denúncia já antiga era que os senhores de escravos do sul da Bahia não cumpriam com a sua responsabilidade de alimentar seus escravos e lhes negavam o dia de folga, fazendo com que produzissem para a própria alimentação nos domingos e dias santos.<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> Uma devassa eclesiástica ocorrida na comarca de Ilhéus em 1813 apurou as denúncias de que em várias vilas daquela comarca os senhores não forneciam alimentos a seus escravos e obrigavam-nos a trabalhar nos domingos e dias santos, outros ainda lhes forneciam o dia de sábado para que trabalhassem para comer e vestir, esquivando-se da mesma forma destas obrigações. Sobre isso ver principalmente Luiz

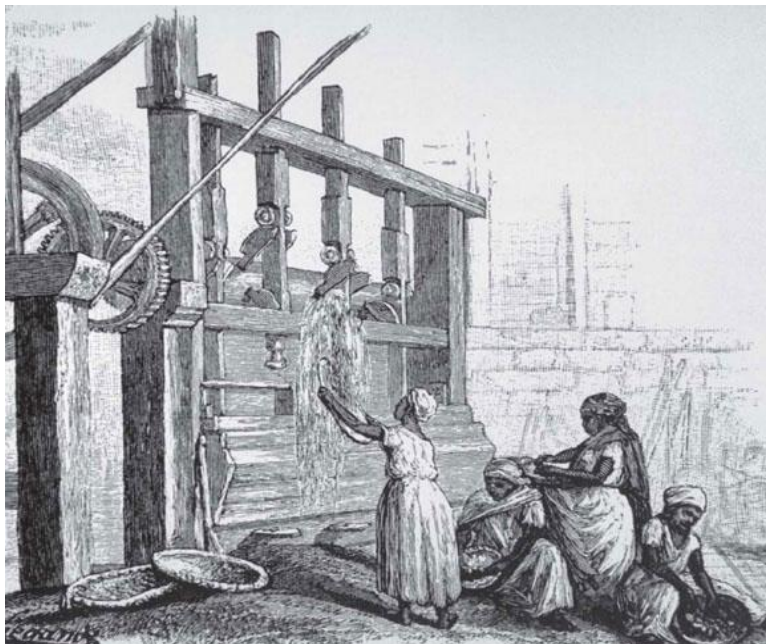


Figura 3: Debulhador de café sendo usado por escravas na fazenda de café Entre-Rios, no Vale do Paraíba, província do Rio de Janeiro, em 1878. J.B. Wiegandt, Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros/ USP.

As fontes não esclarecem até que ponto a filiação religiosa dos colonos - eram protestantes - influenciava o ritmo de vida e de trabalho nas fazendas de café leopoldinenses. Mas é certo que o calendário católico, cheio de dias santos, parece ter favorecido o descanso dos escravos de brasileiros e estrangeiros católicos, se comparado aos escravos dos protestantes, que possivelmente tinham um calendário de trabalho mais exaustivo. Porém, não temos elementos para nos aprofundar na questão.

#### INSURREIÇÃO NA SENZALA DA ALTA RIBEIRA

Um trabalho extenuante e intensivo, uma rígida disciplina empregada muitas vezes por administradores estrangeiros, e uma diminuição razoável dos períodos de

---

Mott, *Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813)*, Salvador, Centro de Estudos Baianos, Publicação da Universidade Federal da Bahia, 1982, p.7.

folga, eram alguns dos fatores que podiam justificar a insurgência nas senzalas leopoldinenses.

Por volta do ano de 1847 os escravos da fazenda Alta Ribeira, pertencente a Augusto de Coffrane, empreenderam uma fuga coletiva enquanto eram resolvidas as questões referentes ao inventário de seu senhor. Estes escravos reivindicavam melhores condições de vida e se queixavam de que lhes faltava alimento, uma responsabilidade do administrador da fazenda. Ao que parece, as denúncias oferecidas contra senhores do sul baiano, que negavam a alimentação aos escravos - como aconteceu em Ilhéus, na devassa de 1813- eram procedentes. Sublevação de escravos não era coisa rara nas fazendas leopoldinenses. O próprio administrador da fazenda Alta Ribeira, Henrique Petoud, declarou em ofício enviado ao cônsul da Suíça na Bahia, em 1846, que muitas plantações na colônia tinham àquela época seus escravos insubordinados.<sup>95</sup>

Parece que o sul baiano participava ativamente da onda de rebeldia escrava que sacudiu a província durante as primeiras décadas do século XIX. João José Reis discute diversos levantes escravos ocorridos em Salvador e no Recôncavo, entre os anos de 1807 e 1835, que sacudiram as senzalas dos principais engenhos da Bahia e foram responsáveis pela reputação de rebeldia atribuída aos escravos baianos.<sup>96</sup> O mesmo autor analisa um dos mais longos e bem sucedidos movimentos rebeldes ocorridos no sul da província durante o século XIX. Durante mais de sete anos (1821-1828) os escravos do engenho Santana, em Ilhéus, de propriedade de Felisberto Caldeira, o Marquês de Barbacena, estiveram levantados e aquilombados nas matas próximas ao mesmo engenho, exercendo seus projetos de liberdade. Durante aqueles anos os senhores ilheenses temiam pela perda de seus escravos para o atraente quilombo, e pensavam duas vezes antes de maltratá-los temendo por sua própria vida.<sup>97</sup> Segundo Mary Ann Mahony, os escravos de Ilhéus estiveram entre os mais rebeldes do

---

<sup>95</sup> *Ofício enviado ao cônsul da Suíça na Bahia em 7 de dezembro de 1846*, APEB, seção Colonial, *Presidência da província*, consulado da Suíça, 1841-1887, maço 1210.

<sup>96</sup> Ver João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil, a história do Levante dos Malês (1835)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p 68-121.

<sup>97</sup> Em 1787, os escravos do engenho Santana, haviam se rebelado, e só aceitaram voltar ao trabalho dois anos depois mediante a negociação de um tratado de paz com algumas exigências que deviam ser aceitas por seu proprietário. Sobre o levante no engenho Santana ver João José Reis, “Resistência escrava baiana: ‘poderemos brincar, folgar e cantar’: o protesto escravo na América”, *Afro-Ásia*, nº 14, (1983), pp. 107-123.

Brasil.<sup>98</sup> A mesma autora informa sobre fugas coletivas e insurreição de escravos na região sul pelo menos durante os anos de 1832, 1835 e durante a década de 1870.

Tivemos notícias de quilombos e movimentos rebeldes desde a década de 1840, na região de Caravelas, próxima a Vila Viçosa e a Colônia Leopoldina. Um ofício enviado ao presidente da província pelo juiz de direito local no ano de 1847 informava sobre a existência de sublevações de escravos antes daquela data:

Respeito a Sublevação de escravos esta só apareceu em tempos que ainda não havia aqui Juizes de Distrito sendo necessário marchar desta Villa o Batalhão de Milícias, para restabelecer a ordem na Colônia, quando agora reina a maior paz, e muito principalmente nas fazendas que tem sido inventariadas pela Justiça territorial.<sup>99</sup>

Segundo Mahony, o proprietário holandês Pedro Weyll, residente em Ilhéus no ano de 1818, afirmava que precisava vigiar constantemente seus escravos temendo que eles fugissem, o que fariam na primeira oportunidade.<sup>100</sup>

Entre os principais fatores que contribuíram para a profusão das rebeliões ocorridas no início do século XIX em vários municípios do interior da Bahia estavam o aumento do número de africanos ali desembarcados, a intensificação do trabalho dos escravos na lavoura canavieira devido ao incremento desta economia, as diversas crises de abastecimento, uma geografia favorável à formação de quilombos e à ineficiência do aparato policial.

É interessante lembrar que as crises de abastecimento ocorridas na província durante as décadas de 1820 e 1830 foram um dos fatores que levaram a fugas individuais de escravos e levantes por melhores condições de vida. Em Caravelas este estado de falta de víveres e carestia ainda permanecia durante a década de 1840. Os escravos da fazenda Alta Ribeira, fugidos em 1847, se queixavam principalmente da falta de comida.

Quatro anos antes da fuga da Alta Ribeira, em 1843, o delegado de Viçosa, Antonio Jacintho da Silva Guimarães, mostrava-se preocupado diante da ousadia de

---

<sup>98</sup> Mahony, "Instrumentos necessários", p. 128.

<sup>99</sup> *Ofício ao Sr. Dr. Caetano Vicente de Almeida Junior, em 04 de março de 1847*, APEB, seção Colonial, *Agricultura*, Colônia Leopoldina, 1845-1880, maço 4603-3.

<sup>100</sup> Mahony, "Instrumentos necessários", p.129.



quilombolas que deixavam fazendeiros - inclusive, provavelmente os de Leopoldina - e autoridades da região intimidados. O mais atemorizado era ele próprio, o delegado, devido à ineficiência de sua tropa no combate ao referido quilombo. Em ofício, rogava por mais armas e homens ao presidente da província.

Esta Comarca,<sup>101</sup> Excelentíssimo Senhor, conta mais de três mil Africanos Escravos, dos quais muitos fugidos tem organizado um Quilombo, d'onde ameaçam a segurança de todos os habitantes, chegando sua audácia ao ponto de andarem arrombando portas, tomando de dia nas estradas os víveres que conduzem os Agricultores para suas roças, e levando para a sua cidadela á força escravos, que os não querem acompanhar.<sup>102</sup>

O delegado não se referiu ao número de homens que tinha à sua disposição, mas demonstrou que era desprezível comparado aos escravos da comarca. Ainda que contasse com muitos homens, uma tropa desarmada não tinha nenhuma chance contra um quilombo aparentemente bem organizado. É interessante notar a ênfase do delegado no fato dos mais de três mil escravos da comarca serem africanos, em um ofício que trata da repressão à ações rebeldes. A julgar por essa ênfase, mais de dez anos após a grande rebelião escrava de 1835, em Salvador, africanos e rebeldes eram termos equivalentes.

Outro ponto interessante do discurso do delegado eram suas impressões quanto aos escravos cooptados pelos quilombolas. Segundo João José Reis, o recrutamento forçado de escravos e, sobretudo escravas por quilombolas era uma prática muito comum nos quilombos brasileiros, inclusive no quilombo dos Palmares. Mas talvez esses escravos não tivessem ido á força para o tal quilombo, e sim convencidos por parceiros que já viviam lá, buscando realizar seus anseios de liberdade. Infelizmente não há maiores informações para que possamos confirmar as denúncias do delegado.<sup>103</sup>

As únicas informações que conseguimos levantar sobre o quilombo de Viçosa são dois ofícios do delegado de Caravelas, Francisco Moreira Sampaio informando

---

<sup>101</sup> A comarca de Caravelas compreendia os termos de Caravelas, Vila Viçosa e São José de Porto Alegre (atual Mucuri). O número de escravos informado no ofício refere-se à soma dos escravos dos termos. A Colônia Leopoldina era um distrito de Vila Viçosa, o outro era Pau-Alto.

<sup>102</sup> *Ofício do delegado de Viçosa Antonio Jacintho da Silva Guimarães ao presidente da província, 16 de fevereiro de 1843*, APEB, seção Colonial, *Polícia*, 1842-1889, maço nº3001-1.

<sup>103</sup> Reis, "Escravos e coiteiros ...", p. 353.

sobre a sua destruição. Parece que as autoridades provinciais agiram rápido. O ofício do delegado de Viçosa foi enviado em 16 de fevereiro de 1843, em 23 de março foi dada ordem ao diretor do Arsenal da Marinha para fornecer as armas que fossem necessárias à Guarda Nacional de Caravelas, ainda que fossem armas velhas. Apenas oito dias depois, em 31 de março de 1843, o quilombo estava destruído.<sup>104</sup>,

Mas não foi preciso apenas armas novas para que os proprietários de Viçosa dormissem em paz. O delegado gastou quase noventa e quatro mil réis na condução dos recrutas e mais cento e dois mil réis com os consertos necessários no quartel da guarda policial, em azeite para luzes e no aluguel de uma casa que serviu de cadeia. Tudo isso segundo o mesmo delegado “foi preciso empregar na destruição do quilombo”.

Parece que o termo de Vila Viçosa andava sobremodo revoltado na década de 1840. Em julho daquele ano, outro quilombo foi destruído e o juiz de direito de Caravelas teve que ir pessoalmente aquela vila tomar algumas providências para isso. Tratava-se de um quilombo “já notável e numeroso” segundo o juiz, o que ele pôde notar pela constância das diligências e esforços empregados pelo juiz de paz Higinio Moreira de Pinho “a despeito de mil dificuldades, algumas acintosas, por parecer que alguém lucrava com isso”.

## ECONOMIA DOMÉSTICA DOS ESCRAVOS

O inventário da suíça Zélia Montandon traz uma valiosa descrição sobre a alimentação e os gastos convencionais com os escravos na Colônia Leopoldina no final da década de 1850. Informa, por exemplo, que o salário anual de empregado da fazenda- não especificou a função- era de 400 mil réis, e que a despesa em relação aos escravos adultos na Colônia se limitava a dois ou três dedos de aguardente de pinga, dois quilos e meio de carne e um quarto de quilo de farinha por semana. Duas mudas de roupa por ano, que consistia em uma camisa e uma calça em geral curtas, feitas de pano de Valença e uma camisa de baeta. Além de uma porção de fumo por semana. Às escravas que tinham filhos era dispensado sabão para lavar roupas. Aos menores que

---

<sup>104</sup> *Ofício do delegado de Caravelas ao presidente da província, em 31 de março de 1843, APEB, seção Colonial, Polícia, maço 2889.*

não prestavam serviços era dada carne em proporção à suas idades, assim como farinha. Duas mudas de roupa de riscado e nada mais.<sup>105</sup>

Essa era uma época em que a preocupação com a reposição e o cuidado com a força de trabalho já faziam muito sentido. O fim do tráfico de escravos no início da década dificultava ainda mais o acesso dos proprietários do sul da província a novos escravos, principalmente pelo aumento dos preços. Além de preservar a saúde dos cativos os proprietários queriam mantê-los na propriedade, e para isso algumas concessões eram necessárias.

Os gastos com os escravos não trazem nenhuma surpresa a não ser quanto ao tamanho de algumas porções, como a de carne, por exemplo, que poderia ser distribuída por famílias escravas. Dois quilos e meio de carne por semana era algo raro em qualquer propriedade escravista, por mais generoso que fosse o senhor. Na maioria delas a carne era um item raro, assim como na região de Caravelas, que contava com poucos rebanhos. A maioria dos escravos da região não contava com uma alimentação tão generosa, e precisavam complementá-la por meio do produto das roças que cultivavam nos domingos de folga. De qualquer forma a comida dada pelo senhor não supria todas as necessidades de subsistência, e os senhores que ofereciam o alimento cru, para ser preparado pelos próprios escravos, deixavam implícito que o complemento da dieta ficava a cargo destes, e assim diminuía os gastos com tal obrigação. No final das contas saía mais barato ao senhor permitir que os escravos cultivassem “suas roças”, que negar-lhes esse “direito”. Um “direito” pelo qual o escravo lutava, pois lhe possibilitava administrar a produção segundo seus desejos.<sup>106</sup>

A possibilidade de cultivar terras nos dias de folga visando o complemento da dieta e a venda dos gêneros excedentes parece ter sido comum nas fazendas da Colônia

---

<sup>105</sup> APEB, seção Judiciário, *Inventários*, inventário de Zélia Huguenin Montandon, doc. 08/3410/12.

<sup>106</sup> Sobre as roças cultivadas por escravos, Ciro Flamarion Cardoso argumentava que, além de significar uma maior autonomia econômica e psicológica para o escravo, atendiam a uma função dentro do sistema escravista: diminuir os custos com a manutenção da força de trabalho. O termo utilizado por Flamarion Cardoso, “brecha camponesa”, relaciona-se ao argumento de que essa autonomia escrava não funcionava senão como uma “brecha” no sistema escravista, sem, contudo, modificar suas estruturas. Ver Ciro Flamarion S. Cardoso, *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987, principalmente o capítulo “A ‘brecha camponesa’ no Brasil: realidades, interpretações e polêmicas”, p. 91-125. Bert Barickman argumenta que as roças de escravos existiram em diversas regiões de agricultura de *plantation*, e seu papel na subsistência dos escravos variava de uma região para outra e ao longo do tempo, mas na maioria das vezes atuava apenas de forma complementar. O “direito” a uma pequena parcela de terra e ao tempo necessário para cultivá-la representava para o escravo um grau limitado, mas significativo, de autonomia, além de uma conquista adquirida através da negociação escrava. Ver Barickman, *Um contraponto baiano*, pp.107-116.

Leopoldina. A crioula Joaquina, a mesma que viu seu amásio colocando café no cesto de Suzana, foi morta quando apanhava quiabos e outros legumes numa roça na fazenda dos seus senhores, e seu irmão Antonio encontrou o corpo na mesma mata onde foi apanhar cipós.<sup>107</sup> Alberto, um escravo de Augusto Beguim, tentou em vão conseguir sua liberdade a partir do acúmulo de um pequeno pecúlio adquirido com a venda dos gêneros produzidos em sua roça.<sup>108</sup>

Cultivar suas próprias roças era um privilégio dos escravos da lavoura. Em 1876, a escrava Elisiária foi acusada de roubo quando reuniu um pecúlio de 500 mil réis para sua liberdade porque “não tinha roça, por ser do serviço doméstico”, e não tinha, então, como conseguir tal quantia. Seu parceiro Constantino, que era escravo da lavoura, guardava um mil réis numa arca em sua senzala, produto de sua roça, que supostamente também foi roubado por Elisiária. O preto liberto Rodrigues Manoel da Cruz, de 60 anos, testemunha no processo de Elisiária e morador na mesma fazenda que ela, revelou em seu depoimento “que foi liberto por seu dinheiro, porquanto com o proveniente de sua roça fez metade da quantia que deu para libertar-se, dando seu sobrinho Manoel da Cruz a outra metade.”<sup>109</sup>

A possibilidade de reunir um pecúlio com o produto das roças para comprar a liberdade a partir da lei de 28 de setembro de 1871, reascendeu a esperança de liberdade nos cativos e tornou sobremaneira importante o produto proveniente das roças por eles cultivadas.

## A HISTÓRIA DO ESCRAVO ALBERTO

Alberto foi um dos cativos que tentou usar o produto de sua roça para comprar sua liberdade. O crioulo tinha 50 anos quando recorreu a Justiça através de um processo de ação de liberdade, em 1875, alegando maus tratos, inclusive a falta de cuidados médicos por parte de seu senhor. Ele era escravo de Augusto Beguim, e morava na fazenda Monte Christo, de onde havia fugido fazia nove meses. Alberto apresentou-se

---

<sup>107</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc. 20/694/19.

<sup>108</sup> O pecúlio equivalia a uma poupança que geralmente era amealhada a partir do excedente da produção das roças dos escravos. Sobre o escravo Alberto ver APEB, seção Judiciária, nível II, *Ação de liberdade*, doc. 13/439/39.

<sup>109</sup> APEB, seção Judiciária, nível II, *Ação de liberdade*, doc. 13/439/41.

ao juiz municipal requerendo a liberdade mediante apresentação de um pecúlio de trinta e oito mil reis, segundo ele, “produto do pouco que ganhava com seu trabalho, dos Domingos e dias Santos, em sua roça, de inhames, feijão e etc.”, e talvez de alguns furtos que fez enquanto estava fugido, segundo confessou em depoimento.

Alberto foi interrogado pelo juiz municipal de Vila Viçosa após apresentar-se para contar a sua história. Em depoimento ele disse chamar-se Roberto, ter mais de 50 anos, ser natural da Colônia Leopoldina, e ter fugido havia nove meses da fazenda Monte Christo porque lá era maltratado. Perguntado sobre os motivos que o levou a apresentar-se em juízo, Alberto respondeu que eram os repetidos castigos de surras que lhe dava seu senhor. Disse que todo esse tempo ficou escondido no mato, não trabalhou para ninguém e quando tinha fome furtava pelas roças vizinhas. Até que, depois de nove meses de fuga, sabendo da chegada do novo Juiz Municipal resolveu apresentar-se a justiça para ver se conseguia sua liberdade.

Um trecho do depoimento de Alberto nos coloca diante da determinação de um escravo que certamente planejou com muito cuidado a estratégia que iria utilizar para conseguir sua liberdade, e que sabia das reais possibilidades de adquiri-la naquela conjuntura dos anos 1870.

Perguntado como se atrevia elle a detratar (sic) de seu Senhor neste Juízo, dizendo que eram repetidas as surras com que vivia de continuo castigado?

Respondeu que a melhor prova que tinha para dar eram as suas nádigas, retalhadas do chicote de seu Senhor; e que pedia licença para mostrá-las aqui mesmo em juízo diante das testemunhas presentes.

Perguntado por que motivo anda manquejando, se é para mostrar-se doente, e assim mover compaixão, ou se com efeito está doente e se proveio dos castigos já referidos?

Respondeu que se assim procede é proveniente de grandes feridas que tem em todos os dois pés, desde ha muito tempo sem que seu senhor lhe ministrasse, nem remédios nem médico [...]

<sup>110</sup>

Alberto, talvez auxiliado por alguém mais experiente nas causas da justiça, decidiu que a mudança de juiz municipal no termo era o melhor momento para tentar conseguir sua liberdade e se livrar de uma vez por todas dos maus tratos que sofria.

---

<sup>110</sup> APEB, seção Judiciária, *Ação de liberdade*, doc. 13/439/39.

Certamente, o antigo juiz municipal era daqueles que não favoreciam as causas da liberdade. De acordo com Ricardo Tadeu Caires Silva, mesmo numa conjuntura em que muitos juízes defendiam a liberdade dos escravos, os magistrados da região de Vila Viçosa geralmente favoreciam os proprietários de escravos, e eram pouco inclinados às causas da liberdade.<sup>111</sup>

Fora da fazenda há nove meses, o escravo teve a oportunidade de tomar conhecimento das discussões sobre a abolição gradual da escravidão, e avaliar as oportunidades para adquirir sua alforria. Alberto apresentou-se à justiça sozinho, segundo o delegado em exercício. Contava com poucos aliados, aliás, até mesmo o curador que lhe foi nomeado, João Bernardo Vieira Junior não era muito confiável visto que figurava entre os inimigos do padre Geraldo Xavier de Sant`Anna, um dos mais ardorosos representantes do movimento abolicionista na região.<sup>112</sup> O próprio juiz municipal em exercício, José Augusto Barbosa Coelho, não foi favorável à sua causa, tornando baldada a espera de Alberto.

Alberto desejava usar a economia proveniente das roças cultivadas nos dias de folga para comprar a alforria. A lei de 28 de setembro de 1871 permitia que escravos reunissem o valor necessário para a indenização do seu valor através de doações, legados e heranças, ou ainda do produto do seu trabalho, se o seu senhor assim permitisse. Tendo o valor suficiente para a indenização, o escravo tinha direito a alforria, se o seu senhor não entrasse em acordo quanto ao valor, esse valor seria arbitrado por um juiz. A justiça passava a assegurar a liberdade a quem pudesse pagar por ela, tirando definitivamente das mãos dos senhores o poder de decidir sobre a liberdade de seus cativos.<sup>113</sup>

O valor reunido por Alberto era insuficiente para a indenização, mas diante das acusações de maus tratos e abandono que ofereceu contra seu senhor, ele podia ter alguma chance de conseguir sua liberdade. O parágrafo 4<sup>a</sup> do 6<sup>o</sup> artigo da lei de 28 de setembro de 1871 previa que o cativo que se julgasse abandonado por seu senhor poderia requerer à justiça seu direito de liberdade. A falta de tratamento de doenças era a principal queixa dos cativos relacionada ao abandono por parte dos senhores. Essa

---

<sup>111</sup>Ricardo Tadeu Caires Silva. *Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão. Bahia, 1850-1888* (Tese de Doutorado, UFPR), 2007, p.273.

<sup>112</sup> Idem, p 285.

<sup>113</sup> Sidney Chalhoub, *Machado de Assis historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, pp. 183-192.

também era uma das queixas de Alberto. Ele alegou que seu senhor não lhe ministrava remédios para as feridas, proveniente de sífilis, que trazia nos dois pés. A doença e a falta de tratamento foram confirmadas pelos peritos, mas para o juiz municipal o alegado não era suficiente para assegurar a liberdade do escravo.

O principal trunfo de Alberto passou a ser os maus tratos que sofria na fazenda Monte Christo e que o impeliu à fuga. Àquela altura todos sabiam que a opinião pública não admitia mais castigos corporais e punições violentas aos escravos, e Alberto alegava ter as nádegas marcadas por constantes chicotadas desferidas por seu senhor. Suas nádegas foram examinadas por peritos que afirmaram nada haver ali, nem recente nem antigo. Alberto sabia que tudo estava contra ele, e mesmo a lei de 1871 não lhe beneficiaria. Apesar de aleijado dos dois pés devido à sífilis mal cuidada, foi considerado robusto e apto para o trabalho e avaliado em quinhentos mil reis. Por não dispor da quantia foi devolvido ao seu senhor em 1876.

Apesar de ter voltado ao cativeiro, Alberto não saiu de mãos vazias. À época da morte do seu senhor, em 1881, ele já havia sido vendido, algo talvez almejado desde a época em que decidiu fugir, já que vivia, segundo ele próprio, um mau cativeiro.

#### SUBLEVAÇÃO NA FAZENDA MONTE CHRISTO: UM CLIMA DE LIBERDADE NOS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO

Outra história de rebeldia escrava na colônia aconteceu no ano de 1882, na propriedade do vice-cônsul da Suíça na Bahia, Frederico Luiz Jeanmonod. Na última década da escravidão no Brasil, em novo contexto marcado por seu enfraquecimento, os escravos se insurgiam apoiados por abolicionistas radicais e pela comunidade em geral.

Em cinco de dezembro de 1882, o Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza recebeu um telegrama da estação do Peruípe comunicando que os escravos da Fazenda Monte Christo “tinham dado dois tiros no feitor da mesma fazenda; e que esses escravos, em número de 200, estavam revoltados, receiando-se graves acontecimentos com a sublevação de outros das demais fazendas”. O mesmo conselheiro providenciou que uma força policial fosse enviada à fazenda para prender os diversos escravos que estavam armados e haviam-se recusado ao trabalho alegando serem maltratados por

seus senhores. Nove escravos foram recolhidos à cadeia de Villa Viçosa, acusados de liderar a revolta.<sup>114</sup>

A sublevação dos escravos da fazenda Monte Christo deixou as autoridades da Vila Viçosa e Caravelas preocupados com a possibilidade de “sublevação de outros das demais fazendas” da região, sinal de que isso não era algo infactível naquele momento. O medo dos cafeicultores e autoridades fez com que imediatamente um oficial com algumas praças de Caravelas chegassem à colônia, e da capital fosse enviado um destacamento de 23 praças. O juiz municipal, o vice-cônsul, e outro fazendeiro de nome José Antonio Venerote, que mais tarde enfrentaria sua própria revolta, também seguiram para a Monte Christo a fim de sufocar o movimento. Ao que parece obtiveram sucesso, pois “prenderão-se diversos escravos, que estavam armados e que depois serão soltos sendo nove recolhidos á cadeia de Villa Viçosa como suspeitos de terem concorrido para que se revoltassem contra o feitor da fazenda, e se recusassem ao trabalho”. Para Frederico Jeanmonod e os demais fazendeiros da Colônia Leopoldina “felizmente não houve incidente algum a lamentar.”<sup>115</sup>

Infelizmente não sabemos os nomes dos envolvidos na revolta, nem mesmo o nome dos nove escravos presos acusados de liderar o movimento, mas parece bastante sugestivo o fato de Frederico Jeanmonod ter vendido com certa urgência os escravos Renorato, Vencesláu, Marcolino e Benvinda, logo após o levante, em 1883.<sup>116</sup>

A fazenda Monte Christo era fruto de uma sociedade entre o descendente de suíços Augusto Beguim e o já mencionado Frederico Jeanmonod. Beguim faleceu em 1881, apenas um ano antes de eclodir a revolta, e a fazenda passou a ser administrada pelo vice-cônsul. A fazenda Monte Christo era uma das maiores propriedades da região, chegando a produzir 1200 arrobas de café em 1881. Os 163 escravos avaliados no inventário de Beguim trabalhavam na cultura de café, além de produzirem farinha de

---

<sup>114</sup> Fala com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza abriu a 2ª sessão da 24ª legislatura da Assembléa Provincial da Bahia em 03 de abril de 1883, Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1883, pp. 63-64.

<sup>115</sup> Sobre o mesmo incidente ver Arnold Wildberger, *Os presidentes da província da Bahia, Efectivos e interinos (1824-1889)*. Salvador, Ba, Typographia Beneditina, 1949, p. 716.

<sup>116</sup> Foram vendidos a Frederico Gustavo Lecoutre a escrava Benvinda com quatro filhos ingênuos, seu irmão Renorato, 25 anos, além dos escravos Venceslau, 28 anos, e Marcolino, 45 anos, todos crioulos, solteiros, moradores na fazenda Monte Christo e pelo menos dois deles ali nascidos; ver *Escritura de compra e venda entre Frederico Luiz Jeanmonod e Frederico Gustavo Lacoutre*, APEB, seção Judiciária, *Livro de Notas dos Municipios*, Livro de notas de Mucuri, tabelião Valério Lourenço de Jesus, 1864-1868, livro nº03.



mandioca. Após a partilha, 94 desses escravos ficaram pertencendo ao vice-cônsul por direito, e quase todos os demais lhe foram vendidos no dia 5 de dezembro de 1882, dia em que irrompeu a revolta.<sup>117</sup> É evidente que a troca de senhorio estava no cerne da revolta. Sidney Chalhoub e outros autores já apontaram que este era, em geral, um momento de grande tensão para os escravos, que não sabiam a sorte que os esperava nas mãos do novo senhor. Um dos principais aspectos envolvidos era o medo de separação dos membros da família escrava por partilha ou venda.<sup>118</sup>

É importante destacar que, apenas um ano após a morte do sócio brasileiro, os escravos daquela fazenda se insurgiram coletivamente e mataram o feitor. Podemos pensar que talvez os escravos da Monte Christo já tivessem conquistado um espaço considerável de negociação com Augusto Beguim, o que a troca de senhor agora ameaçava. Um indício disso pode ser o fato de que Beguim libertou em testamento vinte e quatro escravos e lhes destinou uma ajuda de quatro contos de reis com o “fim de lhe facilitarem os meios de viver na carreira agrícola se possível for”.<sup>119</sup> Na partilha ocorrida em 1888 foi pago a cada um dos escravos libertos o valor de 176\$444 mil reis.<sup>120</sup> Este gesto, ao mesmo tempo em que sugere a generosidade senhorial, pode e deve ter causado inquietação entre aqueles escravos não beneficiados pela alforria, outro bom motivo para a revolta.

Quase nada conseguimos apurar sobre os escravos beneficiados pelo inventário de Beguim, além dos nomes, e o fato de que pelo menos dois deles deviam estar na companhia do senhor desde a década de 1850, quando o pai dele era proprietário da fazenda Pombal. Esse o caso de Luiz Pombal e Benedito Pombal, ambos crioulos de 49 anos. (É sugestivo que alguns escravos incorporassem seus nomes o nome da propriedade onde viviam, talvez uma forma de senhores com mais de uma propriedade

---

<sup>117</sup> Frederico Luiz Jeanmonod era também proprietário da fazenda Califórnia, vizinha a referida Monte Christo, e sócio na compra das ações dos sítios São José e Retiro, na margem sul do rio Peruípe. Foi nomeado agente consular da Confederação Suíça em Caravelas em 1861. Não sabemos se era casado, mas nos consta ter legitimado pelo menos três filhos de nomes Augusto, Irmina e Alice Jeanmonod, todos afilhados do seu sócio Beguim; ver APEB, seção Judiciária, *Inventário*, inventário de Augusto Beguim, doc 07/3260/04.

<sup>118</sup> Sobre revoltas desencadeadas pela troca de senhor ver Chalhoub, *Visões da liberdade*, pp29-80; do mesmo autor ver “Negócios da escravidão: os negros e as transações de compra e venda”, *Estudos Afro-Asiáticos* nº 16, (1989), pp.118-128.

<sup>119</sup> APEB, seção judiciária, *Inventário*, inventário de Augusto Beguim, doc. 07/3260/04.

<sup>120</sup> Entre eles estavam Luiz Pombal, sua irmã Aninha, e Benedito Pombal, comprados da fazenda Pombal também conhecida como fazenda Piqui.

identificar escravos com nomes iguais). Também não pudemos apurar se permaneceram na fazenda Monte Christo após a liberdade em 1882.

Os estudos realizados por Kátia Mattoso e Peter Einseberg demonstram que a alforria gratuita, na qual o escravo obtinha a liberdade por merecimento devido aos bons serviços prestados ao senhor, era algo já escasso na segunda metade do século XIX, quando os escravos alcançavam altos preços devido ao fim do tráfico africano.<sup>121</sup> Segundo Mary Karasch e Sidney Chalhoub as alforrias condicionais, com a cláusula expressa de acompanhar o senhor e sua família até a morte, era o comportamento mais comum na Corte daquele momento.<sup>122</sup>

Sobre as alforrias às vésperas da abolição, Walter Fraga Filho analisou diversos casos de senhores de engenho do Recôncavo baiano que, cansados de esperar pela indenização do governo, alforriaram gratuitamente seus escravos como forma de manter os vínculos de dependência através de uma dívida de gratidão. Essa pode ter sido uma prática usual entre os proprietários da Leopoldina<sup>123</sup>. O fazendeiro Luiz Bornand, por exemplo, ainda que não fosse católico, seguiu os conselhos do seu amigo, padre Geraldo Xavier de Santana, e numa atitude tipicamente paternalista alforriou todos os seus noventa e cinco escravos em 1886. A notícia, dada ao público em meio à festa de São Benedito, não deixou de gerar tumulto e euforia por parte de senhores e escravos, segundo o mesmo padre.<sup>124</sup> Estes “aboliconistas de última hora” preferiam alforriar eles mesmos seus cativos - principalmente em momentos festivos como aniversários, casamentos, etc. - como forma de sacramentar o ato e marcar a memória da comunidade. Bornand escolheu um desses momentos: o aniversário de sua senhora, uma data próxima ao 27 de abril, dia da festa de São Benedito, santo de devoção de grande parte dos escravos da região. Não podia ter escolhido uma data melhor para um ato tão magnânimo, supostamente.

De fato não havia nenhuma novidade na atitude de Luiz Bornand e Augusto Beguim alforriando seus escravos às vésperas da abolição. Porém, no caso deste último

---

<sup>121</sup> Ver os trabalhos de Kátia S. de Queirós Mattoso, “A propósito das cartas de alforria”. In: *Anais de História*, nº 4, Assis, SP: 1972; e Peter Einsenberg, “Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX”. In: *Homens esquecidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1989.

<sup>122</sup> Ver Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade*.

<sup>123</sup> Ver Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade*, p. 203-208.

<sup>124</sup> *Petição do pároco de Vila Viçosa ao Presidente da Província da Bahia*, 1886. APEB, seção Colonial, Vigários, maço 5231.

o que nos chama a atenção é o fato de deixá-los uma quantia em dinheiro para investir na carreira agrícola, ou seja, meios necessários para a sobrevivência após a alforria. Ainda segundo Walter Fraga Filho, o acesso a terra e seu cultivo era um dos mais reconhecidos sentidos de liberdade cunhados pelos escravos das zonas rurais, pois possibilitava o sonho de trabalhar num regime de economia familiar. Beguim, ao que parece, era um senhor que sabia controlar seus escravos entre doses de castigos e concessões, ambos parte do domínio paternalista, e até certo ponto conseguiu manter a paz em suas fazendas.

Durante todo o tempo de existência da Colônia Leopoldina o medo de sublevação nas senzalas nunca deixou de rondar os proprietários. Primeiro, a ausência do poder judiciário na região, até a década de 1840, depois a ineficiência do aparato policial formado por apenas três ou quatro praças despreparados para perseguir fugitivos, destruir quilombos, apreender criminosos e controlar levantes. Esse perigo iminente nos faz pensar sobre as estratégias dos senhores para manterem suas senzalas sossegadas. A promessa de alforria aos mais leais, adicionada a uma quantia em dinheiro para a compra de terras pode ter sido uma dessas estratégias.

#### “MALES DE TODOS OS MALES DO TERMO”: ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O PADRE GERALDO XAVIER DE SANTANA

As relações paternalistas que asseguravam a permanência da mão-de-obra nas fazendas, após a abolição, não surtiram o efeito esperado na Colônia Leopoldina. Isso se deve, em parte, à ação política do padre abolicionista Geraldo Xavier, inimigo-mor dos proprietários e autoridades de Viçosa, mas principalmente ao protagonismo escravo.<sup>125</sup>

Os escravos da região envolvidos em histórias de fugas e rebeliões nas senzalas durante todo o século XIX - como não poderia deixar de ser- participaram ativamente das manifestações rebeldes que ocorreram às vésperas da abolição da escravidão nas maiores áreas escravistas do Império. Segundo denunciavam algumas autoridades, os termos de Vila Viçosa e Colônia Leopoldina se viram assolados por roubos, queima de

---

<sup>125</sup> Sobre o padre Xavier ver Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p.273-290; Jailton Brito, *A abolição na Bahia (1870-1888)*, Salvador, Bahia, Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2003, pp.235-237; Iacy Maia Mata, “Libertos de 13 de maio e ex senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição”, *Afro-Asia*, nº35(2007), pp.163-198.

cafezais e atentados contra subdelegados e praças, alguns dias antes e após a abolição da escravidão. O delegado de Caravelas, Salustiano Muniz de Almeida comunicou ao chefe de polícia em 24 de maio de 1888, que a cidade de Caravelas estava "completamente anárquica", e o delegado de Viçosa e Porto Alegre, Juvenal Lourenço de Jesus, informa em cinco de julho de 1889, um ano após a abolição, que “o termo está sobremodo revolto, especialmente na Colônia Leopoldina, onde existem dois mil libertos da lei de 13 de maio”.<sup>126</sup>

Segundo Jaílton Brito, o padre Geraldo Xavier foi acusado de insuflar os cativos contra seus senhores, mandando que lhes exigissem a liberdade, inclusive admitindo o assassinato dos mesmos senhores. Ele também foi acusado de incentivar atos de vandalismo após o 13 de maio, e de impedir a volta dos ex escravos às fazendas. Em episódio em que reuniu mais de 500 libertos na fazenda Conquista, disse que os libertava em nome de Jesus Cristo e os ameaçava com o inferno caso voltassem às fazendas.<sup>127</sup>

O padre Geraldo era pároco da Igreja de Nossa Senhora de Conceição de Villa Viçosa, e um abolicionista convicto. Segundo Ricardo Caires Silva, era um dos poucos religiosos baianos que apoiavam abertamente o movimento abolicionista na província, inclusive utilizando o púlpito para pregar a favor da abolição. Defendendo escravos como curador em processos criminais, convencendo senhores a libertar seus escravos e desafiando o poder de autoridades locais, o padre era a figura de maior destaque na região quando o assunto era abolição. Seus discursos inflamados chegaram aos ouvidos do presidente da província, que enviou autoridades para ver de perto a pregação do padre, e para a surpresa de todos, seu discurso foi ainda mais efusivo, chegando a desafiar o poder dos proprietários, autoridades e até mesmo do monarca.

Os últimos anos de escravidão no Brasil foram momento de efervescência abolicionista em que grande parcela da sociedade se uniu em torno da luta pela liberdade. Os cativos contaram com o apoio de médicos, professores, advogados, magistrados, pessoas do povo e autoridades simpáticas à causa da abolição, e empreenderam ações cada vez mais ousadas, que acabaram culminando com sua

---

<sup>126</sup> *Ofício do delegado de Viçosa e Porto alegre ao Chefe de polícia da Bahia, em 5 de julho de 1889, APEB, seção Colonial, Delegados, 1887-1888, maço 6226.*

<sup>127</sup> Brito, *A abolição na Bahia*, p. 269.

libertação em 1888. Contaram também com a ferrenha oposição de escravistas e autoridades que defendiam com unhas e dentes a propriedade escrava.

O padre não recuava diante da oposição das autoridades contrárias à abolição. Ameaçado por capangas do juiz municipal José Machado Pedreira, vítima de atentados como o que destruiu vários livros de registros de casamentos, batismos e óbitos da sua paróquia, e perseguido por senhores que viam nas suas pregações uma ameaça ao poder senhorial, o padre aproveitava a celebração da missa para denunciar os abusos dos senhores, alertar os escravos sobre a possibilidade da liberdade através do fundo de emancipação, e o descumprimento de leis como a de 28 de setembro de 1885, que libertava os escravos sexagenários. No dia da festa de São Bendito, no ano de 1886, o padre “por acidente” discursou sobre a questão servil:

Eu sobremodo satisfeito pelo ato generoso, humanitário e cristão, que acabara de praticar aquele meu amigo, tomando por assunto a solenidade do dia, fiz um discurso, onde *per accidens* tratei da questão servil e apresentando como um dos modelos na atualidade o dito fazendeiro Bornaud, a quem cobri de merecidos aplausos, tanto maiores, quanto o dito fazendeiro não professa a religião católica; ao passo que disse os sexagenários em número de 180, conforme consta da relação apresentada pelo Agente Fiscal d’este termo, ainda não receberam suas cartas de alforria do juízo de Órfãos, procedimento contrário a recente Lei de 28 de setembro [1885].<sup>128</sup>

Além do juiz municipal, o delegado de Vila Viçosa em exercício também fazia oposição ao padre Geraldo. O tal delegado, que considerava o padre “males de todos os males do termo”, denunciava que ele havia convidado os libertos a sair pelas ruas alguns dias após a aprovação da lei áurea, altas horas da noite, a dar vivas ao mesmo padre e a cantar “versos acintosos, ao toque de uma música infernal”, dando tiros para o ar até o raiar do dia. O delegado não se esqueceu de acusar o padre de incitar os libertos a ofender as autoridades.<sup>129</sup>

Geminiano da Silva Chaves, outro juiz municipal de Viçosa, enviou um telegrama ao promotor de Caravelas em 26 de maio de 1888, denunciando que “a ordem

---

<sup>128</sup> *Ofício do parocho da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa ao presidente da província em 5 de maio de 1886*, APEB, seção colonial, série vigários, maço 5231.

<sup>129</sup> Mata, “Libertos de 13 de maio e ex senhores na Bahia”, pp.192-193.

pública estava perturbada pelo padre Geraldo e seu cunhado Juvenal”, presidente da Câmara de Viçosa. Segundo o juiz, o padre e seu cunhado estavam “a frente de bandidos e ex escravos que eles dizem foram libertados, e atacaram as casas do delegado Ângelo e Juiz suplente [José Nogueira] Maia, ameaçando-os de morte se saíssem fora de casa”. Silva Chaves temia pela segurança de seus colegas e familiares diante da ação dos “bandidos” que “dizem foram libertados”.<sup>130</sup>

É interessante notar que no dia 26 de maio as autoridades viçosenses ainda desacreditavam da notícia da aprovação da lei que aboliu a escravidão. O juiz Silva Chaves se referia a ex-escravos, “que eles dizem foram libertados”, colocando a notícia da abolição em dúvida. Segundo outro episódio narrado por Iacy Mata, o padre Geraldo, junto com o subdelegado da Colônia Leopoldina, alguns dias após a aprovação da lei teve que invadir à força algumas propriedades e chamar os escravizados anunciando-lhes que já estavam libertos e que parassem de trabalhar. No entanto outros negros anteciparam a notícia da abolição espalhando pela região já no dia 10 de maio que a escravidão havia acabado. A antecipação da notícia demonstra que os cativos tinham consciência da inevitabilidade da abolição, e estavam bem informados pelas notícias que chegavam da Capital.

#### ESCRAVOS QUE NÃO ESPERARAM PELO 13 DE MAIO

Já Ancelmo, Valério, Rodolpho, José, Christiano, Simeão e Leonardo tinham pressa, não esperaram pelo 13 de maio, nem por um processo na justiça, para se livrar da posse do fazendeiro José Antonio Venerote. Livraram-se de seu senhor de uma vez por todas assassinando-o a cacetadas em 25 de abril de 1884. Os sete escravos envolvidos eram solteiros, ocupados na lavoura, tinham entre 25 e 46 anos e haviam sido comprados apenas alguns dias antes do crime, em cinco de abril do mesmo ano, da fazenda Mutum, localizada no distrito de Pedra Branca, às margens do rio Peruípe. Esta fazenda, com todas as suas plantações, benfeitorias e escravos, foi vendida a José Antonio Venerote por Antonio Pires de Carvalho, irmãos e sobrinhos, após o falecimento do pai deste. Tal circunstância poderia nos levar a pensar que se tratasse de

---

<sup>130</sup> *Telegrama do juiz municipal de Vila Viçosa ao promotor de Caravelas em 26 de maio de 1888, APEB, seção Colonial, Minutas de telegramas, maço 6181.*

uma revolta ocasionada pela troca repentina de senhores e consequente descontentamento dos escravos. No caso do comprador José Venerote, a explicação estava diretamente relacionada a seu envolvimento no comércio de escravos.<sup>131</sup>

O nome Venerote aparece em alguns documentos como procurador em negócios de compra e venda de um número considerável de escravos.<sup>132</sup> Sidney Chalhoub, analisando um levante de escravos na casa de comissões onde seriam negociados no Rio de Janeiro, alerta para um subterfúgio muito usado por intermediários neste tipo de negócio, em que o vendedor passa uma procuração para revender o escravo a terceiros, sem a necessidade de lavrar duas escrituras de venda, e dessa forma livra-se de alguns impostos.<sup>133</sup> Por exemplo, na época da morte de Venerote, sua esposa declarou que os escravos Henrique, Manoel, Ignácio, Eduardo, Venâncio, Adão, Galdino e Polidoro, que se achavam em nome do casal e na cidade da Bahia, não lhe pertencia e sim a Mathias Alves Dias, estando com seu marido sob procuração para serem vendidos.

Se José Antonio Venerote era negociante de escravos, o destino de Ancelmo, Valério, Rodolpho, José, Christiano, Simeão e Leonardo corria grande perigo, e podemos entender melhor a reação deles diante da possível ameaça de serem vendidos para qualquer lugar do Império, longe da família e da rede de solidariedade da qual participavam. Ainda segundo Chalhoub, através da venda movida apenas pela lógica do lucro os escravos perdiam um importante espaço de manobra, deixando de influenciar o destino que teriam.<sup>134</sup> A perda de um espaço de autonomia conquistado a duras penas, não deixava aos escravos muitas alternativas além de partir para o embate direto e romper a última corrente que os ligava a escravidão. Os anos mais próximos a abolição traziam a esperança na liberdade, mas traziam, ao mesmo tempo, a impaciência de quem já havia esperado muito e presenciava, cotidianamente, o descumprimento de leis emancipacionistas como as de 1871 e 1885, além das conquistas do direito costumeiro. O assassinato de senhores e feitores nas últimas décadas da escravidão no Brasil era

---

<sup>131</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc. 39 /1403/17.

<sup>132</sup> Em escritura de 16 de agosto de 1872 ele aparece enquanto procurador intermediando a venda de 32 escravos a Jacob Wildberger, também morador na colônia. Em 20 de setembro seguinte, Venerote aparece comprando do mesmo Wildberger 56 escravos, além de outros negócios de venda de escravos geralmente por procuração. Ver APEB, seção Judiciária, *Livro de Notas dos municípios*, Livro de notas de Villa Viçosa, tabelião Valério Lourenço de Jesus, nº 2 e 3.

<sup>133</sup> Chalhoub, *Visões da liberdade*, p.43-44.

<sup>134</sup> *Idem*, p.66.

uma prova da desesperança num processo lento demais de espera pela liberdade e dias melhores.

Decerto muitos escravos da Leopoldina conseguiram alforriar-se antes de 1888. Alguns através de ações de liberdade, outros através de pagamento de pecúlio, e outros ainda devido à interferência do Padre Geraldo Xavier, que convencia proprietários a libertar seus escravos. Mas o 13 de maio marcou o fim do trabalho forçado para a maioria dos escravos deste lugar tão distante da capital. Iacy Maia Mata e Wlamira Albuquerque, que analisaram os episódios ocorridos após o grande dia, e nos informam que a região ficou em pânico e totalmente entregue a ação dos libertos. A correspondência policial informa o estado de despreparo das autoridades repressoras diante da festa dos libertos, que armados saíam às ruas a cantar, gritar vivas e festejar a abolição.<sup>135</sup>

#### LIBERTOS NA CARREIRA AGRÍCOLA

Após a alforria abria-se sem dúvida um vazio em relação às perspectivas de futuro dos egressos da escravidão. É interessante verificar como viveram alguns libertos que permaneceram na região da Leopoldina. Dos que conseguimos identificar, a maioria teve êxito na luta pela terra e carreira agrícola na região. Luzia Monte Christo chegou a participar da sociedade de seu ex-senhor, Augusto Beguim, tendo direito a três contos de réis e alguma porção de café no inventário daquele fazendeiro. Cecília Flach e Anacleto Flach, ambos ex-escravos de João Flach, adquiriram terras na colônia e se dedicaram à cultura do café a partir da década de 1870. Frutuoso e Sabina, libertos pela lei de 1888, compraram cinquenta braças de terra do próprio ex-senhor, Constantino Krull.

Honório Alfredo de Coffrane, africano forro, foi mais um que conseguiu prosperar após a liberdade. Honório aparece entre os trinta e sete escravos do suíço Alfredo de Couffran, falecido em 1844. Ele foi avaliado naquele ano em quatrocentos e cinquenta mil réis. Não sabemos quando conseguiu a liberdade, mas consta que já era livre em 1857, ano em que comprou, junto com o liberto Manoel de Alfredo, uma posse

---

<sup>135</sup> Quanto aos conflitos no pós-abolição ver principalmente Albuquerque, *O jogo da dissimulação*; Silva, *Caminhos e descaminhos da abolição*, pp.94-139; Mata, "Libertos de 13 de maio...", p.163-198; Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade*, pp.123-244.



de terras medindo 50 braças (110m) no lugar denominado Sítio do Morro da Vista, no braço sul do rio Peruípe, já plantada de café. Além de café, o liberto plantava mandioca e produzia farinha numa instalação dotada de dois fornos, uma prensa e alguns utensílios. No seu inventário de 1878, foi avaliada uma roça de mandiocas que podia produzir sessenta alqueires de farinha.<sup>136</sup> Honório não deixou herdeiros forçados, e por isso alforriou e nomeou como seus herdeiros quatro dos seus oito escravos: Claudina, Constança, Antonia e Alexandre, este último africano de cinquenta e cinco anos. Em 1879 eles herdaram um espólio avaliado em seiscentos e setenta mil réis, todo ele utilizado para pagamento das dívidas do falecido. Um dos credores de Honório era a africana liberta Catharina Rebollo, que cobrava o valor de cento e dezesseis mil e oitocentos réis de soldos atrasados por um ano de serviços.

O casal de libertos africanos, Lara e Belchior Jaccard, também conseguiu comprar dois escravos, o preto Ezequiel, africano, solteiro, de cinquenta anos e a africana Maria, também de cinquenta anos, doentes e sem ofício, pela quantia de cento e cinquenta mil réis em 1865, talvez para ajudá-los na produção de farinha no seu sítio Fortuna, na Colônia Leopoldina.<sup>137</sup> Apesar do nome sugestivo da propriedade - sítio Fortuna - o casal de africanos não conseguiu prosperar. Após a morte de Lara, em 1870, seu marido vendeu o sítio para pagar a metade das dívidas, ficando na miséria. A carreira agrícola para libertos com poucas posses e crédito devia ser algo muito difícil. Contar com algum valor em dinheiro após pagar pela própria alforria era algo quase impossível, tendo em vista as dificuldades para a acumulação de pecúlio por parte dos escravos.

Entre os libertos que contaram com alguma quantia para investir na carreira agrícola estavam Floriano, Cecília, Paolo, Luis Pombal, Aninha, Benedito Pombal, Theodoro, Delfina, Alexandro, Conrado, Mariana, Serafim, Roza, Aleixo, Ermelinda, Bibiana e seus três ingênuos, Alexandrina e seus dois ingênuos, e Sophia com seu filho recém nascido. Todos eles foram libertos por Augusto Beguim em 1881, e após o fim do inventário deste senhor em 1888, cada um recebeu 176\$444 mil reis. Infelizmente não temos notícia da vida de nenhum deles, mas os anos anteriores ao recebimento do

---

<sup>136</sup> APEB, seção Judiciária, *Inventário*, inventário de Honório Alfredo de Coffrane, doc. 07/3262/02.

<sup>137</sup> APEB, seção Judiciária, *Inventário*, inventário de Lara Jaccard, doc. 05/2176/2645/11.

valor a que tinham direito devem ter sido tão difíceis quanto o foram para os demais libertos.

Eram raros os libertos que contavam com a ajuda de ex-senhores na vida em liberdade, mais comum eram os que contavam com o auxílio da própria família desde a obtenção da tão sonhada liberdade. Anacleto foi um dos que apelou para a família na hora de pleitear sua liberdade. Anacleto era escravo de João Martinho Flach, um dos mais antigos e prósperos fazendeiros da colônia, e conseguiu sua alforria pouco antes de morrer, em 1881, graças a ajuda de seu irmão, Manoel Crystal, também liberto. Ambos eram filhos da africana Maria Crystal e todos foram escravos na fazenda Helvetia 1<sup>a</sup>. Anacleto conseguiu reunir em vida algumas peças de roupa, uns poucos objetos pessoais, uma casa coberta de taboinhas, algumas braças de terra no rio do sul, sete mil pés de café ainda novos, cento e trinta e nove arrobas de café em côco e uma roça de mandioca muito estragada, além de uma letra no valor de setecentos mil réis.<sup>138</sup> Manoel Crystal recorreu à justiça após a morte do irmão para ter direito aos poucos bens deixados por ele como único herdeiro, já que as testemunhas afirmaram que ele nunca se casara ou tivera filhos.<sup>139</sup>

Em 1876, a liberta Mathildes reivindicou o direito à herança de sua irmã Cecília Flach, falecida no mesmo ano, cujos bens incluía, além de uma escrava africana de sessenta anos chamada Eva, algumas braças de terra compradas por quatrocentos e quarenta mil réis. Cecília Flach era africana, liberta de João Flach, e filha da também africana Josepha, já falecida, escrava de Flach. Ainda na África, Josepha deu à luz uma outra filha chamada Mathildes. Segundo testemunhas a africana reconhecia as duas como filhas, e estas se reconheciam como irmãs. A história da família de Josepha foi narrada durante o processo movido por Mathildes para ter direito aos bens da falecida irmã. Foram lembrados detalhes da vida familiar da liberta que serviram como argumento para a comprovação do parentesco. As testemunhas foram inquiridas sobre as relações afetivas entre as irmãs, sobre a publicidade do parentesco entre elas, sobre o tratamento dispensado por Josepha às suas filhas, e sobre as relações amorosas de Cecília, que porventura poderiam ter dado origem a um filho. Enfim, todas as experiências evocadas naquele momento serviram para comprovar, mais uma vez, a

---

<sup>138</sup> Chamavam café em côco ao café em estado bruto, com polpa e casca.

<sup>139</sup> APEB, seção Judiciária, *Inventário*, inventário de Anacleto Flach, doc. 08/4310/10.

força das relações familiares e afetivas entre pessoas ainda que vivessem sob o cativeiro. É sobre este tema – a família escrava – que nos debruçaremos no próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3: POPULAÇÃO ESCRAVA E RELAÇÕES DE PARENTESCO

Voltemos à história de Manoel e Joaquina. O motivo que levou Joaquina a desconfiar da relação entre seu amásio Manoel e a escrava Suzana foi o fato de Manoel tê-la ajudado na colheita de café. Suzana era uma escrava jovem, de 28 anos de idade, “com boa aptidão para o trabalho”, e ainda assim contava com a ajuda de Manoel para cumprir seu trabalho no eito. O gesto de Manoel despertou o ciúme de Joaquina porque sugeria haver uma relação especial entre ele e Suzana, visto que um dos sentidos da união conjugal entre escravos era a ajuda mútua, inclusive na rotina de trabalho.<sup>140</sup> Joaquina considerou-se traída pelo amásio, e após a lida foi tomar satisfações dizendo que ela também “havia de se servir” de um escravo “de fora” chamado Antonio. A ameaça da crioula despertou o ciúme de Manoel, que como sabemos a matou com vários golpes de faca numa tarde de domingo do ano de 1869.

Ao que parece Joaquina e Manoel viviam juntos havia pouco tempo, pois o crioulo declarou ser natural da Cotinguiba, em Sergipe, e residir na Colônia Leopoldina havia apenas três anos. Apesar de recente, a união entre eles era reconhecida pelos parceiros de trabalho, pelo administrador da fazenda e por seus senhores, “que sabiam andar a crioula cuidando do que era seu”. Além da naturalidade, Manoel declarou à polícia seu estado conjugal: era casado onde vivia, em Sergipe, e provavelmente tinha sido vendido contra a sua vontade para o extremo sul da Bahia, deixando sua família para trás.

A história de Joaquina e Manoel abre espaço para discutirmos alguns temas em torno da família negra. A solidariedade, principalmente nos negócios que envolviam a subsistência da família, era algo fundamental para o sucesso desse tipo de relação, pois o casamento escravo, ainda que uma instituição comprovadamente recorrente, sobrevivia com dificuldade em meio aos obstáculos impostos pela vida no cativeiro e a falta de poder sobre sua pessoa e de sua família. Segundo Robert Slenes, um dos sentidos da união entre escravos era, para além da razão sentimental, a possibilidade de acesso a um pedaço de terra, e poder viver em senzala separada, tendo, inclusive, um

---

<sup>140</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc, 20/694/19.

controle sobre sua alimentação. Manoel afirmou que seu senhor sabia “que a crioula cuidava do que era seu.”<sup>141</sup> Infelizmente, não sabemos o que Manoel tinha de “seu”, mas o fato do casal se dedicar durante as tardes de domingo à caça e ao plantio de legumes na roça do senhor demonstra que ali existia uma economia doméstica escrava. A moradia separada da senzala coletiva é difícil de identificar, pois as choupanas de taipa e palha podiam ser excluídas da avaliação dos bens dos senhores pelo pouco valor a elas atribuído. No inventário de João Flach consta apenas que na fazenda Helvetia 1ª havia uma senzala com 38 portas, que deveriam abrigar 152 escravos, entre homens e mulheres.

Outro elemento que emerge da história de Manoel é a dificuldade em manter unida uma família que tivesse escravos entre seus membros. Manoel era casado em Sergipe e foi vendido para a Bahia em 1863, tendo que abandonar a família ali formada. A lei que proibia a venda de casais em separado foi aprovada somente em 1869, e a lei de 28 de setembro de 1871 estipulava que em qualquer caso de alienação era proibido separar cônjuges e filhos menores de 12 anos, do pai ou da mãe, sob pena de nulidade.

Como veremos a seguir, Manoel não reconhecia Joaquina como esposa, apesar de o argumento que atenuaria sua pena ter-se baseado exatamente nisso, e um dos motivos que pode explicar tal negação seria o respeito aos laços forjados em sua terra natal. Sua família era aquela que ele deixara para trás, ainda que ele passasse a viver com outra mulher no lugar para onde foi vendido.

## CASAMENTO ENTRE ESCRAVOS

Para atenuar a pena de Manoel, seu curador, Teotônio Mendes da Rocha, tentou utilizar o argumento da legítima defesa da honra. Para tanto alegou que Joaquina havia traído Manoel com outro parceiro. Manoel, segundo o curador, era casado com a crioula. Tal união, no entanto, não teria sido celebrada pela Igreja, mas pelos próprios

---

<sup>141</sup> Ver Robert W. Slenes, *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

senhores, que instituíram um ritual de casamento cuja validade era reconhecida pela comunidade e pelos nubentes. Assim discursou o curador de Manoel:

Que é publico, e geralmente sabido, que os Senhores Fazendeiros da Colônia Leopoldina que têm escravos, desde que ali fundaram seus estabelecimentos, *instituíram um casamento para seus escravos, que consiste, entregar o Senhor a cada um escravo, uma mulher para com ela coabitar, e servir lhe de companheira* dizendo a ambos: aqui está sua mulher e a esta: este é seu marido; *em cujo casamento firmemente acreditam, e na melhor boa fé se consideram legitimamente casados*, pois que desde então, para logo adquirem um, sobre o outro, o direito, e gozam de todas as prerrogativas de marido e mulher.<sup>142</sup>(grifo meu)

Surpreendentemente, o escravo desmentiu o argumento de seu curador. Assumiu que não era casado, mas apenas tinha “ajuntamento” com Joaquina, o que era do conhecimento de seu senhor. Disse ainda que não era costume haver ali os referidos casamentos . Vamos ao último depoimento de Manoel:

Disse que residia no Sítio denominado Sertão do seu finado senhor João Flach, no distrito da Colônia Leopoldina já há 3 anos(...) *Perguntado se ele interrogado era casado com a dita Joaquina? Respondeu que não, que foi casado na Cotenguiba, e que com ela apenas tinha ajuntamento.* Perguntado se seu senhor tivera demonstrado desejos dele interrogado casar-se com a dita Joaquina e se era uso do senhor casar os escravos que tinha? Respondeu que seu senhor sabia andar ele interrogado com a sua parceira Joaquina, *a qual tratava do que era seu, mas que não era costume ali haver tais casamentos.*<sup>143</sup> (grifo meu)

É preciso pensar, porém, por que o escravo Manoel desmentiu seu próprio curador, atitude que o prejudicaria. Será que Manoel apenas desconsiderava o casamento não católico? É possível. Ele próprio afirmou que era casado na Igreja em sua terra natal, assim como era filho “legítimo” de escravos casados, demonstrando ter vivido em uma posse onde a união sancionada pela Igreja tinha uma importância considerável. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que, além de matar para lavar a

---

<sup>142</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc. 20/694/19.

<sup>143</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc. 20/694/19.

honra, ele agora estaria negando um compromisso mais profundo com Joaquina também para proteger a honra. Pois uma coisa seria ser traído por esposa legítima, outra, menor, por simples amásia. Essa hierarquia de valores afetivos não seria mera idiossincrasia do escravo, mas difundida na comunidade escrava. A serem procedentes essas considerações, a vida afetiva dos escravos da Leopoldina passava por meandros simbólicos bem complexos.

De acordo com informação do presidente da província, Francisco Gonçalves Martins, em 1852, a assistência religiosa na Colônia era muito deficiente. O batismo e o casamento eram especialmente raros nas primeiras décadas de existência da colônia, pois a Igreja mais próxima ficava a “oito e mais léguas de distância”, em Vila Viçosa. Ainda segundo Gonçalves Martins, se “os católicos experimentam a falta de um ministro da Religião”, o que dizer dos “dissidentes ou de diversas seitas”; estes estariam “absolutamente privados dos meios de satisfazerem a seus deveres religiosos.”<sup>144</sup> As palavras do presidente da província confirmam que um número considerável de proprietários residentes na Colônia Leopoldina eram protestantes. Conseguimos verificar que pelo menos Henrique Jaccard, Frederico Douden, Rodolfo Sigismundo Vogl, Francisco Krull, Carlos Backman Eicke, Samuel Cruchaud, Francisco Hertzsch, Carlos Augusto Toelsner, Felipe Roeder, João Martinho Voegelim, Luiz Huguenin, e Zélia Huguenin Montandon eram protestantes.<sup>145</sup>

A aparente ausência de casamentos católicos entre escravos na região podia ser explicada, em parte, pela predominância de senhores não católicos. O ritual de casamento referido pelo curador poderia ser parte de uma celebração protestante conduzida pelos próprios proprietários de escravos na falta de uma autoridade religiosa competente. Talvez os Flach não celebrassem uniões não católicas entre seus escravos, como a descrita pelo curador de Manoel, mas isso não significa que elas não acontecessem.

Além de negar o ritual de casamento, Manoel não admitia a prerrogativa senhorial de promover as uniões, escolhendo os cônjuges para seus escravos. Ele afirma que seu senhor apenas sabia da sua união com Joaquina, como se tivesse apenas esse

---

<sup>144</sup> *Fala que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, 'abertura da Assembléia Legislativa da mesma província no 1. de março de 1852, Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1852, p. 44-45.*

<sup>145</sup> Para obter informações sobre a filiação religiosa dos fazendeiros foi utilizado principalmente o termo de juramento de testemunhas em processos criminais ou cíveis disponíveis em APEB.

“direito”, o de saber. Já o direito de decidir sobre esses assuntos cabia aos próprios cônjuges, apenas.

É sugestivo que Manoel se refira em seus depoimentos a “seu senhor”, quando consta que João Flach havia falecido em 1863, antes mesmo de Manoel ter vindo de Sergipe para viver na fazenda Helvetia 1ª. Após a morte de Flach, apenas sua viúva, Dona Ada Flach Gerver, era a responsável pelos negócios da família. Acredito que Manoel reconhecesse Maximiliano Gerver, irmão de Dona Ada e administrador da fazenda, como seu senhor, e se referisse a ele quando afirmava que seu senhor tinha ciência de sua união com Joaquina.

O importante investidor João Flach era praticamente um proprietário ausenteísta. Envolvido com assuntos diplomáticos do Império, passava a maior parte do tempo entre o Rio de Janeiro e a Europa. É possível que ele, que pouco tempo passava em suas propriedades, deixasse a administração sob a responsabilidade de seu cunhado e não se ocupasse com assuntos específicos como as uniões entre seus escravos. Mas, ainda que Flach vigiasse de perto os assuntos da senzala, ele não teria interesse em desafiar uma população escrava numerosa – de mais de cento e cinquenta escravos- escolhendo, à revelia de suas vontades, parceiros com quem deveriam formar família. Decerto seria um risco grande demais para senhores preocupados com a manutenção e a renovação da força de trabalho, e disso dependia a paz na senzala.

O estudo de Carlos Lima e Kátia de Melo sobre a família escrava em fazendas de ausenteístas em Curitiba e Castro, no Paraná, revela que havia uma relativa autonomia escrava fundamentada na ausência do proprietário.<sup>146</sup> Essa autonomia implicava, segundo a pesquisa, em uma maior intensidade das relações entre escravos, em outras palavras, em favorecimento da família escrava, inclusive da família extensa, e um aumento considerável do número de crianças nessas posses. Lima e Melo atribuem a formação facilitada da família escrava nas propriedades em questão à percepção de que escravo que tinha família não fugia, sendo a vontade de permanência do escravo fundamental, já que não havia quem os vigiasse. É importante salientar que o universo da pesquisa compreende propriedades administradas por escravos.

---

<sup>146</sup> Ver Carlos A. M. Lima e Kátia A. V. de Melo, “A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de ausenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835)”, *Afro-Asia* 31(2004), p127-162.



O depoimento de Manoel leva a crer que seu senhor não tirava dos escravos o direito de escolher seus parceiros, nem lhes impunha um casamento oficial, sancionado pela Igreja, ou por qualquer outro ritual. Ao que parece, pelo menos nas senzalas da Helvetia 1ª, escravos e escravas tinham autonomia na hora de escolher seus parceiros e costumavam apenas informar seu senhor, sem depender de sua permissão para efetivar as uniões. Não ensejamos comparar a realidade observada pela pesquisa no Paraná com as propriedades de absenteístas no extremo sul baiano, até porque um dos principais elementos identificados em Castro, a presença de fazendas administradas por escravos, não foi identificado na Colônia Leopoldina. Apenas sugerimos que a distância do senhor em relação à sua propriedade facilitaria a autonomia escrava em relação às suas uniões afetivas.

O ritual descrito pelo curador de Manoel, apesar da ausência de qualquer outra menção a esta prática nos documentos levantados, e de ter sido desmentida pelo próprio depoimento do escravo, abre espaço para analisarmos a recorrência de uniões estáveis entre escravos na Colônia Leopoldina. As uniões ali identificadas, apesar de não oficializadas pela Igreja, eram reconhecidas pela comunidade, e respeitadas por seus senhores, inclusive na hora da venda de seus membros.

#### “DECENTES E RESPEITÁVEIS NÚCLEOS FAMILIARES”

O médico alemão Carlos Augusto Toelsner, que foi proprietário de escravos na Colônia Leopoldina, discorreu sobre a existência de famílias escravas agregando quase todos os 2000 escravos que viviam na colônia em 1858. Descontados os exageros do médico cafeicultor, muitos núcleos familiares escravos foram identificados:

Existem no momento (1858) 40 fazendas, nas quais vivem 200 brancos, na maioria alemães e suíços, alguns franceses e brasileiros e, 2000 pretos. Estes últimos nasceram e se criaram quase todos na colônia e devem isto ao tratamento humanitário que lhes é dispendido e, *à vantagem de viverem em decentes e respeitáveis núcleos familiares.*<sup>147</sup>(grifo meu)

---

<sup>147</sup> Nesser, *A Colônia Leopoldina*, p. 4.

Toelsner fala em 2000 pretos e 200 brancos. O presidente da província, João Mauricio Vanderley, em fala de 1º de março de 1855, forneceu informações acerca de algumas colônias agrícolas localizadas em Valença e Caravelas tentando indicar a origem, o estado e as causas que levaram à dissolução de alguns desses empreendimentos. Segundo ele, inexistiam dados oficiais sobre as colônias e apenas nos relatórios de autoridades locais pode-se obter alguma informação. Sobre a Leopoldina, disse ele: “que ignora-se o número de colonos que para ali tem entrado, e que no ano de 1831 esta colônia contava com 45 fazendas de café, de proprietários brasileiros, suíços, prussianos, hanoverianos, etc., com 65 pessoas de famílias, 25 homens livres empregados e 1.245 escravos”.<sup>148</sup>

Uma relação dos lavradores da Leopoldina, nacionais e estrangeiros, enviada ao presidente da província pelo juiz de direito da comarca de Caravelas, Albino José Barbosa de Oliveira, em 1840, aponta a existência de 1.036 escravos.<sup>149</sup> Até 1847 esse número parece não ter aumentado muito, segundo o presidente da província João José de Moura Magalhães. Ele informou que neste ano a colônia abrigava 1.267 escravos, empregados em 40 fazendas situadas às margens do rio Peruípe e destinadas exclusivamente à cultura de café.<sup>150</sup>

Outro relatório sobre o estado da Leopoldina organizado pelo médico Carlos Bachman-Eicke, em 1848, traz uma lista de fazendas e habitantes da colônia em que os números apontam uma proporção média de 10 pretos para cada branco.<sup>151</sup> Exatamente a proporção indicada por Toelsner dez anos depois. Em 1852 o conselheiro Francisco Gonçalves Martins informava que a colônia era habitada por 1600 escravos.<sup>152</sup> Em 1860

---

<sup>148</sup> *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o doutor João Mauricio Wanderley, no 1.º de março de 1855*, Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855, p.40.

<sup>149</sup> *Relação dos lavradores residentes na Colônia Leopoldina, tanto Nacional como Estrangeiros*, 1840, APEB, seção Colonial, Agricultura, maço 2329.

<sup>150</sup> *Falla que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, 'abertura da Assembléa Legislativa da mesma província em 25 de março de 1848*, Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848, p.44.

<sup>151</sup> *Lista de propriedades e lavradores da Colônia Leopoldina*, 1847, APEB, seção Colonial, Agricultura, colônias, maço 4603-3.

<sup>152</sup> *Falla que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, 'abertura da Assembléa Legislativa da mesma província no 1. de março de 1852*. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1852, p.45.

já se mencionavam fazendas cultivadas por mais de 2000 escravos.<sup>153</sup> Apesar de o número de residentes na Colônia Leopoldina ser algo difícil de precisar, de maneira geral, esses números estão de acordo com outras fontes, e indicam que houve um crescimento da população escrava na colônia acompanhando o desenvolvimento da cultura cafeeira na região.

Segundo Carlos Toelsner, a maioria dos escravos que viviam na colônia eram ali nascidos, o que sugere a existência de um contingente crioulo muito superior ao africano e, além disso, um número maior de núcleos familiares entre a população escrava. As listas acima referidas não informam sobre a origem dos cativos, e só podemos contar com esse tipo de informação para a segunda metade do século XIX, o que compromete a amostra devido a diminuição natural do número de africanos algumas décadas após a proibição do tráfico de escravos para o Brasil, em 1850.

Tabela 5:  
Distribuição da população escrava por idade e origem: Colônia Leopoldina 1860-1888.

Idade	Origem		Total
	africano	crioulo	
até 14 anos	0	325	325
% do Total	,0%	28,8%	28,8%
15-44 anos	1	234	235
% do Total	,1%	20,7%	20,8%
45-54	7	133	140
% do Total	,6%	11,8%	12,4%
+ de 55	97	119	216
% do Total	8,6%	10,5%	19,1%
Não informada *	87	125	212
% do Total	7,7%	11,1%	18,8%
Total	192	936	1128
% do Total	17,0%	83,0%	100,0%

Fonte: inventários *post mortem* (APEB).

\*Os “não informada” referem-se a propriedades que não registraram seus escravos com a idade, independente da naturalidade.

---

<sup>153</sup> *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o conselheiro e senador do império Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860.* Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1860, p 81.

A amostra da população escrava adulta entre 1860 e 1888 compreendia 105 africanos e 486 crioulos, excluindo-se os 212 que não tiveram informados o local de nascimento. A maioria dos africanos pertencia à faixa etária dos adultos maduros (com mais de 55 anos), um total de 97 pessoas e não havia nenhuma criança nascida na África. A população africana estava naturalmente envelhecendo enquanto a crioula jovem crescia. Há que se destacar o registro das idades “exatas” dos africanos nos inventários dos proprietários da Colônia Leopoldina. Pelo menos mais exatas que a maioria dos registrados, que normalmente indicavam as idades descritivas, como moço, maior, velho, etc.

Pouco se sabe sobre o comércio de escravos na região de Caravelas e especialmente na Colônia Leopoldina. Em algumas petições os colonos queixaram-se da dificuldade de conseguir braços cativos devido aos altos preços, mas não encontrei nenhuma fonte que apontasse quando os colonos adquiriram os primeiros braços africanos e sob quais circunstâncias continuaram comprando escravos.<sup>154</sup> Segundo informações de Oberacker Jr., isso provavelmente aconteceu após 1825.<sup>155</sup> Algumas pistas apontam para a dificuldade na aquisição de africanos após as leis de proibição do tráfico de escravos, devido à vigilância das autoridades provinciais em relação aos negócios dos estrangeiros, e uma aposta na reprodução de escravos como alternativa para a renovação da força de trabalho.

O inventário da suíça Zélia Montandon, falecida em 1858, traz algumas informações sobre os “respeitáveis núcleos familiares” entre escravos de que falava Carlos Augusto Toelsner. Zélia era viúva de Henrique Montandon e parece ter passado a administrar a fazenda Pombal 2ª também conhecida como fazenda do Piqui, após a morte de seu marido. A fazenda exportou 1.440 arrobas de café em 1839, e em 1840 tinha cinquenta e três mil pés de café cultivados por vinte e três escravos, aos quais se somavam dezenove crias. Em 1848, dois anos antes da efetiva proibição do tráfico de africanos para o Brasil, o número de escravos na fazenda Piqui já havia subido para quarenta e oito, e em 1858 a família Montandon contava com cinquenta e sete escravos, dos quais vinte e três (40,4%) eram africanos.

---

<sup>154</sup> APEB, seção Colonial, *Presidência da província*, consulado da Suíça, 1841-1887, maço 1210.

<sup>155</sup> Oberacker Jr., “A colônia Leopoldina-Frankental”, p. 130.

Dos escravos arrolados em 1858 no inventário de Zélia Montandon quase todos estavam envolvidos em relações de parentesco, formando onze núcleos familiares compostos por homens, mulheres e filhos. Ao que parece, estes grupos dividiam o mesmo espaço, pois a fazenda contava apenas com duas casas de senzalas, uma coberta de taboinhas e outra de telhas de barro. Talvez os casais vivessem em dormitórios separados para cada sexo, como Stein verificou em Vassouras, onde cada esposo podia “visitar” sua esposa algumas horas por noite. Mas pode ser que as senzalas avaliadas no inventário fossem destinadas apenas aos solteiros, e os casais vivessem em ranchos separados, mais simples e, como sugerido anteriormente, de pouco valor na avaliação dos bens. É provável que o que Toelsner considerava um “respeitável núcleo familiar” não eram famílias vivendo em barracões coletivos, mas sim em espaços separados. O inventário não oferece maiores detalhes sobre a habitação e convivência das famílias escravas na fazenda.

Dos vinte e três escravos africanos arrolados no inventário de Zélia Montandon, doze (52,2%) viviam maritalmente com outros escravos da mesma fazenda, formando sete casais, os demais não informaram sobre seu estado conjugal. De todos os casais incluindo cônjuge africano, apenas três tinham filhos arrolados conjuntamente, mas devido a idade avançada da maioria dos casais na época do arrolamento, podemos desconfiar que outros casais também tiveram filhos, e estes possivelmente seriam a maioria dos crioulos arrolados.

Tabela 6:  
Distribuição dos escravos por sexo e idade (fazenda Pombal 2ª, 1859)

Sexo	Idade					Total
	até 14 anos	15-44 anos	45-54	+ de 55	não informado	
masculino	07	11	05	04	0	27
	12,3%	19,2%	9,2%	7,1%	0%	47,4%
feminino	07	15	03	03	02	30
	12,3%	26,5 %	5,6%	5,2%	3,6%	52,6%
Total	14	26	08	07	02	57
% Total	24,6%	45,7%	14,8%	12,3%	3,6%	100,0%

Fonte: APEB, inventário de Zélia Montandon.

Os crioulos, 59,6% da posse, formavam os outros quatro núcleos familiares identificados, mas é possível ter havido outros casais crioulos que não foram registrados como tais, ou ainda, não eram do conhecimento do administrador. As mulheres crioulas (31,6%) eram maioria dos escravos na fazenda Pombal 2<sup>a</sup>, e era delas também o maior número de crianças arroladas, doze no total. Das dezoito mulheres crioulas, sete eram menores de 14 anos, e entre as adultas, pelo menos nove eram mães, mas aparentemente apenas três delas viviam com seus companheiros.

É difícil saber por que tantas mães crioulas foram consideradas solteiras quando, ao que parece, havia um incentivo, ou pelo menos não havia empecilho, para as uniões dentro da posse dos Montandon. Talvez essas mulheres tivessem relações com escravos de fazendas vizinhas, ou mesmo com homens brancos, inclusive estrangeiros, que normalmente não assumiam escravas como esposas. Parece mais plausível, no entanto, uma falta de ciência por parte dos senhores das uniões existentes entre alguns escravos de sua posse. A falta de informação do estado conjugal de onze crioulos no inventário aponta para esta direção. Por que, afinal, enquanto quinze escravos foram declarados solteiros, onze não tiveram seu estado conjugal declarado?

52% dos africanos estavam “casados” enquanto 47% não tiveram seu estado conjugal registrado. Entre os crioulos 40% eram “casados” e mais da metade não foram identificados quanto ao estado conjugal. Talvez fossem solteiros, e os avaliadores achassem desnecessário registrar, mas podiam ser viúvos. Não há como perceber dentro da população escrava da fazenda Pombal 2<sup>a</sup> quais os escravos viúvos, mas certamente os havia, e talvez alguns dos “casados” o fossem mesmo em segundas núpcias.

#### LEGITIMIDADE E ESTABILIDADE DA FAMÍLIA ESCRAVA

Os escravos da fazenda Pombal 2<sup>a</sup> arrolados por família não foram considerados explicitamente casados no inventário de sua senhora, apesar de assim se descreverem quando apareceram em outro documento.<sup>156</sup> As informações sobre o estado conjugal dos escravos não esclarecem sobre a instituição do casamento na colônia. Por outro lado,

---

<sup>156</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc.18/639/01.

por que avaliar conjuntamente famílias escravas não legitimadas pelo casamento católico, se essa união não tivesse uma legitimidade diante da comunidade local e dos próprios senhores? Em seu testamento, anexo ao inventário, Zélia Montandon estabeleceu uma cláusula especialmente interessante para tentarmos perceber a legitimidade da família escrava “não oficial” na região leopoldinense. Ela pediu “que os escravos fossem divididos entre o sócio inventariante e os órfãos representantes da inventariada, por famílias como estão consideradas no inventário, havendo nisto a maior igualdade”. E parece que o desejo da falecida foi respeitado, o que explica a avaliação por famílias presente no inventário. O casal de africanos nagô Simão e Luiza foi vendido unido, assim como a família dos crioulos Vicente e Esperança (ver quadro 4 em anexo).<sup>157</sup>

Os proprietários Luis Felício Jouffroy e Felix Joseph, que venderam escravos a D. Ana Sofia Ida Sigfried Joseph, em 1879, mantiveram mães e filhos unidos na hora da venda.<sup>158</sup> Ao que tudo indica estes senhores foram além do que exigia a lei de 28 de Setembro de 1871, que proibia a venda de escravos casados e seus filhos *menores de 12 anos*, mantendo unidos às mães todos os filhos, fosse qual fosse a idade, inclusive os adultos. A africana Thereza, 50 anos, por exemplo, foi vendida por Luis Felício Jouffroy à família Joseph junto com seus dez filhos e uma neta, e apenas um dos filhos e a neta tinham menos de 12 anos. Felix Joseph vendeu Luiza junto com seus três filhos Marcolina, 25 anos, Cesário, 12, e Bertha, 8, e seus três netos, filhos de Marcolina, Pedro, 14, Antonia, 13, e Seraphin, 3 (ver quadro 2 em anexo). Da mesma forma vendeu a africana Juliana, 58, com seus quatro filhos, Francisco, 36, Estevão, 31, Marcelino, 28, e Mathilde, 25, e seus dois netos filhos da última, Roberto, 08, e João, 04 (ver quadro 1 em anexo).

Algumas leis foram sancionadas a partir do final da década de 1860 visando proteger a família escrava na hora da venda de seus membros. Tanto a lei de 15 de setembro de 1869, quanto a lei de 28 de setembro de 1871, proibiam a venda de cônjuges e de seus filhos menores de 12 anos separados dos pais, mas esse tipo de proibição não se aplicava ao caso dos filhos das escravas Thereza, Luiza e Juliana. Alguns dos filhos dessas escravas eram adultos e mesmo assim foram vendidos junto

---

<sup>157</sup> APEB, seção Judiciária, *Inventário*, inventário de Zélia Huguenin Montandon, doc. 08/3410/12.

<sup>158</sup> APEB, seção Judiciária, *Inventário*, inventário de Ana Sofia Ida Sigfried, doc. 5/2169/2638/04.

com suas mães. Nesses casos, a compra e venda conjunta de mães escravas com seus filhos pode estar relacionada à um direito adquirido pelos escravos. Como já dissemos a família era fonte de estabilidade, mas também de conflito. Escravos solteiros ou sem filhos tinham mais propensão para a fuga, assim como os descontentes por ver sua família separada tendiam a fugir para perto dela.<sup>159</sup>

Porém, em se tratando da venda de famílias, nos chama a atenção a ausência dos pais. Talvez os parceiros das escravas estivessem dentro do grupo vendido aos Joseph, e não houvesse nenhum dado no registro que informasse esse tipo de relação, o que prova que a maioria dos senhores considerava importante apenas o registro das mães e seus filhos, e não das famílias completas. Ainda que esses proprietários vendessem os companheiros das escravas em separado, havia um esforço pela preservação dos laços familiares entre mães, filhos e netos na hora da venda ou partilha de seus escravos.

#### POSSIBILIDADES DE UNIÃO CONJUGAL ENTRE ESCRAVOS NAS PROPRIEDADES DA COLÔNIA

Nem sempre os casais podiam viver juntos na mesma propriedade, e sem dúvida a união de escravos vivendo em propriedades diferentes, sujeitos às ordens de diferentes senhores dificultava a estabilidade da família, mas não a impossibilitava. Aliás, após 1871, quando foi criado pelo governo imperial um fundo de emancipação que promoveria a libertação de escravos segundo critérios baseados na organização familiar principalmente, privilegiando na ordem de classificação escravos casados de diferentes senhores, esse inconveniente passou a ser um fator de auxílio no acesso a liberdade.

A história que envolve o triângulo Sabina, José Muleque e Joaquim nos coloca diante da “possibilidade” de união entre escravos de diferentes senhores, e suas implicações. José Muleque, moço robusto e de boa estatura era escravo na fazenda Grully, de Jacques Joseph, e vivia com a crioula Sabina, escrava de Augusto Beguim. Por ocasião dos festejos do ano novo de 1859, Sabina e seu amásio participavam de um batuque que reuniu muitos escravos na fazenda Califórnia, de Frederico Jeanmonod. Entre os escravos daquele senhor estava o ex amásio de Sabina, o africano Joaquim,

---

<sup>159</sup>Ver principalmente Isabel Cristina Ferreira dos Reis, “Uma negra que fugiu e consta que já tem dous filhos: fuga e família entre escravos na Bahia”, *Afro-Asia*, nº23(1999), pp.27-46; e Reis e Silva, *Negociação e conflito*, p.66.



recém comprado da fazenda Piqui. Joaquim, por ciúmes de sua ex companheira, assassinou José Muleque com uma facada certa. <sup>160</sup>

Casais formados por escravos de senhores ou propriedades diferentes não eram comuns em áreas de *plantation*, com população escrava numerosa, onde não havia grandes dificuldades na formação de casais. No entanto a escrava Sabina teve oportunidade de relacionar-se com dois escravos de fazendas diferentes, inclusive gerando filhos com ambos. Com Joaquim teve uma filha e, segundo testemunho do próprio africano, a menina continuou a gozar da presença e da proteção do pai. Com José Muleque teve um menino, ainda de colo à época do assassinato, e que também contava com a presença do pai. O fato de José Muleque no dia do batuque, querer levar o filho a dormir na fazenda onde vivia, longe da mãe, sugere que não havia grandes problemas quanto à mobilidade de crianças filhas de casais de senhores diferentes naquelas propriedades, assim como a ausência dos pais na criação dos filhos das escravas era algo relativo. É interessante observar a participação paterna na vida afetiva dessa família escrava, algo difícil de perceber na documentação.

Ao que parece, no momento do crime, a fazenda Monte Chisto era uma propriedade nova, que como tal poderia ter um número reduzido de escravos. É o que sugere sua ausência na lista de propriedades da colônia em 1847, como podemos ver na tabela 7. Se for esse o caso, é compreensível que a escrava Sabina, fazendo parte de um grupo pequeno, procurasse parceiros em outras propriedades. <sup>161</sup> Outra possibilidade é que Sabina, em algum momento, tivesse sido parceira de seus amásios na fazenda Piqui, como era conhecida a fazenda Pombal 2ª, de onde estes foram vendidos em 1858.

Tabela 7:  
Distribuição de brancos e escravos por fazenda (Colônia Leopoldina 1847)

Colônia Leopoldina			
Fazendas	Proprietários	Nº de brancos	Nº de escravos
Germania	Carlos Augusto Toelsner	02	09
*****	Gorneuff	01	22
Esperança	João Baptista Bacalhao	01	24
Haute de rise	Herdeiros de Augusto de Coffrane	05	84
Providencia	Herdeiros de Alfredo de Coffrane	01	32

<sup>160</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc. 18/639/01.

<sup>161</sup> Na década de 1880 a fazenda Monte Christo era uma das maiores propriedades da colônia, com 165 escravos.

Pombal I	Pedro Henrique Beguim	08	44
Pombal II	Henrique Huguenim	04	48
Castelo de Pombal	Eugenio e Gustavo Borel	02	80
Constancia	Alexandre Borel	02	16
Hesperia	João Dias de Azevedo	02	36
Luiza	Luiz Borel	01	30
Helvetia	João Martinho Flach	04	108
Pedras	Fernando Pereira de Sena	06	06
Destacamento	Major Carlos Metzker	10	14
Ronco d'Água	Carlos Hertzch	04	12
Leopoldina	Ernesto e Frederico Krull	15	125
Pomona	Frederico Blum	05	08
Jacarandá	João Vicente Gonçalves de Almeida	03	30
*****	João Antonio Ferreira Salçe	04	06
Boa Vista	Felippe Roeder	06	10
Monte d'Alegria	Anira Jorge da Conceição	03	14
Monte Real	Alexandre Cousandier	02	62
Carlsch	Felipe Moers	04	44
Sapucaieira	Luiz Maulaz	05	44
Alban	Luiza Petersen	04	14
*****	Tatthey	01	35
*****	Luiz Geoffroy	08	12
*****	Marmillon	01	04
*****	Salomon Jaccard	01	08
*****	Henrique Borel	01	10
Sophia	Herdeiros do Veiga	01	12
Helvetia	Gustavo e Constantino Jaccard	02	48
*****	Fernando Kunde	01	09
Colina	Bento José da Costa	04	24
Mutum	Carlos Augusto Toelsner	02	16
Hesperia	João Dias de Azevedo	04	25
Boa Vista	João G. da Silva Santos	09	19
Riacho d'Ouro	Abraão Langhans	01	45
Sucego	João Henrique Lamberts	03	40
Total		130	1.267

Fonte: APEB, seção colonial, colônias e colonos, Colônia Leopoldina, maço 4603-3.

Se era incomum a união entre escravos de diferentes senhores, também era a união de africanos com crioulos. Segundo Reis, africanos preferiam parceiras africanas e quando possível da mesma nação.<sup>162</sup> O africano Joaquim tinha sido vendido há pouco tempo da fazenda Piqui, e nela havia 12 mulheres africanas, a maioria delas (7) já comprometidas em 1858, um ano antes do assassinato de José Muleque.

Os 23 africanos arrolados no inventário de Zélia Montandon vivendo na fazenda Piqui estavam dispostos em sete casais. Cinco eram formados por cônjuges africanos de nações variadas, e apenas dois casais eram formados por africanos e crioulos. Havia um casal formado por nagôs, um por nagô e jêje, um por nagô e monjolo, um por cabinda e moçambique, e um de quem não se sabe a nação. Dois casais eram formados por

<sup>162</sup> Ver Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, p. 410-411.

maridos crioulos e mulheres benguelas (ver quadros 5 e 6 em anexo). A maioria das africanas era casada com africanos, mesmo que de nação diversa da sua, como se pode ver no quadro 3 em anexo. Cinco africanas das doze arroladas não viviam com companheiros, entre elas três idosas e possivelmente viúvas. As outras duas, ainda jovens, eram de origem pouco comum nas propriedades da região: haussá e São Thomé.

A idade de homens e mulheres casados nesta posse aponta para uma situação observada por outras pesquisas sobre população escrava em zonas rurais: africanas jovens casadas com africanos mais velhos, e africanas mais velhas com homens mais jovens. Florentino e Góes apontam para uma decisão masculina, baseada no poder de escolha dos homens mais velhos, que preferiam africanas jovens em idade fértil, em detrimento dos homens mais jovens que ficavam com as mulheres maduras. Já Robert Slenes sugere que, se tal regra em algum momento existiu, era baseada na experiência dos cônjuges africanos, e as mulheres, artigo raro, escolheriam seus parceiros levando em conta o nível de ladinização, e porventura dos recursos do pretendente. Os mais “experientes” na vida e na terra dos brancos levavam vantagem, pois podiam possibilitar mais segurança às mulheres recém-chegadas.<sup>163</sup>

Se as idades dos escravos informadas na avaliação estiverem corretas é possível perceber que, pelo menos entre os escravos da fazenda Pombal 2<sup>a</sup>, havia uma escolha baseada na experiência dos cônjuges masculinos ou na idade fértil das mulheres. Não que tal regra se impusesse sempre. Acreditamos que a maior ou menor disponibilidade de parceiros direcionava as escolhas. O que era preferido nem sempre pôde ser realizado.

Alguns africanos mais velhos permaneciam solteiros na fazenda Pombal 2<sup>a</sup>, mesmo havendo mulheres crioulas solteiras na mesma posse. A não ser que essas crioulas fossem suas parentas próximas, como filhas ou irmãs, o que inviabilizava as uniões, esses homens continuavam baseando sua escolha na origem étnica, mesmo em períodos de diminuição da população africana em geral. Na fazenda Pombal 2<sup>a</sup> é

---

<sup>163</sup> Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas, famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997, afirma que para o Rio de Janeiro entre 1790-1850 a maioria absoluta das uniões entre escravos era composta por homens maduros com mulheres jovens e mulheres maduras com homens jovens, a regra valia tanto para crioulos como para africanos, mas prevalecia entre os últimos; Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p.323, verifica a mesma regra para o engenho Santana, em Ilhéus. Sobre a pesquisa de Florentino e Góes, ver comentário de Slenes, *Na senzala uma flor*, pp81-82.

possível perceber traços fortes de uma endogamia étnica comum até meados do século XIX e como essa preferência foi se adaptando às circunstâncias do pós-tráfico, quando os africanos naturalmente envelheceram e passaram a ser minoria nas senzalas nordestinas.

Tabela 8:  
Distribuição dos escravos por sexo e origem (fazenda Pombal 2ª, 1859)

Sexo	Origem		Total
	africano	crioulo	
masculino	11	16	27
	19,3%	28,1%	47,4%
feminino	12	18	30
	21,1%	31,6%	52,6%
Total	23	34	57
	40,4%	59,6%	100,0%

Fonte: APEB, inventário de Zélia Montandon.

Tabela 9:  
Distribuição dos escravos adultos por origem e estado conjugal  
(fazenda Pombal 2ª, 1859)

Origem	Estado conjugal			Total
	solteiro	amasiado	não informado	
africano	0	12	11	23
	,0%	52,2%	47,8%	100,0%
crioulo	1	8	11	20
	5,0%	40,0%	55,0%	100,0%
Total	1	20	22	43
	2,3%	46,5%	51,2%	100,0%

Fonte: APEB, inventário de Zélia Montandon.

A fazenda Califórnia, onde Joaquim vivia na época do crime, também tinha sido propriedade da família Huguenin Montandon. A fazenda e a posse foram divididas e vendidas a Adolpho Polly e Frederico Jeanmonod, logo após a morte de Zélia Montandon. No entanto, parte dos escravos continuou junta, no caso da fazenda de Jeanmonod, e uniu-se a outro grupo oriundo da Pombal 2ª ( ou Piqui). Ou seja, escravos

de propriedades diferentes, mas de uma mesma senhora passaram a viver juntos sob as ordens de novo senhor. Infelizmente não temos os dados da população escrava da fazenda Califórnia, de Jeanmonod, próximo a data do crime.<sup>164</sup>

Esse crime poderia ser facilmente explicado como uma disputa de dois escravos por uma mulher, artigo raro em muitas propriedades, até a década de 1850, principalmente nas posses pequenas, onde as taxas de masculinidade eram enormes. Mas não era esse o caso. Pesquisas realizadas sobre os engenhos do Recôncavo baiano entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, apontam para uma razão de masculinidade alta, entre 256 para o primeiro período e 189 para o segundo.<sup>165</sup> No entanto, em períodos posteriores, a tendência seria a diminuição do desequilíbrio entre os sexos, como observado por Walter Fraga Filho em dez engenhos da mesma região, entre 1870 e 1887.<sup>166</sup> Fraga Filho verificou que de um total de 798 escravos, 446 eram do sexo masculino e 352 do sexo feminino, e observou que em alguns engenhos o número de mulheres ultrapassava o de homens, mas a tendência era mesmo o equilíbrio, como também podemos verificar na Colônia Leopoldina.

As pesquisas para o Sudeste cafeeiro, mais próximas do período aqui estudado e com a particularidade de ser também uma área produtora de café, apontam uma desproporção entre os sexos mesmo na segunda metade do século XIX. Stein verificou que, em Vassouras entre 1820-1888, a proporção entre homens e mulheres escravos era em torno de sete para três, e afirma que a sociedade escrava de Vassouras permaneceu predominantemente masculina durante o crescimento e o declínio do município.<sup>167</sup> Warren Dean, estudando o município de Rio Claro, outra área dedicada à cafeicultura, entre 1820 e 1920, aponta uma desproporção entre os sexos parecida com a verificada em Vassouras.

Para Lorena no ano de 1801, quando a produção de café no Vale do Paraíba ainda era modesta, foi encontrada uma razão de masculinidade de 120,3.<sup>168</sup> A pesquisa realizada por Warren Dean identificou para o ano de 1822 uma porcentagem de escravos do sexo masculino de 72,8%, e em Campinas no ano de 1829, Slenes verificou

---

<sup>164</sup> APEB, seção Judiciária, *Inventário*, inventário de Zélia Huguenin Montandon, doc. 08/3410/12.

<sup>165</sup> Esses dados se baseiam nos estudos de Schwartz, *Segredos internos*, p.287; e na pesquisa realizada por Barickman, *Um contraponto baiano*, p. 257.

<sup>166</sup> Fraga Filho, *Encruzilhadas da Liberdade*, p.34.

<sup>167</sup> Ver Stein, *Vassouras*, p.108.

<sup>168</sup> Iraci del Nero da Costa, Robert W. Slenes, Stuart B. Schwartz, "A família escrava em Lorena (1801)". *Estudos Econômicos*, 17:2, maio/agosto (1987), p. 232.

uma razão de masculinidade de 286. Ainda em Campinas, mas já em 1872, Slenes constatou uma razão de masculinidade de 182 e em Rio Claro no ano de 1887 a porcentagem de escravos homens ainda era de 62,2%.<sup>169</sup> A situação na Colônia Leopoldina era bem diferente.

Analisando os dados encontrados em 32 inventários de proprietários na Leopoldina, cruzados com registros de compra e venda de escravos de 20 propriedades, pudemos traçar um perfil da população escrava ali residente.<sup>170</sup> Os inventários realizados entre 1860 e 1888 registraram um total de 1128 escravos, dos quais 50,4% (568) do sexo masculino e 49,6% (560) do sexo feminino. Quanto à origem, 17% (192) eram africanos e 83% (936) crioulos, incluindo aí algumas crias avaliadas separadamente das mães. A distribuição por sexo e origem dos cativos pode ser observada na tabela 10.

Tabela 10:  
Distribuição da população escrava por sexo e origem (Colônia Leopoldina 1860-1888).

Origem	Sexo		Total
	masculino	feminino	
africano	116 10,3%	76 6,7%	192 17,0%
crioulo	452 40,1%	484 42,9%	936 83,0%
Total	568 50,4%	560 49,6%	1128 100,0%

Fonte: inventários *post-mortem* (APEB).

No período estudado, entre 1860 e 1888, o número de escravos do sexo feminino se aproxima muito do número de escravos do sexo masculino, o que ocorre devido ao crescimento do número de escravos crioulos. Considerando toda a população escrava, formada por 83% de crioulos, a razão de masculinidade é de apenas 101. Considerando-se ainda apenas a população adulta entre a faixa etária de 15-45 anos, essa razão diminui para 100,4. Mas se isolarmos a população africana temos uma razão

<sup>169</sup> Slenes, *Na senzala uma flor*, p.75; Dean, *Rio Claro*, p. 71.

<sup>170</sup> Foram utilizados inventários *post-mortem* dos colonos e seus descendentes disponíveis em APEB, seção judiciária, inventários; as certidões de compra e venda de escravos encontram-se disponíveis em APEB, seção Judiciária, *Livro de notas dos municípios*, Livro de notas de Mucuri, livros nº 01,02 e 03.

de masculinidade de 152,6. Ainda que haja uma desproporção entre os sexos na população cativa africana, é de se destacar o equilíbrio do total da população escrava da colônia na segunda metade do século XIX.

Observando a tabela 11 percebemos que havia também um equilíbrio entre os sexos dentro das faixas etárias. Ainda que idade equivalente não fosse um critério tão importante na hora da escolha dos parceiros, disparidades grandes em relação à idade certamente dificultavam as uniões. Uma posse com um número grande de escravos sexagenários ou de crianças, por exemplo, diminuía as chances de formação de casais.

Tabela 11:  
Distribuição da população escrava por sexo e idade  
(Colônia Leopoldina, 1860-1888)

Sexo	Idade					Total
	até 14 anos	15-44 anos	45-54	+ de 55	não informado	
masculino	154	123	64	110	117	568
% em relação a idade	47,4%	52,3%	45,7%	50,9%	55,2%	50,4%
% Total	13,7%	10,9%	5,7%	9,8%	10,4%	50,4%
feminino	171	112	76	106	95	560
% em relação a idade	52,6%	47,7%	54,3%	49,1%	44,8%	49,6%
% Total	15,2%	9,9%	6,7%	9,4%	8,4%	49,6%
Total	325	235	140	216	212	1128
% em relação a idade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% Total	28,8%	20,8%	12,4%	19,1%	18,8%	100,0%

Fonte: inventários *post-mortem* (APEB).

Entre a população africana - uma minoria em relação aos crioulos no período aqui analisado - a quantidade de homens é maior que a de mulheres, como se tem verificado em outras regiões escravistas. A desproporção numérica pode ser explicada pela lógica do tráfico que refletia a preferência dos compradores por homens, com maior força física para o trabalho pesado nas lavouras.<sup>171</sup> No caso da lavoura cafeeira tal preferência seria amenizada já que homens e mulheres desempenhavam os mesmos

<sup>171</sup>Sobre a preferência de escravistas por escravos masculinos ver Stein, *Vassouras*, p.108; Schwartz, *Segredos internos*, p. 286; e Barickman, *Um contraponto baiano*, pp. 253.

trabalhos, apesar de Stein afirmar que as mulheres eram preteridas devido ao resguardo necessário durante a gravidez e após o parto.<sup>172</sup>

José Flávio Motta constatou uma razão de masculinidade de 139 entre a população africana em Bananal no ano de 1801. Considerados apenas os africanos adultos (15-59 anos), esse número sobe para 183,1. A mesma pesquisa encontrou para o ano de 1829, a razão total de 218,7, e considerando apenas a faixa etária referida, a razão sobe para 283,4.<sup>173</sup> Estes dados, no entanto, se referem ao período de tráfico transatlântico aberto. Os dados da Colônia Leopoldina são do período pós-tráfico, entre 1860 e 1888, mas este tipo de desequilíbrio se refletia entre a população africana naquele período. Os dados apresentaram uma razão de masculinidade de 152 entre a população africana adulta, pois não havia crianças africanas nas fazendas leopoldinenses, pelo menos após a década de 1860.

As fazendas da Colônia Leopoldina contavam com apenas 17% de africanos e as propriedades maiores tinham os menores índices de africanos em suas posses (12,1%). Talvez porque se tratasse de propriedades antigas, em processo de substituição da mão-de-obra africana envelhecida por crioulos, como no caso das fazendas Monte Cristo, de Augusto Beguim (165 escravos), que já era uma propriedade antiga em 1881, data do inventário de seu proprietário, e da fazenda Califórnia, de Frederico Jeanmonod (129 escravos), com apenas 5 e 17 africanos respectivamente.<sup>174</sup> Na tabela 12 podemos verificar o número de africanos por tamanho da posse entre as décadas de 1860-1880.

---

<sup>172</sup> Stein, *Vassouras*, p. 108.

<sup>173</sup> José Flávio Motta, *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal, 1801-1829*, São Paulo, Annablume, 1999, p. 298.

<sup>174</sup> Entre as propriedades mais antigas da colônia, além das acima referidas, encontram-se as fazendas Jacarandá que foi do Coronel Jorge Antonio Schaeffer, fazenda Leopoldina, de Francisco Krull, fazenda Grully, de Joaquim Joseph, fazenda Pombal 1ª, de D. Maria Beguim, fazenda Volta Miúda, de Luiz de Jouffroy, fazenda Pombal 2ª ou Piqui, de Luiz Huguenim, fazenda Helvetia, de Francisco Jaccard, e fazenda Destacamento, de Manoel Metzker, todas estas já estavam em funcionamento em 1840.



Tabela 12:  
Distribuição dos escravos por origem e tamanho da posse  
(Colônia Leopoldina 1860-1888).

Número de escravos por fazenda	Origem		Total
	africano	crioulo	
1-10	3	9	12
	25,0%	75,0%	100,0%
% do Total	,3%	,8%	1,1%
11-20	5	19	24
	20,8%	79,2%	100,0%
% do Total	,4%	1,7%	2,1%
21-50	63	224	287
	22,0%	78,0%	100,0%
% do Total	5,6%	19,9%	25,4%
51-100	53	192	245
	21,6%	78,4%	100,0%
% do Total	4,7%	17,0%	21,7%
+ de 100	68	492	560
	12,1%	87,9%	100,0%
% do Total	6,0%	43,6%	49,6%
Total	192	936	1128
	17,0%	83,0%	100,0%
% do Total	17,0%	83,0%	100,0%

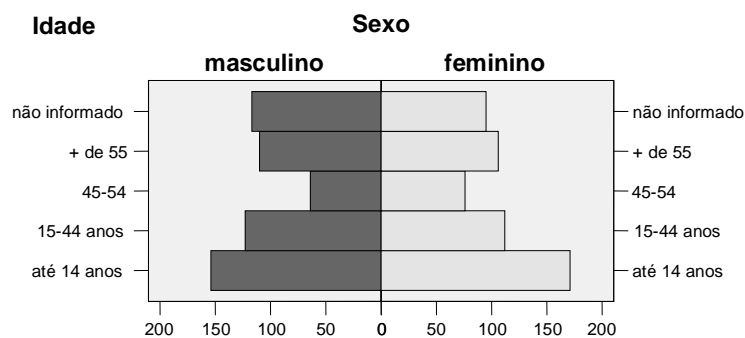
Fonte: inventários *post-mortem* (APEB)

O mesmo dado pode ser lido de maneira inversa. As maiores posses tinham um número maior de escravos crioulos devido, provavelmente, a uma maior facilidade em constituir famílias, o que pode ser comprovado pelas idades dos crioulos apresentadas na tabela 5. Essa população estava concentrada nas faixas etárias mais jovens, de 0 a 14 anos, e de 15 a 44 anos, ou seja, eram, na sua maioria, descendentes da população escrava da região e não escravos comprados de fora. Os dados também demonstram que não havia qualquer empecilho de ordem demográfica para a união entre casais escravos dentro de uma mesma posse. O equilíbrio entre os sexos e idades não explica, por exemplo, porque Joaquim e José Muleque disputavam a mesma mulher, uma escrava de outra fazenda. Mas, decerto, essa conveniência de ter um parceiro próximo de si ajudando na luta diária pela sobrevivência animava a maioria dos casais na hora da escolha do seu par e facilitava a estabilidade da união. Como se vê, a disputa entre Joaquim e José Muleque provavelmente não estava apoiada na falta de escravas disponíveis na região leopoldinense: eles não queriam qualquer mulher, queriam Sabina, a mãe de seus filhos. Os números não dão conta de explicar sentimentos, desejos e anseios.

## TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA: ESCRAVOS E INGENUOS

Analisando as idades de nossa amostra da população escrava na Colônia Leopoldina pudemos perceber que 28,8% dos escravos encontravam-se na faixa etária entre 0 e 14 anos em todo o período. Todos eram crioulos, formando um total de 325 indivíduos. Um percentual grande da população escrava era formada por crianças, o que caracterizava um processo de renovação da força de trabalho pela via da reprodução. No gráfico 1 podemos ter a idéia da composição etária da população escrava da colônia.

Gráfico 1:  
Distribuição da população escrava por faixas etárias e sexo  
(Colônia Leopoldina, 1860-1888)



Assim como ocorreu em outras regiões escravistas ao longo da segunda metade do século XIX, a reprodução entre os escravos parece ter sido uma preocupação dos fazendeiros da Colônia Leopoldina. Tentando driblar as dificuldades em obter escravos, ou apenas apostando numa forma vantajosa de obtenção de mão-de-obra, o fato é que o número de crianças crioulas constante dos inventários analisados e a formação de núcleos familiares relativamente fecundos nas fazendas leopoldinenses apontam para isso.

Das 389 escravas maiores de 14 anos - que tinham ou poderiam ter tido filho - identificadas em nossa pesquisa, pelo menos 91 delas eram mães. Das 112 mulheres em

idade fértil (15-44 anos), 34 (30,4%) foram avaliadas conjuntamente com seus filhos. Além das mulheres avaliadas com seus filhos menores, 207 escravos, entre adultos e crianças, tiveram sua filiação informada na matrícula de escravos. Entre estes constam os que teriam a mãe liberta, já morta, ou vivendo na mesma propriedade. No caso de mãe liberta ou morta, foram considerados apenas os registros que deixam claro que a mãe vivia na mesma propriedade que os filhos.

Outro aspecto que se deve levar em consideração é o índice de fertilidade das mulheres escravas da colônia. Os dados apontam para uma taxa de fecundidade alta em relação a outras localidades como Lorena e Bananal. As posses da Leopoldina contavam com um número grande de crianças (325) e considerando as mulheres em idade fértil (112), temos uma taxa de fecundidade correspondente a 2.901, enquanto em Lorena e Bananal as taxas eram de 792 e 393, respectivamente. Ainda que consideremos apenas as crianças entre 0 e 4 anos (156) a taxa continua alta, por volta de 1.392, e é preciso ressaltar que dessa forma um número grande de casos não pôde ser considerado, pois grande parte das crianças foram registradas sem a idade exata.<sup>175</sup>

É difícil saber o número total de mães vivas nas propriedades da Colônia Leopoldina. Os números acima indicados provavelmente são subestimados, pois vários registradores omitiam a relação entre mães e filhos escravos no momento da avaliação e da escritura de venda. Em muitos casos constam apenas a naturalidade e o valor do escravo. Encontramos algumas mulheres que sabemos, por outras fontes, terem filhos, avaliadas em inventário dissociadas de suas crias.<sup>176</sup>

Mathildes, crioula, solteira, de 28 anos, não foi associada a seu filho menor por ocasião do inventário de seu senhor. Ela tinha um filho ingênuo no ano de 1879, oito anos após a aprovação da lei que tornava livres todos os filhos de escravas nascidos a partir de 28 de setembro de 1871. Conhecemos Mathildes por meio de um processo crime de 1879 que averiguava a briga entre ela e uma outra escrava de Fernando de Morel, chamada Eduviges, da qual a primeira saiu gravemente ferida. A briga se deu

---

<sup>175</sup> A taxa de fecundidade foi calculada dividindo-se o número de crianças pelo número de mulheres em idade fértil, e multiplicado por mil, o cálculo foi baseado em Motta, *Corpos escravos, vontades livres*, p.273.

<sup>176</sup> Como é o caso da escrava Mathildes, de Fernando de Morel, que havia sofrido lesões corporais graves justamente tentando defender a comida de seu filho e encontra-se avaliada separadamente deste no inventário (doc. 05/2135/2604/12); e a escrava Sabina que sabemos possuir pelo menos dois filhos, como aparece claramente no Processo crime 18/639/01, e no inventário de seu senhor Augusto Beguim, (doc. 07/3260/04) também aparece dissociada dos filhos.

por causa de uma porção de carne que Mathildes guardou para seu filho e foi comida por Flora, mãe de Eduviges. As duas discutiram, e armada de uma faca com que raspava mandioca, Eduviges golpeou Mathildes, que em depoimento alegou que estava defendendo a comida de seu filho menor.<sup>177</sup>

E estava mesmo, pois garantir comida às crianças pequenas era uma das maneiras de evitar a morte na infância, principalmente se esta já não contasse com o leite materno. Mary Karasch verificou que dos cativos enterrados pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, entre 1833 e 1849, 41,3% eram crianças.<sup>178</sup> Rômulo Andrade constatou que o número de mortes por nascimento na província de Minas Gerais em 1852 era de 44 para 100 nascimentos entre os livres e 70 mortes para 100 nascimentos entre os escravos.<sup>179</sup> Várias pesquisas constataram que a morte na infância ocorria antes do primeiro ano de idade e a maioria dos especialistas em demografia escrava apontam como causas para a morte prematura de escravos uma correlação entre cansaço físico, maus tratos, má alimentação e doenças. Emilia Viotti da Costa aponta a falta de higiene alimentar e o desmame precoce para a volta das mães ao trabalho, como uma das causas indiretas para a morte na infância, pois abria as portas para doenças como tétano neo-natal, o chamado mal-de-sete-dias, tuberculose, diarreia, varíola, e as infecções que acometiam constantemente as crianças livres e escravas.<sup>180</sup> Segundo Isabel Reis, muitas vezes o desmame precoce era devido ao direcionamento do leite materno das escravas aos filhos dos brancos. Ela nos conta que a ingênua Tereza, filha da escrava Benedita, havia morrido “por falta da amamentação, não que a escrava Benedita se esquivasse de dá-la, mas porque seus senhores propositalmente a proibiam, de o fazer por ter nascido livre a criança, em virtude da lei de 28 de setembro de 1871, e tentavam assassiná-la à fome e a sede.”<sup>181</sup>

O conflito entre Mathildes e a outra escrava por causa de um pedaço de carne sugere uma dificuldade na obtenção de alimentos. Ainda que a carne fresca fosse um artigo de luxo em muitas senzalas, sua presença não indica necessariamente que os

---

<sup>177</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, 20/694/17.

<sup>178</sup> Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p. 207.

<sup>179</sup> Rômulo Andrade, “Legitimidade, compadrio e mortalidade de escravos: Freguesias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, século XIX, Diamantina,” CEDEPLAR-UFMG, *XIII Seminário sobre a Economia Mineira*, 2008, p.10, disponível em [HTTP://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/diamantina\\_2008.php](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/diamantina_2008.php)

<sup>180</sup> Costa, *Da senzala à colônia*, p. 306.

<sup>181</sup> Reis, *Histórias de vida familiar e afetiva ...*, p.94.

escravos daquela posse contavam com uma alimentação generosa. Muitos escravos caçavam para complementar sua alimentação, e essa carne podia ser produto de caça. Ao contrário, o episódio entre as duas crioulas e a alegação de Mathildes indica que havia dificuldade em adquirir alimentos, e pode indicar ainda que o filho de Mathildes fosse privado da alimentação necessária por ter nascido livre. Nutrir um filho ingênuo naquela posse, e em muitas outras era um encargo que recaía sobre a mãe, ainda que a lei atribuísse aos senhores essa responsabilidade.

A lei de 1871, que tornou livre os filhos de mulheres escravas, é um momento interessante para analisarmos as taxas de natalidade nas fazendas da Colônia Leopoldina. A chamada Lei do Ventre Livre estipulou o tempo de oito anos para que os filhos de escravas continuasse sob a tutela dos senhores de suas mães e durante este tempo deveriam ser alimentados e tratados. Após os oito anos de idade os senhores poderiam, mediante indenização, entregá-los ao Estado, que se encarregaria de sua instrução e “inserção” na sociedade livre. O senhor receberia uma indenização no valor de 600 mil réis, não pelo valor da criança, que em tese era livre, mas pelos gastos com sua criação, ou poderia optar por continuar usufruindo de seu trabalho até os 21 anos de idade.

Continuar usufruindo, pois muitos senhores contavam com o trabalho de crianças menores de oito anos nos mais variados serviços. Maria Cristina Luz Pinheiro constatou que o trabalho da criança escrava desde muito cedo era utilizado pelos senhores principalmente no serviço doméstico, e afirma que os senhores lucravam, sim, com o trabalho de crianças escravas ou ingênuas. Segundo Pinheiro, a infância de brincadeiras nem sempre correspondia à experiência da criança escrava do meio urbano. E também podia não corresponder à experiência das crianças do meio rural. Stanley Stein afirma que muitas crianças ajudavam no processo de limpeza e seleção do café nas fazendas do Vale do Paraíba, apesar de contraditoriamente afirmar que os anos de infância eram iguais para os filhos dos fazendeiros e de seus escravos.<sup>182</sup>

Durante os debates sobre a lei de 28 de setembro de 1871 os proprietários de escravos manifestaram todo o seu descontentamento em relação aos artigos da lei que, como nenhuma outra, desestruturava o poder senhorial. A força moral do senhor se via

---

<sup>182</sup> Ver Stein, *Vassouras*, p. 185-191. Ver também Maria Cristina Luz Pinheiro, “O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador (1850-1888)”, *Afro-Asia*, n° 32(2005), p159-183.

cada vez mais comprometida pela interferência do Estado nos assuntos privados. O direito ao pecúlio tornava a compra da alforria pelo escravo, até então um direito costumeiro dependente da vontade senhorial, em lei, e mesmo o valor da alforria podia ser estabelecido por um perito nomeado pelo Estado, caso senhor e escravo não chegassem a um acordo. A lei ainda permitia que as escravas mães de ingênuos, como eram chamados seus filhos nascidos livres, obtivessem a alforria e tirassem os filhos da tutela senhorial. Nestes casos o senhor não teria direito a indenização, pois só a receberiam se os ingênuos estivessem em seu poder até a idade de oito anos. O poder senhorial estava seriamente enfraquecido em sua base: a geração de novos cativos.

Os senhores de escravos sem dúvida estavam em uma situação delicada em relação aos ingênuos. Entre criá-los com o maior zelo assegurando sua sobrevivência pelo menos até a idade de oito anos, para receber a indenização do governo, ou deixá-los sob a responsabilidade das mães, devido ao alto índice de mortalidade infantil nas senzalas, e as chances de ver ir por água abaixo seus anseios de indenização, fazia com que os mais variados tratamentos fossem dispensados às crianças ingênuas. Desde maus tratos e proibição dos cuidados das mães, até uma melhora na alimentação, empenho no tratamento de doenças e resguardá-los dos trabalhos ainda que leves.

Na Colônia Leopoldina foi possível perceber que o número de crianças referidas nos inventários de proprietários diminuiu muito a partir de 1871, provavelmente em decorrência de não se avaliar crianças ingênuas. Nos documentos em que constam anexadas as matriculas foi possível verificar a declaração de um pequeno número de crianças nascidas em anos imediatamente posteriores a 1871. O inventário de Helena Krull, iniciado em 1875, quatro anos após a aprovação da lei, listou três ingênuos associados a suas mães escravas, todos com exatamente quatro anos. O de Manoel Reinaldo Petersen, do ano de 1880, registrou três ingênuos nascidos em 1871, e mais nenhum nascido posteriormente.

Não parece ter havido uma diminuição drástica no número de crianças nascidas a partir de 1871, como declaravam os proprietários de escravos. Provavelmente o que acontecia era uma manipulação dos senhores quanto às idades das crianças nascidas livres, para assegurar ilegalmente sua posse. Os inventários não são a melhor fonte para percebermos a presença de ingênuos nas propriedades dos escravistas, mas alguns casos apresentam a matrícula de todos os escravos e dos ingênuos, segundo o artigo 35 do Regulamento nº4835 de 1º de dezembro de 1871, que estipulava que todos os ingênuos

deveriam ser matriculados, sob multa de 100 a 200 mil reis por ingênuo não matriculado. O mesmo regulamento previa que os senhores averbassem a matrícula ingênuos nascidos após a data da matrícula obrigatória (1871-1873), o que também foi pouco executado. Muitos senhores ignoravam o valor da multa e simplesmente não matriculavam os filhos livres de suas escravas, assim, nem mesmo a matrícula apresentaria números confiáveis quanto ao crescimento das posses pela via da reprodução após 1871.

O inventário de Fernando de Morel, senhor de Mathildes, iniciado em 1879, apresenta seis ingênuos numa posse de 53 escravos, um deles com menos de um ano de idade. O interessante é que ele avalia todos os ingênuos, atribuindo valores entre 50 e 250 mil reis. Será que esqueceu que aquelas crianças eram livres? Os inventários de Ana Sofia Ida Joseph, de Honório Alfredo de Coffrane e de Carolina Blum, do mesmo ano, não apresentam sequer um ingênuo, enquanto Augusto Beguim declarava ter 18 ingênuos em 1876, e em 1881 declarava ter outros 22. José Antonio Venerote, falecido em 1884 tinha arrolado em seu inventário 23 ingênuos. Não há como ter diminuído tão drasticamente, em poucos anos, o número de crianças nascidas de escravas da Colônia Leopoldina. Ainda que todos os senhores tenham impedido suas escravas de terem filhos, o que não aconteceu porque os números continuaram altos em pelo menos duas posses, as famílias formadas não parariam de procriar tão facilmente, ainda mais quando sabiam que seus filhos não seriam mais escravos. Portanto, concluímos que os ingênuos raramente eram registrados por senhores que tentavam encobrir a posse ilegal de crianças livres.

Pudemos apurar que um alto número de crianças escravas nasceu entre 1850 e 1870; 30,7% da posse leopoldinense era composta por crioulos com menos de 14 anos, como podemos ver na tabela 8. Se compararmos com os dados da tabela 9, para os anos de 1871 e 1880, veremos que esses números não mudam tão drasticamente se considerarmos todo o universo infantil (de 0 a 14 anos). Entre 1871 e 1880 temos 25,3% de menores de 14 anos. Em números absolutos ainda há um aumento de onze crianças no período posterior a lei de 28 de setembro de 1871. Como explicar então um número elevado de crianças escravas nascidas antes da promulgação da lei do ventre livre, e um número tão pequeno de ingênuos. Não há dúvidas de que havia uma omissão de ingênuos nas matrículas de escravos em 1872, assim como um descumprimento da lei que exigia a averbação dos nascidos posteriormente.

Tabela 13:  
Distribuição da população escrava por idade  
(Colônia Leopoldina, 1850-1870 )

Idade	Freqüência	%
0 a 14 anos	165	30,7
15 a 44 anos	118	21,9
45 a 54 anos	56	10,4
+ de 55 anos	91	16,9
Não informado	108	20,1
Total	538	100,0

Fonte: Inventários *post mortem*, APEB.

Tabela 14:  
Distribuição da população escrava por idade  
(Colônia Leopoldina, 1871-1888 )

Idade	Freqüência	%
0 a 14 anos	176	25,3
15 a 44 anos	190	27,3
45-54 anos	99	14,2
+ de 55 anos	124	17,8
Não informado	108	15,5
Total	697	100,0

Fonte: Inventários *post mortem*, APEB.

## AÇÕES EXTREMAS EM DEFESA DA FAMÍLIA E DA LIBERDADE

Pompílio e Gregório estavam entre as crianças residentes na Colônia Leopoldina que nasceram após 1871, portanto livres. Porém não tão livres como desejava seu pai, o escravo Laurindo. Laurindo vivia com a preta Firmina em um rancho afastado da casa de seu senhor, Luiz Bornand, e na manhã de três de agosto de 1883 havia mais uma vez assistido as sevícias diárias infligidas a sua mulher, pelo fato de se demorar a comparecer à chamada matinal por estar cuidando dos dois filhos menores do casal. Não podendo assistir a tudo inerte, Laurindo avançou sobre o feitor Anastácio, no que foi controlado pelos seus companheiros de senzala. Fora de si, Laurindo saiu em direção ao



rancho onde estavam os meninos e os matou com a enxada que carregava para o trabalho.<sup>183</sup>

Uma das formas encontradas por Laurindo para livrar sua família do cativeiro foi a morte. Outros escravos acabaram dando fim á escravidão através do suicídio e do infanticídio. Jackson Ferreira admite o suicídio como a última alternativa do escravo para a obtenção da liberdade. Segundo ele, muitos escravos tentavam de diversas formas conseguir a liberdade, utilizando inclusive a ameaça de suicídio como elemento de barganha, sendo claro que reconheciam ser um bem valioso para o senhor. No caso do filicídio as mesmas reflexões podem ser aplicadas.<sup>184</sup> Isabel Reis relata um número relevante de notícias em jornais baianos que falam de escravas que se afogavam junto com os filhos, escravos que se enforcavam e famílias inteiras que cometiam suicídio.<sup>185</sup> Pompilio e Gregório foram degolados pelo pai e jogados num poço.

Laurindo, Firmina, Pomphilio e Gregório formavam uma família. Os depoimentos de Alexandre, Fortunato, Augusto, Gonçalo, Benjamim e Serafim, parceiros de Laurindo, e até mesmo do escravo e feitor Anastácio, afirmam que Laurindo e Firmina amavam seus filhos, eram cuidadosos com eles, e como quaisquer pais zelosos defendiam sua família. As testemunhas referem-se à Firmina como amásia de Laurindo, mas eles deixaram muitos indícios de que aquela união era já antiga e estável, inclusive contando com a aprovação do senhor.<sup>186</sup>

O que levou um pai zeloso, que amava os filhos, a assassiná-los de uma forma tão violenta só pode ser explicado pelo desespero de vê-los a mercê de senhores e feitores sem que pudesse defendê-los como desejava. Os filhos de Laurindo eram ingênuos, crianças nascidas livres após 1871, e que deveriam ficar na companhia dos pais até completar os oito anos de idade, pelo menos. Não temos a idade exata dos meninos; consta no documento apenas que eram menores, mas pelos depoimentos das testemunhas desconfiamos que fossem muito pequenos, a ponto de precisar de cuidados pessoais da mãe todas as manhãs e não participarem dos trabalhos da fazenda como as crianças maiores, que podiam separar o café e ajudar na secagem dos grãos. Pompilio e

---

<sup>183</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc. 20/693/10.

<sup>184</sup> Jackson Ferreira, “Por hoje se acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850-1888)”, *Afro-Asia*, 31(2004), p. 197-234.

<sup>185</sup> Reis. *Histórias de vida familiar*, p.79-81.

<sup>186</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc. 20/693/10.

Gregório estavam no rancho do casal enquanto estes eram chamados para começar os trabalhos.

Assim como a história que Isabel Reis nos conta sobre a escrava que não podia amamentar seu filho por ele ser livre, os filhos de Laurindo não podiam contar com os cuidados da mãe pelo mesmo motivo. Para o pai não havia diferenças entre crianças escravas e seus filhos, em nenhum momento Laurindo ressalta o fato de seus filhos serem livres, ao contrário, ele justifica seu ato extremo pelo desejo de livrar sua mulher dos castigos e seus filhos das amarguras da escravidão. A ira de Laurindo não era direcionada a Pompílio e Gregório, era dirigida ao sistema escravista, que tirava de muitos pais o direito de criar os seus filhos e impunha muitas dificuldades ao exercício da liberdade.

Ainda pelos depoimentos dos parceiros de Laurindo sabemos que ele era “cria da casa”, próximo dos brancos, obediente e de bom procedimento, além de ser um escravo considerado astuto pelos companheiros. Talvez Laurindo tivesse adquirido o direito de ter uma família e um rancho para morar com ela, um pouco distante da casa do senhor, como sugere alguns depoimentos, devido a sua política de bom comportamento e fidelidade junto a seus senhores. Talvez devido a esse bom comportamento, Laurindo achasse ainda mais injusto o tratamento dado a sua mulher, e filhos.

Sobre a relação entre o suíço Luiz Bornand e seus escravos, nada pudemos apurar por ele ter falecido apenas em 1914 e não ter deixado nenhuma informação sobre sua experiência de escravista. Sabemos, como já referido no capítulo anterior, que Luiz Bornand ainda que não fosse católico, seguiu os conselhos do seu amigo, o padre Geraldo Xavier de Santana, e numa atitude tipicamente paternalista, alforriou todos os seus noventa e cinco escravos no dia do aniversário de sua esposa, em 1886. Sabemos também que Bornand não alforriou Laurindo em 1886, junto com outros escravos, para continuar defendendo-o na apelação da sentença de seis anos de prisão com trabalho, o que pode demonstrar uma relação de afeição do senhor para com seu escravo.<sup>187</sup> Esse sentimento do senhor pelo escravo não se confundia com sua atitude diante da indisciplina de Firmina, e os castigos lhe pareceram justos e necessários.

---

<sup>187</sup> APEB, seção Judiciária, *Processo crime*, doc. 20/693/10.

Outra ação extrema justificada pela defesa da família era a fuga. Segundo Eduardo Silva as fugas podiam variar quanto ao motivo e a durabilidade. Existiam as recorrentes escapadelas para distração, para livrarem-se por algumas horas da rotina de trabalho, as fugas breves empreendidas para forçar uma negociação com o senhor, e as fugas definitivas em busca de uma vida livre em meio a outros negros, como nos quilombos.<sup>188</sup> A fuga, muitas vezes, era motivada pela reunião de uma família separada por venda de seus membros para localidades afastadas, sendo assim, a formação de famílias tanto podia desencorajar a fuga de seus membros, como podia motivá-la. Segundo Isabel Reis a fuga representava o desejo de viver em liberdade e a liberdade incluía a companhia dos seus.<sup>189</sup>

A parda Elisiária, escrava do major João Pires de Carvalho, por exemplo, decidiu fugir pela quarta vez em fevereiro de 1876, mesmo em adiantado estado de gravidez, para encontrar-se com seu companheiro, o ex-feitor Cesário Monteiro.<sup>190</sup> Elisiária era mucama na fazenda Pedras, uma das propriedades do major na Colônia Leopoldina, e como tal gozava da confiança de seus senhores ao ponto de tomar conta de tecidos, jóias e dinheiro guardados na casa da fazenda, e ter um de seus filhos alforriado gratuitamente pelo senhor. Aqui cabe um parêntese: muitas testemunhas desconheciam a história de que foi o senhor de Elisiária quem libertou o filho dela. Consta-lhes que ele era livre, mas não que tivesse sido libertado. Ou seja, provavelmente o pequeno nasceu após 1871, e por isso era livre. Mas o Major João Pires de Carvalho, numa atitude muito comum nas últimas décadas de escravidão no Brasil, tentava se apropriar de um ato legal que favorecia os escravos como se fosse fruto de sua vontade senhorial, e alardeava por aí que a escrava, ingrata, mesmo tendo seu filho libertado por ele, havia fugido mais uma vez.

Não se sabe por que Elisiária costumava fugir. Segundo o major, ela fugia pela quarta vez porque haviam descoberto seus furtos na fazenda das Pedras. Segundo a própria escrava, ela fugia pelos maus tratos que recebia do seu senhor desde que manifestou seu desejo de pagar pela própria alforria. A última fuga da mucama havia durado quase um mês e contou com uma rede de apoio na qual, surpreendentemente,

---

<sup>188</sup> Ver Eduardo Silva, “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação” In Reis e Silva, (orgs.) *Negociação e conflito*, p. 62-78.

<sup>189</sup> Reis, “Uma negra que fugiu...”, p. 31.

<sup>190</sup> APEB, seção Judiciária,ível II, *Ação de liberdade*, doc.13/439/41.

estavam envolvidos alguns estrangeiros também proprietários de escravos, talvez inimigos de seu senhor. A fuga só terminou quando a escrava foi presa na cidade de Caravelas, em companhia de seu amásio, e devolvida ao cativo. O senhor de Elisiária a mandou prender em um quarto que servia de prisão, na fazenda Mutum, de sua propriedade, acorrentada pelos pés, de onde a mucama conseguiu novamente fugir e pedir ajuda ao subdelegado da Colônia Leopoldina para empreender uma ação de liberdade em seu favor.

O senhor da mucama acusava ainda o subdelegado de acoitar a escrava fugida. O que ele na verdade não admitia era a interferência do poder público na esfera privada, onde ele achava que deveriam ser resolvidas as questões da escravidão. João Pires de Carvalho era mais um senhor às voltas com a interferência do Estado nos assuntos da escravidão. Acostumado a resolver essas “questões” à sua maneira, pois tinha uma prisão própria na sua fazenda, ele não admitia que o subdelegado protegesse uma escrava que tentava conseguir sua liberdade se queixando de maus tratos. João Pires não havia se acostumado com os novos tempos, quando a polícia e a justiça eram encarregadas de limitar o poder senhorial.

A justificativa para o castigo de Elisiária era o fato de ela ter furtado os bens que guardava, além de roupas e dinheiro de dois parceiros. Por isso foi castigada e acorrentada na fazenda Mutum. Contam as testemunhas que Elisiária teria, sozinha, arrombado uma janela, arrombado também os baús de seus parceiros, e fugido levando um volume considerável de objetos, tecidos e comida, mesmo estando no final da gravidez. A escrava Desidéria contou que o valor de toda a carga que a mucama levava na fuga dava para libertar, além dela, sua mãe e seus dois irmãos, como se esse fosse o plano original de Elisiária. Segundo o senhor moço de Elisiária ela fugiu levando:

a quantia de quarenta e sete mil reis, arrombando para isso uma arca a machado, uma medalha de ouro, de peso de sete oitavas e meia [...] uma porção de baeta, madrasto, algodão e riscado que o suplicante tinha para roupa dos outros escravos, dez lençóis, quase todas as fronhas que havia em casa do suplicante, sendo encontrado parte destas fazendas na arca della, menos o dinheiro e o ouro, roubando de um parceiro algum dinheiro que ele tinha em uma arca, que para isso arrombo-a, arrombando também uma arca de uma parceira para furtar-lhe as roupas, furtando do suplicante tudo quanto podia, vinho, carne, toucinho, e mais outras muitas cousas.

Flavio dos Santos Gomes analisando a fuga de escravos de uma fazenda em Vassouras, na tentativa de formarem um quilombo, no ano de 1838, conseguiu, através da análise da bagagem que levavam na fuga, se aproximar das expectativas dos escravos para a nova vida em liberdade.<sup>191</sup> Elisiária levava consigo, além dos bens de valor que ela provavelmente venderia para converter em recurso para a alforria, mantimentos e tecidos, se preparando para o tempo que passaria escondida e para a chegada do filho que esperava. Era um conjunto considerável de objetos para uma mulher em adiantado estado de gravidez carregar sozinha na fuga, o que sugere que ela provavelmente contou com a ajuda de alguém.

Talvez o amásio de Elisiária tivesse auxiliado na fuga. Ele mesmo havia sido feitor na fazenda Mutum por um ano e meio e devia saber como soltar a amásia das correntes e da prisão particular do seu senhor. Cesário Monteiro fora demitido da fazenda Mutum sob acusação de roubar café, passando a trabalhar em várias fazendas da região de forma temporária. Pelo próprio depoimento do senhor da mucama, sabemos que Cesário havia tempos estava envolvido nas fugas e tentativas de liberdade de sua amásia, e o fato de terem mais um filho, além do que ela esperava, indica que se tratava de uma união antiga.

O curador da escrava afirmou que João Pires de Carvalho sempre permitiu a união entre seu feitor e a mucama, e que não havia como este visitá-la na fazenda Pedras sem o consentimento do major. Porém, o substituto de Cesário na feitoria da fazenda afirmava que o senhor da escrava não permitia uniões entre seus cativos e pessoas livres ou libertas, chegando a demitir um ferreiro que cortejara uma de suas escravas. Talvez Cesário tivesse sido demitido pelo mesmo motivo. O major João Pires de Carvalho, um escravista experiente, devia saber que quando uma família se forma a partir da união de pessoas livres com escravos, a liberdade do membro cativo passa a ser uma questão de tempo, quer pela reunião de recursos da família ou pela fuga para junto dos seus. Para ele era melhor evitar esse tipo de problema.

Dito e certo. A mucama negou o furto e atribuiu o castigo que recebeu ao fato de ter ingressado com uma ação de liberdade mediante o pagamento de 500 mil réis por

---

<sup>191</sup> Flavio dos Santos Gomes, *História de Quilombolas, Mocambos e Comunidades de Senzala no Rio de Janeiro, século XIX*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1995. Trata-se da famosa revolta de Manoel Congo.

sua alforria. Segundo ela, este valor foi adquirido através da doação de diversas pessoas caridosas, principalmente de seu amásio, que empregou 300 mil reis para a sua liberdade. O curador da escrava alegou que Cesário teria condições de doar a referida quantia para a liberdade da mãe de seus filhos, pois, tendo recebido “cento e tantos mil reis” pelo trabalho na fazenda Mutum, poderia conseguir mais.

Certamente é de se estranhar que uma escrava doméstica, que segundo testemunhas não saía de casa, tivesse fugido três vezes, e continuasse gozando da confiança de seus senhores a ponto de ser responsável por quantias em dinheiro, jóias e os objetos do serviço da casa. Além disso, seria no mínimo fantástica a última fuga da escrava, levando todo o produto do seu furto, nos últimos meses de gravidez. Elisiária e Cesário, lançando mão ou não do furto, reuniram a tempo o valor suficiente para livrar a escrava do cativo e impedir que o filho do casal nascesse sob o jugo dos Pires de Carvalho. Talvez após sua liberdade ela tenha tentado libertar os outros membros de sua família, como informava sua parceira Desidéria.

#### REDES FAMILIARES NO AUXÍLIO À LIBERDADE

Assim como Elisiária, outros escravos puderam alcançar a liberdade com a ajuda das redes de parentesco forjadas no cativo. Os escravos que faziam parte de redes familiares estiveram mais próximos da liberdade, como no caso do crioulo Manoel Quitongo. Sua história serve para ilustrar como a família podia se empenhar para facilitar a liberdade de seus membros. Manoel Barbosa Quitongo, liberto e proprietário de uma pequena posse de terra na Colônia Leopoldina, e sua irmã, a escrava Efigenia Maria da Conceição, eram os únicos filhos da cabra liberta Antonia Maria da Conceição, residente em São José de Porto Alegre, vizinho à referida colônia. Antonia faleceu em 1858, e por ocasião do inventário dos seus bens, Manoel e Efigenia foram à justiça exigir a parte que lhes cabia na herança e, por conseguinte, mandaram anular as cartas de liberdade passadas pela finada aos seus quatro escravos, Juliana, Josephina, Rosalina e Leocadio, alegando a validade de um testamento anterior que a mãe havia anulado.<sup>192</sup>

---

<sup>192</sup> APEB, seção Judiciária, nível II, *Ação de liberdade*, doc. 65/2338/21.

Antonia fora casada com Manoel Rodrigues São Thiago, homem livre que herdara alguns escravos de seu pai, entre eles Juliana e a escrava Vitória, mãe das crias Rosalina e Josephina. Segundo testemunhas, Manoel São Thiago pagou pela alforria de sua mulher Antonia e ajudou a alforriar o filho desta, Manoel Quitongo, tomando um empréstimo no valor de “duzentos e tantos mil reis”, com a condição de o enteado trabalhar para pagá-lo. Contrariado pela ingratidão do enteado, que não pagava o referido empréstimo, São Thiago exigiu que sua mulher, antes da morte, deixasse livre os escravos herdados por ele, pelos bons serviços prestados a sua família, e não deixasse herança para os filhos, alegando que era mais que suficiente tê-los alforriado.

Antonia, em testamento, deixou algum dinheiro e jóias destinados à compra da liberdade de Efigenia. Segundo testemunhas, Antonia não queria morrer deixando sua filha no cativeiro, pois temia o castigo divino. Era comum as pessoas libertarem seus escravos ou promover a alforria de terceiros na hora da morte. Ainda que a posse de seres humanos fosse naturalizada pelo direito de propriedade, as pessoas sabiam que tal estado não era natural, sobretudo naquela altura do século XIX, e temiam ser castigadas por deixar parentes e pessoas do seu serviço no cativeiro.<sup>193</sup>

Efigenia já havia mudado de senhora algumas vezes, inclusive morando em diferentes distritos de Caravelas, mas parece não ter perdido de vista sua mãe, chegando a cuidar dela durante a enfermidade que a levou à morte. Seu irmão Manoel, forro há mais tempo, ao contrário, se afastou da família da mãe e não atendia aos chamados dela no período da doença, alegando falta de recursos para visitá-la. O abandono da mãe por parte de um dos filhos após a alforria justificava a anulação de um testamento registrado por Antonia, no qual nomeava sua herdeira a filha Efigenia. O mesmo testamento condicionava a alforria da cria Josephina ao valor de quinhentos mil reis e cobrava o valor emprestado ao filho Manoel Quitongo. Mas Antonia registrou um segundo testamento no qual nomeava como seus herdeiros a neta parda, Maria, e os irmãos desta, Josephina, Rosalina e Leocadio, agora alforriados.

Quitongo, ao que parece, não tinha outros filhos além de Maria, mas esta se refere às crias como seus irmãos. Pelo menos Rosalina e Josephina eram filhas da escrava Vitória, de Manoel São Thiago, provavelmente falecida. Maria possivelmente

---

<sup>193</sup> Ver João José Reis, *A morte é uma festa : ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Séc. XIX*, São Paulo, Cia das Letras, 1991, p.99.

também era filha de Vitória, e por isso nasceu escrava, sendo tratada por liberta durante os autos de ação de liberdade impetrados por seus “irmãos” e a escrava Juliana. Ao que parece Antonia Maria da Conceição beneficiava sua neta e os irmãos desta no seu segundo testamento em detrimento dos filhos, alegando serem os escravos os seus provedores durante a enfermidade e lhes atribuindo a responsabilidade de seu enterro.

Quitongo e Efigenia não aceitaram o segundo testamento de Antonia e exigiram a anulação da alforria dos quatro escravos, alegando serem herdeiros forçados, viverem em estado de extrema pobreza e, portanto, não poderem abrir mão daqueles cativos. As crias de Antonia foram capturadas pela polícia, segundo mandado do juiz municipal, num episódio de extrema violência em que foram arrastados pelos cabelos pelas ruas de Caravelas, e depois depositados para aguardar a sentença definitiva da justiça. Maria, orientada pelo pai, abriu mão do direito de herdeira em favor do mesmo, e alegou que os irmãos, assim que souberam da morte da avó, recolheram todos os objetos pessoais da mesma no sítio Mucurizinho, de propriedade de Antonia. Quitongo e Efigenia conseguiram finalmente a posse dos quatro escravos em 1860, e provavelmente saíram do estado de pobreza alegado, podendo gozar das vantagens da exploração do trabalho de ganho dos escravos.

Antonia, Manoel Quitongo e Efigenia foram escravos de D. Thereza Barboza, residente em Caravelas. A primeira foi retirada do cativeiro por seu marido e conseguiu, com a ajuda deste, libertar seus dois filhos e talvez sua neta, Maria. Os outros membros de sua família, irmãos da neta, foram libertados por ela no momento de sua morte. O sentimento de pertencimento a uma família levou Antonia a utilizar-se das oportunidades a que tinha acesso como liberta e esposa de homem livre para livrar seus parentes do cativeiro.

As relações de afetividade entre escravos e seus filhos não deixam dúvidas quanto à importância de ter uma família, mesmo em condições tão adversas como a escravidão. Joaquim e José Muleque disputavam a posse e os cuidados dos filhos de Sabina; Mathildes defendia com unhas e dentes a comida de seu filho; Antonia, apesar da ingratidão do filho, conseguiu reunir recursos para comprar-lhes a liberdade; e Laurindo, num gesto de paixão e desespero livraria seus dois filhos, Pompilio e Gregório, dos sofrimentos da vida na escravidão tirando-lhes a vida.

Esses e outros tantos escravos da Leopoldina não cumpriram simplesmente a vontade senhorial de manter ou aumentar o número de trabalhadores a seu serviço, eles



optaram por construir família. Puderam assim contar com ajuda na luta diária por melhores condições de vida e liberdade, mas também garantiram mão de obra a seus senhores. No saldo da negociação, ambos os lados obtiveram alguma coisa. E assim deve ser o curso de toda história baseada nas relações sociais entre indivíduos providos de interesses, vontades e sonhos. Um movimento dinâmico no qual uns ganham e outros perdem, mas nunca apenas uns só ganham, e outros só perdem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu num esforço para conhecer as vicissitudes de um projeto frustrado do governo imperial para colonizar o sul da Bahia com colonos alemães e suíços, a princípio, mas que acabou atraindo franceses, portugueses e brasileiros da região circunvizinha. Contrariando os planos do governo, os colonos se transformaram em senhores de africanos e crioulos escravizados. Os primeiros anos de existência da Colônia Leopoldina não fizeram parte deste trabalho. Reunimos apenas algumas informações para compor o quadro da região em que se desenvolveram as relações escravistas na segunda metade do século XIX.

A circunstância de a documentação acerca da colônia estar espalhada em diversos arquivos, entre eles, arquivos na Suíça e na Alemanha, dificulta o estudo dos primeiros anos de existência da Colônia Leopoldina, mas de forma alguma o impossibilita. Um estudo futuro, mais amplo, poderia dar conta de responder a questões fundamentais para o entendimento da história desta região da província, e que não puderam ser tratadas nesta pesquisa.

È necessário conhecer o capital à disposição dos colonos que emigraram para o Brasil no início do século XIX e estudar mais detidamente as circunstâncias que levaram esses colonos a aplicá-lo na compra de escravos. Um estudo dos modos de vida e consumo desses senhores, baseado nas informações contidas em seus inventários *post-mortem* poderia revelar muito sobre quem eram e como pensavam esses estrangeiros, assim como um estudo aprofundado sobre os anos posteriores à abolição na região da antiga colônia poderiam revelar mais sobre os ex escravos leopoldinenses. Infelizmente faltou tempo para este trabalho enveredar por estas questões. Outros temas, como as possibilidades da alforria, as relações de parentesco reveladas em registros de batismo e casamento talvez nunca possam ser devidamente estudados devido à perda ou extravio de documentos cartoriais e eclesiásticos.

Decerto, a Colônia Leopoldina e o extremo sul da Bahia carecem de outras pesquisas sobre uma região longe do centro da província, pouco habitada, contando com a presença de populações indígenas, a ausência de aparatos de vigilância e repressão eficientes, e uma população negra cativa relevante durante o século XIX. Porém, as conclusões a que este trabalho chegou através da documentação disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia conseguem estabelecer as bases para futuras pesquisas.

Esta dissertação esteve centrada na investigação de como os fazendeiros estrangeiros da colônia continuaram contando com um número satisfatório de escravos mesmo após o fim do tráfico, em 1850. A presença da família escrava e de uma alta taxa de natalidade - em torno de 1.390 entre a população cativa - indica que a reprodução da força de trabalho ocorreu através da procriação entre os escravos adquiridos pelos colonos na primeira metade do século XIX. O número de crias em poder dos mesmos lavradores no ano de 1840 demonstra que pelo menos uma década antes da proibição definitiva do tráfico, e antecipando-se aos proprietários brasileiros, houve uma aposta no crescimento da população através da procriação. O fato de a maioria dos crioulos naquela população terem nascido na própria colônia reforçam essa hipótese.

A pesquisa revelou que os casais crioulos que se formaram após a década de 1860 continuaram reproduzindo de forma crescente, e mesmo após a lei que libertou o ventre escravo em 1871, o número de crianças continuava alto, em torno de 25%. Ainda que o incentivo à procriação de escravos por parte dos senhores não se justificasse mais, não era possível aos senhores de escravos controlar a natalidade dessa população, que pela lógica cresceria ainda mais, pois os casais agora davam à luz crianças livres. No entanto, a lei assegurava a permanência das crianças nascidas livres junto à suas mães, o que não causava prejuízo aos proprietários, porque estes continuavam contando com aquela força de trabalho.

Os números, a princípio, podem indicar uma diminuição nos nascimentos de ingênuos imediatamente após a lei do ventre livre, no entanto, uma análise mais detida revelou que os dados foram prejudicados pelo artifício utilizado por muitos proprietários para garantir a posse dos filhos de suas escravas mesmo após a lei. Além de omitirem a existência de ingênuos em suas propriedades no ato da matrícula, quando eram obrigados a averbar os filhos livres de suas escravas, os proprietários muitas vezes manipulavam as idades das crianças matriculadas. Imediatamente após 1871 muitos proprietários matriculavam crianças recém-nascidas com data de nascimento exatamente anterior à data da lei, e nenhuma nascida posteriormente. Era como se as escravas parassem de parir imediatamente após a data da lei que tornava seus filhos livres.

O que nos permite questionar os dados sobre a presença de ingênuos na colônia são os poucos proprietários que os declararam, conforme exigia a lei de 28 de setembro de 1871. Augusto Beguim, por exemplo, matriculou 81 escravos em 1872, e nas

averbações realizadas entre este ano e 1881 declarou manter em sua propriedade 22 ingênuos, 18 deles nascidos entre 1871 e 1876.

Acreditamos que dois fatores garantiram a manutenção da produção de café na Colônia Leopoldina, ainda que houvesse dificuldade na obtenção de escravos por parte dos proprietários estrangeiros ali estabelecidos. Além do investimento precoce na reprodução da população escrava, muitos indícios apontam para um arrefecimento no ritmo de trabalho exigido aos escravos como forma de incremento da produção, além de medidas muito usadas por proprietários brasileiros como a concessão de terras para o cultivo de roças pelos escravos nos dias de folga.

A pesquisa identificou um alto grau de insatisfação das senzalas com as condições de trabalho, principalmente no que se refere à alimentação, ao tratamento de doenças, e ao pouco tempo de descanso dos escravos em algumas propriedades. As constantes fugas de escravos, os levantes de senzalas inteiras, a ação de quilombolas, os crimes contra feitores e senhores, as ações desafiadoras de abolicionistas, forçaram senhores estrangeiros a ceder por diversas vezes aos desejos dos cativos sob pena de perder o controle de sua posse e perder o capital investido. A própria presença da família escrava, apesar de ter contribuído com a política senhorial de obtenção de mão de obra, foi também uma conquista dos escravos. O escravo Manoel que foi acusado pelo assassinato de sua companheira Joaquina revelou que seu senhor apenas sabia que a mesma escrava cuidava do que era seu, como se dissesse que não dependia da aprovação do senhor para unir-se a uma companheira, mas apenas informá-lo sobre tal união. Ter algo de seu e uma união informada, mas não necessariamente permitida, nos parece e devia parecer aos escravos uma conquista, mesmo que aos senhores parecesse fruto apenas de sua vontade.

Histórias como a do escravo Alberto, que fugiu e ficou escondido até ter condições de entrar na justiça em favor de sua liberdade baseando-se na falta de cumprimento dos deveres senhoriais, e a da escrava Elisiária, que reuniu o pecúlio necessário ao pagamento de sua alforria através do roubo de bens do seu senhor e da ajuda de pessoas livres, incluindo seu amasio e ex-feitor da fazenda onde vivia, demonstram como os cativos daquela região erma estavam informados sobre as possibilidades oferecidas pela justiça aos que quisessem e tivessem meios para reivindicar sua liberdade. Entre os responsáveis por manter os cativos informados sobre essas possibilidades estavam o padre abolicionista Geraldo Xavier de Santana, que

esteve envolvido na luta pela liberdade de boa parte dos 2000 negros escravizados na pequena colônia.

Acreditamos que, assim como em outros lugares da província, as relações entre senhores e escravos na colônia foram tensas e por vezes chegaram a um embate violento. Mas acreditamos também que em diversas situações prevaleceu a negociação, mesmo quando os escravos conscientemente utilizaram-se da fuga e da revolta enquanto instrumentos de luta para forçar a negociação. O sucesso desses escravos na negociação pode explicar a presença de vários libertos como proprietários de terra e pequenos produtores de café e farinha de mandioca na Colônia Leopoldina, e, após a abolição, o grande número de libertos que permaneceu na região que forma hoje o distrito de Helvétia. Essa não é de forma alguma uma história de acomodação.

**Formatado:** Não Sobrescrito/  
Subscrito

**Formatado:** Não Sobrescrito/  
Subscrito

**Formatado:** Não Sobrescrito/  
Subscrito

**Formatado:** Não Sobrescrito/  
Subscrito

**Formatado:** Não Sobrescrito/  
Subscrito

## ANEXOS:

Tabela 15:

Relação dos lavradores da Colônia Leopoldina tanto nacionais quanto estrangeiros – 1840, APEB, seção Colonial, *Agricultura*, maço 2329.

	Nome	Pátria	Estado	Pés de café	Arrobas de café export. Em 1839	Escravos			Observações
						De serviço	Crias	Somma	
01	Joaquim Reinaldo Petresen	Alemanha	Casado	14.000	3.000	5	2	7	Brasileiro naturalizado
02	Bento J. da Costa	Brasil	Casado	15.000	500	6		6	A maior parte dos lavradores de S. José ate a Colônia, vendem o seu café em casca preta ao Snr. Joaquim R. Petersen e ao S. Franc° da Sª Netto e estes avaliã a exportação em 4.000 arrobas
03	Antonio Bento da Costa	Brasil	Solteiro	3.000		3	1	4	
04	Francisco da Silva Netto	Portugal	Casado	6.000	1.000	4		4	
05	Paulino de Nascimento	Brasil	Casado	10.000		4		4	
06	Manoel Pereira das Neves	Brasil	Casado	4.000		1		1	
07	Fernando Pereira de Senna	Portugal	Casado	25.000					
08	Antonio Pereira do Capim	Brasil	Casado	6.000					
09	Antonio Coelho	Brasil	Solteiro	6.000					
10	Manoel Espada	Brasil	Casado	6.000					
11	Major Carlos Metzker	Alemanha	Casado	27.000	700	12	6	18	Oficial reformado do Estado do Brasil
12	Manoel Monteiro	Brasil	Viúvo	2.000					
13	Fernando Perª de Sena	Portugal	Casado	40.000	800	24	8	32	Ver nº 7
14	D. Anna Rita da Conceição	Brasil	Viúva	10.000	300	8	3	11	
15	Ernesto e Francisco Krull	Alemanha	Casados	90.000	3.500	50	53	103	
16	Luiz Blum	Alemanha	Casado	10.000		3		3	
17	D. Theodora Schaefer	Brasil	Solteira	50.000	700	25	12	37	
18	Veríssimo Antonio Machado	Portugal	Casado	6.000	190	1		1	
19	Felipe Roeder	Alemanha	Casado	10.000	500	7	5	12	
20	D. Anna Jorge da Conceição	Brasil	Viúva	9.000	440	7		7	
21	Alexandre Cousandier	Suisso	Casado	60.000	1.520	29	24	53	
22	Os herdeiros de Hermano Moers			50.000	1.000	17	16	33	
23	Felipe Moers	Alemanha	Solteiro	13.000	600	7	2	9	
24	Luiz Maulaz	Suissa	Solteiro	30.000		18	8	26	
25	D. Joanna de Gouffroy	França	Viúva	32.000	400	13	18	31	126
26	Francisco Tattet	Suissa	Solteiro	21.000	1.000	9	10	19	

27	Carlos Cousandier	Suissa	Casado	6.000		2		2	
28	Henrique Tardy	Suissa	Solteiro	8.000		5		5	
29	Abraham Vouga	Suissa	Solteiro	20.000	900	10	6	16	
30	João Fareolle Marmillom	França	Solteiro	4.000	12	1	1	2	
31	Gustavo e Constantino Jaccard	Suissa	Solteiro	58.000	2.183	17	9	26	
32	Fernando Kunde	Alemanha	Solteiro	3.000		2		2	
33	Laurianno	Brasil	Casado	4.000	30			0	
34	João Martinho Flach	Suissa	Solteiro	145.000	3.680	70	26	96	
35	Eduardo Petoud	Suissa	Solteiro	21.000	1.240	22	3	25	
36	Eugenio e Gustavo Borel	Suissa	Solteiro	110.000	1.812	37	14	51	
37	Henrique Huguenim	Suissa	Solteiro	53.000	1.440	23	19	42	
38	Pedro Henrique Beguin	Suissa	Casado	45.000	1.050	21	19	40	
39	Augusto de Coffrane	Suissa	Casado	60.000	1.900	25	45	70	
40	João Batista Bacalhão	Portugal	Casado	40.000	750	14	7	21	
41	Alfredo de Coffrane	Suissa	Solteiro	80.000	1.140	25	13	38	
42	Mathias Gorneuff	França	Solteiro	20.000	330	11		11	
43	Carlos Augusto Toelsner	Alemanha	Solteiro	36.000	990	16	2	18	
44	João Henrique Lamberts	Alemanha	Casado	40.000	450	19	18	37	
45	Abraham Langhans	Suissa	Casado	40.000	1.200	15	25	40	
47	Miguel G. da Silva Santos	Brasil	Casado	57.000	1.000	12	5	17	
48	Francisco Buvelaz	Suissa	Casado	5.000	20	4		4	
49	João Correia	Brasil	Casado	10.000		4		4	
50	D. Flavia Maria da Conceição	Brasil	Casada	?		18	3	21	
51	Carlos Augusto Hertzsch	Alemanha	Casado	4.000		8	4	12	
52	Carlos Manoel Pereira	Brasil	Casado	10.000		6		6	
53	Francisco Moreira	Brasil	Casado	4.000		1		1	
54	Manoel Figueiredo	Brasil	Casado	5.000		1		1	
55	D. Maria Joaquina	Brasil	Viúva	2.000		3		3	
56	Manoel Gomez	Brasil	Casado	6.000		4		4	
			Total	1:439000	36,277	648	388	1.036	

Fonte: seção colonial, agricultura, doc. 2329(APEB).

Tabela 16  
Distribuição da população escrava por fazenda e sexo (Colônia Leopoldina,  
1860-1888 )

		sexo		Total
		masculino	feminino	
fazenda	Pombal 2ª	27 2,7%	30 3,0%	57 5,6%
	Destacamento	1 ,1%	9 ,9%	10 1,0%
	Alban	16 1,6%	16 1,6%	32 3,2%
	Helvetia	77 7,6%	75 7,4%	152 15,0%
	Joeirana	9 ,9%	13 1,3%	22 2,2%
	Grully	35 3,5%	37 3,6%	72 7,1%
	California	71 7,0%	58 5,7%	129 12,7%
	Morro da Vista	2 ,2%	4 ,4%	6 ,6%
	Bela Vista	41 4,0%	41 4,0%	82 8,1%
	Vitoria	7 ,7%	7 ,7%	14 1,4%
	Monte Christo	72 7,1%	93 9,2%	165 16,3%
	Piqui de cima	56 5,5%	48 4,7%	104 10,3%
	Campina Pequena	6 ,6%	0 ,0%	6 ,6%
	Volta Miuda	24 2,4%	25 2,5%	49 4,8%
	Helvetia 2ª	44 4,3%	40 3,9%	84 8,3%
	Germania	16 1,6%	14 1,4%	30 3,0%
	<b>Total</b>	<b>504 49,7%</b>	<b>510 50,3%</b>	<b>1014 100,0%</b>

Fonte: inventários *post-mortem* (APEB).

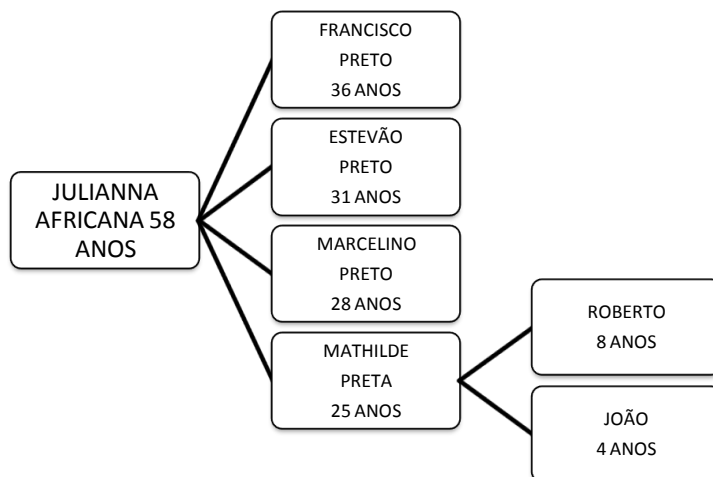


Tabela 17:  
Valor dos bens dos proprietários na Colônia Leopoldina (1861-1884)

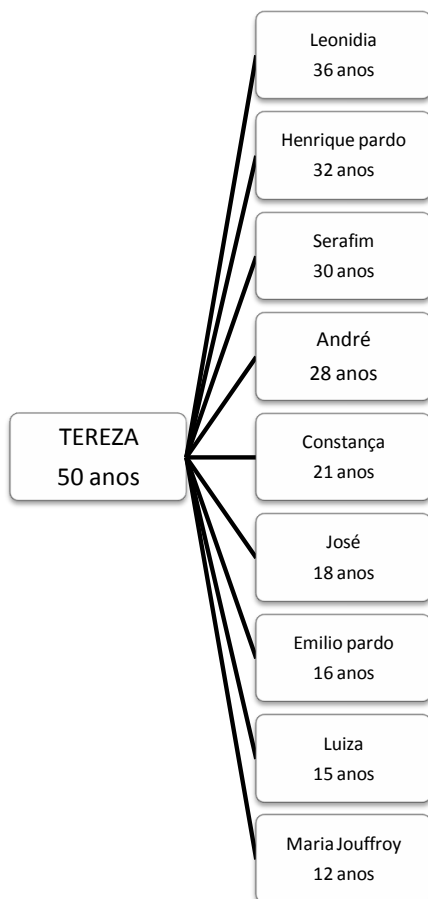
ANO	NOME		VALOR		
	FAZENDA	PROPRIETARIO	PROPRIEDADE	BENS DE RAIZ	DOS ESCRAVOS
1861	Fazenda Alban	Luiza F. Petersen	23:619\$800	5:730\$000	12:300\$000
1861	Fazenda Helvetia II	Luiza F. Petersen	28:320\$600	16:448\$000	11:400\$000
1863	Fazenda Helvetia	João Martinho Flach	328:044\$200	88:755\$000	79:609\$000
1866	Fazenda Boa Vista	Felipe Roeder	6:466\$680	2:398\$000	3:146\$000
1879	Fazenda Califórnia	Fernando de Morel	74:390\$000	35:360\$000	36:000\$000
1881	Fazenda Monte Christo	Augusto Beguim	69:703\$000	14:440\$000	27:760\$000
1884	Fazenda Piqui de Cima	José Ant <sup>o</sup> Venerote	80:059\$232	28:200\$000	35:500\$000

Fonte: Inventarios post-mortem (APEB)

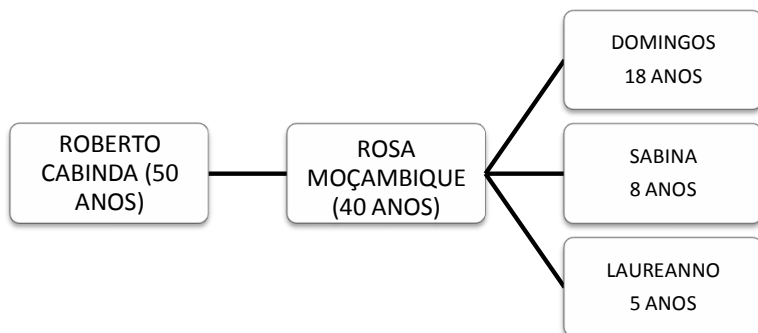
Quadro 1  
Família originária da africana Juliana, escrava de Ana Sofia Ida Joseph  
(fazenda Grully,1872)



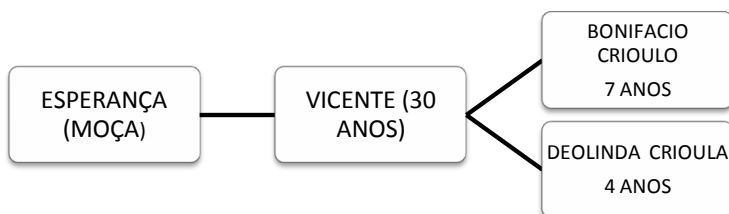
Quadro 2  
Família originária de Tereza, escrava de Ana Sofia Ida Joseph  
(fazenda Grully,1872)



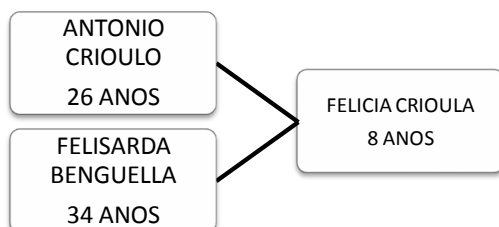
Quadro 3  
Família originária de Roberto Cabinda e Rosa Moçambique, escravos de Zélia  
Huguenin Montandon (fazenda Pombal 2ª,1858)



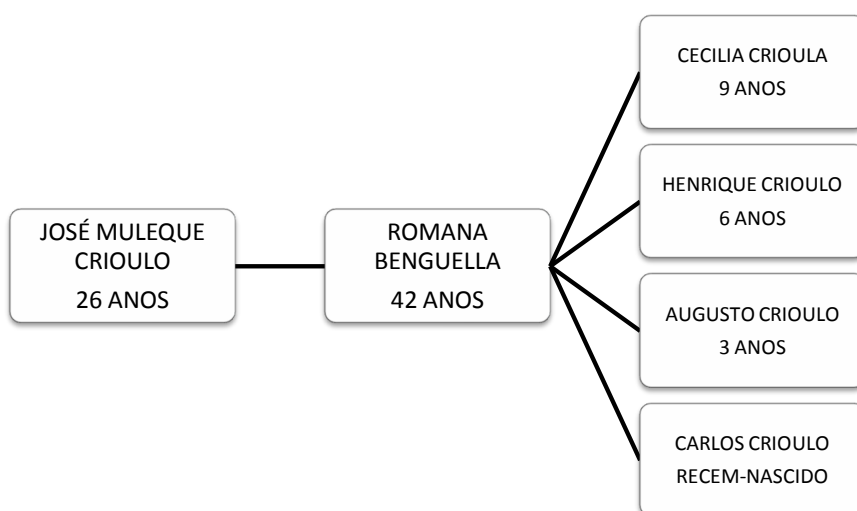
Quadro 4  
 Família originária de Vicente e Esperança, escravos de Zélia Huguenin  
 Montandon (fazenda Pombal 2ª, 1858)



Quadro 5  
 Família originária de Antonio e Felisarda Benguela, escravos de Zélia Huguenin  
 Montandon (fazenda Pombal 2ª, 1858)



Quadro 6  
 Família originária de José Muleque e Romana Benguella, escravos de Zélia Huguenin Montandon (fazenda Pombal 2ª, 1858)



FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

**1. Fontes manuscritas:**

- Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

**Seção Colonial e Provincial:**

Série agricultura, maços 4603-2, 4603-3, 4607, 4608, 4689, 4827, 4837-1, 2329.

Série presidência da província, maços 1165, 1166, 1170, 1210, 1549, 786, 4885, 4932, 4982, 1600.

Série polícia, maços 5667, 3005, 2990, 3001-1, 2889, 6226, 5657-1.

Série vigários, maço 5291, 5295, 5231.

Série minutas de telegramas, maço 6181.

Série comissões do governo, maço 1583.

Série justiça, maço 1296, 2349, 5494.

**Seção Judiciária:**

Série Processos crimes

Núcleo Tribunal da Relação, série Cível II, subsérie: justificação de madeiras.

Núcleo Tribunal de Justiça, série Cível II, subsérie: ação de liberdade.

Livros de notas de Mucuri (livros 01 a 05).

Série Inventários *post-mortem*.

**Seção Legislativa:**

Serie Posturas, livros 856 e 861.

## 2. Fontes impressas

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. 2ª Ed., Rio de Janeiro, Cátedra, Brasília: INL, 1979, (1ª edição: Tipografia do Diário da Bahia, 1888).

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, 1859*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1980.

CAMPOS, João da Silva. *Cronica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Obras científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Grupo de Trabalho Executivo das Homenagens ao Patriarca, tomo II, 1965.

FREYREISS, G.W. *Viagem ao interior do Brasil nos anos 1814-1815*. Belo Horizonte, BH: Itatiaia, 1980

OBERACKER JR. Carlos H. “A colônia Leopoldina-Frankental na Bahia meridional; uma colônia européia de plantadores no Brasil.” *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 148 (1987).

OLIVEIRA, Luiz Antonio Barbosa de. “Viagem as villas de Caravellas, Viçosa, Porto Alegre, de Mucury e aos rios de Mucury e Peruhipe”, *RIHGB*, nº 08(1846).

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1860.

VIANNA, João Antonio de Sampaio. “Breve noticia da primeira planta de café que houve na comarca de Caravelas ao sul da província da Bahia escripta segundo dados authenticos”, *RIHGB*, nº05(1843).

VIANNA, Padre Antonio da Rocha. *Compilação em índice alfabético de todas as leis provinciais da Bahia, Regulamentos e Actos do Governo para execução das mesmas desde 1835, primeiro anno em que funcionou a nossa Assembléa, até hoje*. Bahia, Typographia e livraria de E. Pedroza, 1858.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a Fundação e Custeio de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, E.& H. Laemmert , 2ª edição revisada pelo Dr. Luís Peixoto de Lacerda Werneck, 1853.

WIED-NEUWIED. Maximiliano Príncipe de. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1989.

WILDBERGER, Arnold. *Os presidentes da província da Bahia, Efectivos e interinos (1824-1889)*. Salvador, Ba, Typographia Beneditina, 1949.

Relatórios e falas dos presidentes da província da Bahia (disponível em:  
<http://www.crl.edu/content/brazil/bah.htm>)

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)*. Tese de Doutorado, Campinas, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, Rômulo. “Legitimidade, compadrio e mortalidade de escravos: Freguesias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, século XIX, Diamantina,” CEDEPLAR-UFMG, *XIII Seminário sobre a Economia Mineira*, 2008, disponível em [HTTP://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/diamantina\\_2008.php](HTTP://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/diamantina_2008.php)

AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix, 1980.

BAIARDI, Amilcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984.

BARICKMAN, Bert Julian. *Um contraponto baiano, Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARRETO, Maria Renilda Nery e ARAS, Lina Maria Brandão. “Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia”. In *História, Ciências e Saúde – Manguinhos* [online], Rio de Janeiro, volume 10, nº 01, 2003, pp.151-172.

BAXTER, Alan N. & LUCCHESI, Dante. (2004) A comunidade de fala de Helvécia – Ba. Disponível em: [www.vertentes.ufba.br/comunidades.htm](http://www.vertentes.ufba.br/comunidades.htm).

\_\_\_\_\_. “A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: *Estudos Lingüísticos e literários*, 1997, n. 19, p. 65-84.

BELLINI, Ligia. “Por amor e por interesse: a relação senhor- escravo em cartas de alforria”, In: João José Reis (org.). *Escravidão & Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPQ, 1988.

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política, 1870 -1888*. Salvador: CEB, 2003.

- CANABRAVA, Alice P. "A grande lavoura". In Sergio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. A "brecha camponesa" no Brasil: realidades, interpretações e polêmicas. In: *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASALECCHI, José Enio. "O fazendeiro de café como representante de casa comissária, estudo de uma correspondência". In *Revista Perspectiva*, ano 1, vol.1, São Paulo, 1976.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Negócios da escravidão: os negros e as transações de compra e venda", In. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 16, Rio de Janeiro, mar. 1989, pp.118-128.
- \_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.
- CIRNE, Ruy. *Sesmarias e Terras Devolutas*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*, São Paulo: Edusp, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Da senzala à colônia*. 3ª ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W., SCHWARTZ, Stuart B. "A família escrava em Lorena (1801)". *Estudos Econômicos*, 17:2, maio/agosto (1987), pp. 245-295.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- EINSENBERG, Peter. "Ficando livre: as alforrias em campinas no século XIX". In: *Homens esquecidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1989.
- FERREIRA, Jackson. "Por hoje se acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850-1888)", *Afro-Asia*, 31(2004), pp. 197-234.
- FLORENTINO, Manolo e GOES, José Roberto. *A paz das senzalas, famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*, RJ, Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.
- FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808-1824-1974*. São Paulo, Instituto Hans Staden, São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1974.



FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de Quilombolas, Mocambos e Comunidades de Senzala no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1995.

GRAHAM, Sandra Lauderadale. “*Caetana diz não*”: *histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Tradução Pedro Maia Soares, São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2005.

KANN, Bettina e LIMA, Patricia Souza (orgs.). *Cartas de uma imperatriz*. Tradução Tereza Maria Souza de Castro e Guilherme José de Freitas Teixeira, São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Carlos A. M. & MELLO, Kátia A. V. de. “A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835)”. *Afro-Ásia*, nº 31(2004), pp. 127-162.

LIRA, Henrique Jorge Buckingham. *Colonos e Colônias, uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. Dissertação apresentada a UFBA, Salvador, BA., 1982.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos necessários” escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*, número 25-26 (2001), pp.95-139.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada”. *Hist. cienc. Saúde-Manguinhos*, vol.16, nº.4, Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MATA, Iacy Maia. “Libertos de 13 de maio” e ex senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. *Afro-Ásia*, nº35(2007), pp.163-198.

MATTOSO, Kátia S. de Queirós. “A propósito das cartas de alforria”. In: *Anais de História*, nº 4, Assis, SP: 1972.

MOTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal, 1801-1829*. São Paulo: Annablume, 1999.

MOTT, Luiz. *Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813)*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1982.

NEESER, Herman. *A Colônia Leopoldina*. Salvador, Bahia, Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1951.

NICOULIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo, emigração e colonização suíça no Brasil, 1817-1827*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

OBERACKER JR, Carlos H.. *Jorge Antonio Von Schaeffer, criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Metrópole, 1975.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A saga dos suíços no Brasil, 1557-1945*. Editora Letradágua, 2007.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “A guerra do Mucuri: conquista e dominação dos povos indígenas em nome do progresso e da civilização”, In ALMEIDA, S; GALINDO, M. e ELIAS, J. *Índios do Nordeste: temas e problemas II*. Maceió: Edufal, 2002.

\_\_\_\_\_. *Caminhos de Ir e Vir e Caminho sem Volta: Índios Estradas e Rios no Sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 1982.

\_\_\_\_\_. “O sul da Província da Bahia na ótica dos viajantes do século XIX entre 1815 e 1820”, In *Anais do XI Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, SAB; 2007.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador (1850-1888), *Afro-Ásia*, n° 32(2005), pp159-183.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de Doutorado, IFCH, Campinas, SP. Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. “Uma negra que fugiu e consta que já tem dous filhos: fuga e família entre escravos na Bahia”, *Afro-Asia* n°23(1999).

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José, e GOMES, Flávio dos Santos. (orgs.) *Liberdade Por Um Fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. “Resistência escrava na Bahia. Poderemos brincar, folgar, cantar ... O protesto na América”. *Afro-Ásia* n.º 14(1983), pp.107-123.

\_\_\_\_\_. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Séc. XIX*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio- Efeitos da Lei de 1850*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)*. Tese de Doutorado, Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os Escravos vão à Justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX*. Dissertação de mestrado, UFBA, Salvador, BA, 2000.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Telma Míriam Moreira de. *Entre a cruz e o trabalho: exploração da mão-de-obra indígena no Sul da Bahia (1845–1875)*. Dissertação apresentada a UFBA, Salvador, Bahia, 2007.

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.